

QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Organizadores:

Berta Leni Costa Cardoso

Claudio Pinto Nunes

Heldina Pereira Pinto Fagundes



Pedro & João
editores

QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Pedro & João
editores

**Berta Leni Costa Cardoso
Claudio Pinto Nunes
Heldina Pereira Pinto Fagundes
(Organizadores)**

**QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DE
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Berta Leni Costa Cardoso; Claudio Pinto Nunes; Heldina Pereira Pinto Fagundes [Orgs.]

Qualidade de vida e saúde de profissionais da educação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 249p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5869-918-7 [Impresso]

978-65-5869-919-4 [Digital]

1. Qualidade de vida. 2. Saúde docente. 3. Profissionais da educação. 4. Precarização do trabalho docente. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

SUMÁRIO

Apresentação	9
Berta Leni Costa Cardoso Claudio Pinto Nunes Heldina Pereira Pinto Fagundes	
Trabalho, educação e saúde docente: tensionamentos históricos e consequências na educação superior brasileira	17
<i>Édpo Felipe da Silva Ferreira</i>	
As reformas educacionais neoliberais e as pesquisas sobre qualidade de vida d(n)o trabalho de profissionais de educação	35
<i>Jádson Fábio de Araújo Marques Tatyanne Gomes Marques</i>	
O Materialismo Histórico-Dialético e a qualidade de vida docente	61
<i>Welton Cardoso Júnior Cláudio Pinto Nunes Germínio José da Silva Júnior Berta Leni Costa Cardoso</i>	
Qualidade de vida do professor de geografia da educação básica do NTE-20 da Bahia	81
<i>Ana Geisa Barbosa Rocha Tânia Neto Pina Berta Leni Costa Cardoso</i>	

A precarização do trabalho docente e seus efeitos no adoecimento psíquico e na qualidade de vida	109
<i>Cláudia Cristiane Andrade Barros</i>	
<i>Marisa Fernandes Seixas</i>	
<i>Claudio Pinto Nunes</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	
Qualidade de vida e saúde do docente do ensino superior: uma revisão bibliográfica	129
<i>Camila Melo Borba</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	
<i>Claudio Pinto Nunes</i>	
<i>Heldina Pereira Pinto Fagundes</i>	
Qualidade de vida X corpo produtivo: um conceito polissêmico	145
<i>Carla Gomes dos Santos Vieira</i>	
<i>Priscila Sousa Lopes</i>	
<i>Tais Rodrigues Silva</i>	
Condições de trabalho e saúde de docentes: uma revisão integrativa (2016-2020)	159
<i>Claudio Bispo de Almeida</i>	
<i>Maria de Lourdes Silva</i>	
<i>Germínio José da Silva Júnior</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	
As emoções na qualidade de vida do professor	193
<i>Cléria Santos Oliveira e Silva</i>	

Os meios de comunicação na qualidade de vida docente	205
<i>Fábio Piccoli</i>	
<i>Berta Leni Costa Cardoso</i>	
<i>Welton Cardoso Júnior</i>	
A importância do lazer para a qualidade de vida do professor da educação básica	231
<i>Alexsandro de Oliveira Silva</i>	
<i>Cíntia Paula Camargo Santos Cordeiro</i>	
<i>Vaneusa Silva Pereira</i>	
Sobre as autoras e os autores	245

APRESENTAÇÃO

O livro **“Qualidade de vida e saúde de profissionais da educação”** integra a agenda de divulgação de estudos desenvolvidos pelos pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq) em parceria com pesquisadores de outros grupos, estudantes e docentes da pós-graduação, professores da educação básica e demais interessados em estudar sobre o tema em tema.

Esta obra, então, se organiza em torno do princípio praticado e defendido pelo referido grupo de que a sua ação deve se articular com os diferentes olhares e perspectivas que um objeto de estudo ou uma problemática pode receber. Assim, as pesquisas realizadas demarcam a participação de profissionais assentados em distintas áreas do conhecimento e que se juntam para lançar o olhar atento para a educação, considerando suas possibilidades de interpretação de um objeto, na tentativa de oferecer uma análise multidisciplinar, tendo a Educação como lugar de análise e as realidades ontológica e concretamente vivenciadas como lócus dos fenômenos estudados.

Assim, são realizadas discussões regularmente no âmbito da agenda do grupo. Ao mesmo tempo, e em decorrência dos estudos realizados, mais se compreende a possibilidade de apresentar à comunidade científica, acadêmica e social, algumas das reflexões realizadas nos últimos anos.

Desse modo, a presente obra registra essa parceria ao contemplar estudos realizados pelo Difort/CNPq e seus parceiros. O livro está composto por onze capítulos, os quais serão brevemente apresentados a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado **“Trabalho, educação e saúde docente: tensionamentos históricos e consequências na educação superior brasileira”**, de autoria de Édpo Felipe da Silva Ferreira,

tem como objetivo apresentar as implicações trazidas pelas metamorfoses do mundo do trabalho em seu percurso histórico, além de abordar como elas afetaram e ainda afetam as (re)configurações do trabalho docente na educação superior brasileira. Para atingir tal intento, este texto organiza-se em primeiro tecer considerações a partir das transformações que o capitalismo sofreu a partir do século XV, perpassando as grandes revoluções industriais e seus impactos sobre os trabalhadores. Em um segundo momento optou-se por escrever sobre a reestruturação produtiva do capitalismo, no caso brasileiro, partindo-se da década de 1990 evidenciando as reformas de Estado daquela época e seus efeitos sob a educação superior. Por fim, discorre-se sobre como as modificações no mundo do trabalho, associadas ao capitalismo, alteraram a função social do trabalhador docente das universidades públicas contribuindo quadros de precarização e adoecimento.

O segundo capítulo é de autoria de Jádson Fábio de Araújo Marques e Tatyane Gomes Marques e tem como título “As reformas educacionais neoliberais e as pesquisas sobre qualidade de vida d(n)o trabalho de profissionais de educação”. O texto apresenta uma discussão sobre o processo em que se deram (e ainda se dão) as reformas no setor educacional, notadamente marcadas por interesses de setores da sociedade capitalista, marcados pelo interesse em implementar mudanças que favoreçam o elitismo do poder econômico sobre qualquer outra dimensão da sociedade. Dessa forma, o capítulo destaca que, no contexto das reformas que vem sendo implementadas, a temática da Qualidade de Vida n(d)o Trabalho (QVT) se insere como um campo de interesse dos segmentos que exercem influência na vida econômica e educacional, de modo que qualidade de vida no trabalho tem sido foco de atenção de empresários e administradores pela contribuição que pode oferecer para a satisfação do/a empregado/a e a produtividade empresarial. Ou seja, um interesse em cuidar da gestão de pessoas por meio da

qualidade de vida, tendo como alvo a produtividade advinda do trabalho dos profissionais.

Welton Cardoso Júnior, Cláudio Pinto Nunes, Germínio José da Silva Júnior e Berta Leni Costa Cardoso são autores do terceiro capítulo “O materialismo histórico-dialético e a qualidade de vida docente”. O texto apresenta um diálogo possível entre o método do materialismo histórico-dialético com o fenômeno da qualidade de vida docente. Analisar o mundo sob essa ótica seria o mesmo que entender seus fenômenos a partir de um determinismo econômico que está sempre em um plano nuclear. Desse contexto todo o resto se derivaria. Assim, o materialismo acaba por dividir os homens em classes antagônicas, a de quem tem propriedade sobre os meios de produção e a de quem só possui a sua força de trabalho para sobreviver. Essa filosofia se prestaria então para a compreensão das construções teóricas que envolvem o tema da qualidade de vida do docente. Nesse sentido, propõe-se também a reflexão de que este método, em prática, assegura a possibilidade de interpretar a qualidade de vida do profissional da educação nessa perspectiva. O capítulo, então, propõe esse diálogo como possível e necessário.

O quarto capítulo trata sobre “Qualidade de vida do professor de geografia da educação básica do NTE-20 da Bahia”, de autoria de Ana Geisa Barbosa Rocha, Tânia Neto Pina e Berta Leni Costa Cardoso. O texto destaca que a qualidade de vida é um importante aspecto a ser considerado na promoção da saúde dos professores, pois, os diversos desafios enfrentados pelos mesmos, na prática da docência, podem ocasionar problemas tanto de ordem física, social e emocional. O objetivo do capítulo é avaliar a qualidade de vida dos professores de Geografia da educação básica do NTE-20 da Bahia. Usou-se como metodologia um estudo quantitativo através de um questionário com questões sociodemográficas e o instrumento (whoqol-bref) em sua versão traduzida para o português, com o intuito de avaliar a qualidade de vida dos docentes de Geografia. A pesquisa contou com a participação de 25 professores de Geografia que responderam ao

questionário, ao qual foi analisado e se constatou que os professores têm uma qualidade de vida regular, fato que pode ser comprovado através da média da qualidade de vida geral que foi de 61,04 pontos. Esse questionário visa analisar a qualidade de vida por domínios e, nesse estudo, o domínio meio ambiente apresentou menor escore médio de 59,38 pontos, seguido do domínio físico com escore médio de 59,43, enquanto o domínio relações sociais obteve a maior média, 65,33. Os domínios meio ambiente e físico apresentaram maior relação com a qualidade de vida geral, fato esse que contribuiu para a qualidade de vida regular dos educadores pesquisados.

O quinto capítulo se intitula “A precarização do trabalho docente e seus efeitos no adoecimento psíquico e na qualidade de vida” e é de autoria de Cláudia Cristiane Andrade Barros, Marisa Fernandes Seixas, Claudio Pinto Nunes e Berta Leni Costa Cardoso. O propósito deste texto é discutir como a precarização do trabalho docente produz efeitos no adoecimento psíquico, conseqüentemente, como este contexto precarizado e o adoecimento podem afetar a Qualidade de Vida desses profissionais. Para isso, buscou compreender a importância do trabalho e sua posição de centralidade no sistema capitalista, também, como as formas de precarização atingem esses profissionais. Assim, foi fundamental entender quais questões relacionadas às condições de trabalho têm sido responsáveis pelo adoecimento psíquico, por conseguinte, os impactos na qualidade de vida. As análises foram sustentadas em autores como Antunes (2009), Ball (2013), Chauí (2020), Frigotto (1996), Mészáros (2011), Gutierrez (2012), os quais discutem acerca do trabalho, da precarização do trabalho docente, além de repercutirem o adoecimento docente e a Qualidade de Vida. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que analisa estudos já produzidos sobre o tema, os quais evidenciam que a precarização do trabalho docente, diante das novas formas de trabalho, provoca o adoecimento psíquico, por isso, afeta a Qualidade de Vida desse profissional.

O sexto capítulo é intitulado “Qualidade de vida e saúde do docente do ensino superior: uma revisão bibliográfica” e tem a autoria de Camila Melo Borba, Berta Leni Costa Cardoso, Claudio Pinto Nunes e Heldina Pereira Pinto Fagundes. O estudo teve como objetivo realizar um mapeamento da produção científica que trata sobre qualidade de vida e saúde do profissional docente que atua no ensino superior. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica que permite conhecer as tendências e principais abordagens de pesquisa acerca do tema, além de facilitar a percepção de lacunas existentes. Nessa perspectiva, foi realizado um mapeamento nos bancos: Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (IBICT) que foi possível perceber como estão distribuídos por região e também determinar um recorte temporal (de 2016 a 2021) e identificar as principais categorias. Os resultados das pesquisas demonstraram que a maioria dos trabalhos selecionados corresponde a região Nordeste, contudo, nenhum corresponde especificamente ao estado da Bahia. Além disso, os trabalhos demonstram que variáveis fatores podem acometer a qualidade de vida e saúde dos docentes, como carga de trabalho excedente, condições precárias de trabalho e baixos salários, que são fatores contribuintes no aumento das doenças físicas e mentais relacionadas ao ambiente de trabalho.

O sétimo capítulo trata da relação entre “Qualidade de vida X corpo produtivo: um conceito polissêmico” e tem como autoras Carla Gomes dos Santos Vieira, Priscila Sousa Lopes e Tais Rodrigues Silva. Trata-se de um estudo que busca analisar as possíveis relações entre o modo de produção capitalista na disciplinarização dos corpos e os impactos na qualidade de vida no trabalho docente. Essa análise se justifica por considerar crucial pensar em qualidade de vida no trabalho, uma vez que o trabalho é inerente ao ser humano e que tem se tornado tortuoso, impactando diretamente na saúde, sobretudo de profissionais da educação. Além disso, justifica-se na necessidade de refletir acerca da submissão dos corpos aos moldes do capitalismo e suas

nuances no contexto docente. Trata-se de uma revisão bibliográfica, elegendo como aporte teórico algumas proposições de Karl Marx: *O Capital: crítica da economia política*, Foucault: *Vigiar e punir: nascimento da prisão* e Sant'Anna e Kilimnik, *Qualidade de vida no trabalho: abordagens e fundamentos*. A partir desse referencial, o texto foi estruturado da seguinte forma: a) Corpo produtivo; b) Marx: trabalho e capitalismo e c) Qualidade de vida no trabalho docente. Diante dos estudos feitos, constatou-se a relação do Sistema Capitalista na disciplinarização dos corpos, visto que este busca transformar pessoas em "máquinas produtoras", afetando a saúde tanto física quanto mental da classe dos trabalhadores, inclusive os docentes.

"Condições de trabalho e saúde de docentes: uma revisão integrativa (2016-2020)" é o título do oitavo capítulo, cujos autores são Claudio Bispo de Almeida, Maria de Lourdes Silva, Germínio José da Silva Júnior e Berta Leni Costa Cardoso. O texto apresenta uma análise das condições de trabalho e saúde de docentes de acordo com artigos publicados no período de 2016 a 2020. Trata-se de um estudo de revisão integrativa com artigos publicados no período de 2016 a 2020. As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da CAPES, com as seguintes combinações de descritores e indicadores booleanos: (corpo docente) AND (estado de saúde) AND (satisfação no trabalho); (corpo docente) AND (satisfação no trabalho); e, (corpo docente) AND (estado de saúde). Os resultados evidenciaram que as condições de trabalho se mostraram afetadas pelo sistema político-educacional vigente, o que resultou em condições de trabalho desfavoráveis e no adoecimento docente. E, ainda, que a saúde docente foi prejudicada em seus aspectos físicos, fisiológicos e mentais.

No nono capítulo, "As emoções na qualidade de vida do professor", Cléria Santos Oliveira e Silva se ocupa em apresentar contribuições para o campo da docência no município de Anagé, Bahia. Para contrapor esse assunto, o capítulo destaca o tempo difícil que se tem vivido, com a inserção da Covid-19 no mundo, acarretando as doenças emocionais e os desafios que são

encontrados com o desconforto gerado pelo isolamento social e também humano, que colocou toda gente numa posição de seres solitários. Para esse estudo, foi realizado um trabalho voltado à pesquisa bibliográfica, passando por autores que vieram fortalecer a temática em questão e fazer refletir sobre as emoções, enquanto qualidade de vida para o professor. Para tanto, a abordagem tem o compromisso de propor orientações educacionais e intervenções para os últimos dias, os quais têm se mostrado de profunda reflexão para repensarmos nossas vidas e o quanto as emoções têm afetado a qualidade de vida do professor.

Fábio Piccoli, Berta Leni Costa Cardoso e Welton Cardoso Júnior são autores do décimo capítulo, cujo título é “Os meios de comunicação na qualidade de vida docente”. O texto chama a atenção para a ampliação da utilização dos meios de comunicação instantâneos que fez com que a vida das pessoas fosse mais exposta e que a forma de conversar fosse diferenciada. Os professores sempre tiveram uma grande quantidade de pessoas para orientar e conseqüentemente, com a disponibilização dos meios de comunicação WhatsApp e Telegram a gama de trabalho aumentou. A pesquisa objetivou compreender os impactos dos meios de comunicação instantâneos, WhatsApp e Telegram, na qualidade de vida do profissional da educação do município de Luís Eduardo Magalhães - Bahia. A pesquisa foi realizada com 75 professores da rede pública e privada. Foram utilizados dois questionários, um desenvolvido pelo autor que contém questões de perfil socioeconômico e impressões sobre meios de comunicação que foi analisado individualmente e o questionário WHOQOL-Bref da Organização Mundial de Saúde – OMS que foi analisado pelo sistema em Excel desenvolvido pelo Pesquisador Pedro Barreto. Foi possível identificar uma relação negativa entre a utilização dos meios de comunicação e a saúde docente, levando em consideração a comparação que pode ser realizada entre as questões.

O décimo primeiro capítulo, “A importância do lazer para a qualidade de vida do professor da educação básica”, é de autoria

de Alexsandro de Oliveira Silva, Cíntia Paula Camargo Santos Cordeiro e Vaneusa Silva Pereira. O objetivo do estudo é analisar, por meio de uma revisão teórica sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), o consumo de lazer pelos professores da educação básica e sua repercussão na qualidade de vida destes. Discute sinteticamente a qualidade de vida dos professores perpassando uma análise sobre o mundo do trabalho e a mercantilização da cultura e do lazer, consumo e turismo e a importância do lazer. Por meio dessa investigação teórica foi possível perceber que, devido a fatores como a precarização e a intensificação do trabalho ou a renda insuficiente, grande parte dos professores não desfruta de momentos de lazer, o que repercute negativamente em sua qualidade de vida. Assim, constatou-se que o lazer faz parte da vida do ser humano, sendo de extrema relevância para a manutenção da qualidade de vida dos professores da educação básica.

Ao publicar esta obra, a intenção é que os onze capítulos aqui disponibilizados sirvam para provocar análises também por parte dos leitores acerca das experiências vivenciadas em seus cotidianos de atuação profissional, seja como professores, seja como estudantes. Além disso, espera-se que cada capítulo seja provocador de interpretações heurísticas em cada realidade a que o livro alcançar. Em adição, almeja-se que este trabalho, coletivamente desenvolvido, possa ser fonte de reflexões em grupo de estudos, em disciplinas e em outros estudos que cada leitor e cada leitora venham a realizar.

Berta Leni Costa Cardoso
Claudio Pinto Nunes
Heldina Pereira Pinto Fagundes
Os organizadores

CAPÍTULO 1

Trabalho, educação e saúde docente: tensionamentos históricos e consequências na educação superior brasileira

Édpo Felipe da Silva Ferreira

Introdução

A universidade pública brasileira vive, hoje em especial, um momento muito complexo, no que diz respeito à (re)definição de seu papel no mundo contemporâneo. Percebe-se, nesse espaço educativo, um processo de privatização e mercantilização da produção do conhecimento, a partir da racionalidade do mercado que também fez incumbir a si a tarefa de redefinir o papel do trabalhador docente na sociedade. Tal ideologia, herança das reformas neoliberais que ocorreram, em especial anos 1990, do século XX, integrou um processo macroscópico do capitalismo mundial e que, no Brasil, foi e vem sendo efetivada nas gestões governamentais em diferentes graus de aprofundamento, processo esse que pode ser visualizado sobretudo na educação superior.

Os espaços públicos de ensino superior experimentaram, a partir da reestruturação do Estado, um movimento reformista que evidenciou, entre outras coisas, a abertura ao investimento privado, a diminuição ou a ausência de recursos públicos para manutenção e/ou expansão dos serviços gratuitos ora oferecidos. Neste aspecto, os interesses presentes nesses movimentos aproximam educação superior pública do mercado, desencadeando um processo de privatização das instituições de Educação Superior (IES), que, como consequência, passam a ter conotação empresarial, onde “a qualidade foi substituída pela

produtividade e o saber pelo custo/ benefício” (RODRIGUEZ; MARTINS, 2005, p. 50).

O docente universitário das IES se apresenta, diante destes pressupostos reformistas, de cunho neoliberal, como um importante ator nessa nova reconfiguração das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), uma vez que, sendo ele o principal construtor e produtor do conhecimento científico e acadêmico, se encontra afetado por estas políticas que focalizam prioritariamente a mercantilização¹ (que transforma a educação em mercadoria) e a privatização deste nível de ensino, que assume várias feições, destacando-se a cobrança por serviços antes gratuitos e a apropriação desse espaço público de educação por indivíduos ou grupos por meio dos contratos de serviços (terceirização) com empresas privadas (CHAVES, 2005).

Considerando, portanto, esse movimento de caráter privatista, produtivista e competitivo, de precarização, flexibilização e intensificação das jornadas de trabalho na educação superior brasileira, emerge a necessidade de se discutir as transformações históricas que o mundo do Trabalho sofreu ao longo do tempo, como a sociedade capitalista (re)converteu o sentido do trabalho na vida das pessoas em diferentes épocas, além de procurarmos entender as implicações que tais transformações tiveram e ainda têm sobre as condições laborais da classe trabalhadora, principalmente, no que tange ao trabalho e saúde de docentes universitários de instituições públicas.

Transformações do mundo do Trabalho: um percurso histórico

Olhando por uma lente de retrospectiva histórica, o capitalismo passou a desenvolver-se, com mais ênfase, a partir do

¹ Para Gaudêncio Frigotto (2009, p.155), a mercantilização é a “transformação de um direito social e individual subjetivo em um serviço, uma mercadoria. Então os direitos são universais, os direitos a saúde, educação, etc. A mercantilização é quando esses direitos se adquirem no mercado, isto é, viram negócios.”

século XV, momento em que acontece uma fase de expansão mercantilista. No século XVIII, delineou-se a I Revolução Industrial, na Inglaterra, fazendo a transição da produção artesanal para a produção em máquinas, a maquinofatura. Já de 1840 a 1870, o progresso tecnológico e econômico ganhou impulso com a introdução das máquinas a vapor e o advento da eletricidade, surge, assim, a II Revolução Industrial. Já no final do século XIX, o capitalismo ficou marcado pela fase monopolista financeira, ocorrida após a primeira grande crise, também conhecida como *grande depressão*. Tal crise eliminou as empresas mais fracas, que já não tinham mais condições de permanecer no mercado, por sua vez as empresas mais fortes tiveram de racionalizar sua produção, unindo o capital bancário ao industrial, realizando assim a concentração de capital em forma de monopólios em escala mundial.

A partir da Revolução Industrial ocorreram reconfigurações nos cenários social e econômico, como o volume de produção, que aumentou, extraordinariamente, com a transição do artesanato para a maquinofatura. Assim, o progresso econômico que antes demorava séculos, crescia rapidamente, impulsionado pelo consumo da população, que passou a ter acesso a bens industrializados e a deslocar-se para os centros urbanos em busca de trabalho. As fábricas passaram a concentrar centenas de trabalhadores, que vendiam a sua força de trabalho em troca de um salário. Desse modo, o trabalho assumiu a forma predominante de emprego assalariado, a partir da compra e venda da força física, psíquica e intelectual daqueles desprovidos da propriedade e dos meios de produção (ANTUNES, 2011).

Sob a perspectiva em que se escreve este ensaio pode-se observar que o capitalismo passou e ainda vem passando por distintas fases. Essas fases foram e são marcadas por crises e, ao mesmo tempo, por processo de acumulação, fundamentado, portanto, pelo consumo da força de trabalho, pois o trabalhador perde o controle da produção e seu produto não mais lhe pertence, tornando-se, assim, alienado. A alienação do

trabalhador não significa somente que seu trabalho se torna uma atividade estranhada, mas que ele existe fora do trabalhador, como algo estranho a ele, pertencente a outro, neste caso ao patrão, representando a perda de seu próprio eu, uma vez que seu trabalho não é voluntário, mas sim coercitivo (MARX, 1989).

Os trabalhadores são alienados pelo produto de seu trabalho, já que este é apropriado pelo capitalista, tornando-o estranho por já não poder oferecer a satisfação intrínseca ao trabalhador. Para Marx (1989), a alienação seria um estado produzido no trabalho a partir de uma lógica de desvalorização do ser humano, coisificando-o, privando-o do que o diferencia dos outros animais, a transcendência da mera necessidade, negando a visão filosófico-antropológica. Aos poucos, o capital detém o controle e o processo de trabalho, estabelecendo o modo de produção especificamente capitalista, no qual ocorre a subordinação real, onde o ele controla a produção e o trabalhador (MARX, 1987). A este respeito, Marx (1983, p.154) pondera:

[...] O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção.

Este processo vem sofrendo transformações ao longo da história, sendo que os meios de trabalho se diferenciam, de acordo com os períodos. De acordo com Harvey (1996) no início do século XX tem-se, por exemplo, a divulgação das ideias do *Taylorismo* que pregava o aumento da produtividade por meio da decomposição de cada fase do trabalho, fragmentando-o. Com esse novo padrão produtivo o trabalhador sofreu impactos à medida que perdia o controle sobre seu próprio processo de produção. O capital desconectou a concepção da atividade de sua execução propriamente dita, ficando os trabalhadores limitados às

tarefas extremamente específicas. Ou seja, havia a nítida separação entre a gerência, os pensadores do processo produtivo e a massa de trabalhadores, que se ocupavam apenas de executar o trabalho parcelado, caracterizando assim, uma rígida separação hierárquica dentro dos espaços de trabalho. A teoria taylorista ganhou muita força pois era considerada científica, também ficou conhecida como Organização Científica do Trabalho e deu base para uma outra teoria, o *Fordismo*, que teve seu ápice no período pós segunda guerra mundial.

Em geral, o fordismo apresentou características como, continuidade acentuada na divisão do trabalho, ou seja, separação entre concepção e execução, além da produção voltada para o consumo de massa. A divisão do trabalho manual e trabalho intelectual é provavelmente uma das características mais difundidas do modo de produção taylorista-fordista, principalmente, ao empregar a ciência no processo de trabalho, alienando o trabalhador, que passa a não ter mais a noção do processo de trabalho como um todo, devido a fragmentação do mesmo.

Como se vê, a produção fordista também exigia um novo tipo de homem, em consonância com uma nova sociedade ávida por consumo. Porém, nem o mercado de trabalho, nem a possibilidade do consumo em massa foram distribuídos de modo igual, o que gerou fortes tensões sociais, e os movimentos sociais populares começam a ganhar força e para contê-los o capitalismo instala o *Welfare State* ou Estado do bem estar social, que procurou estabelecer um certo equilíbrio entre os interesses burgueses e proletários e para isso tratou de avançar em questões reivindicatórias como direitos ligados a educação e saúde, legislação trabalhista, direito de greve, dentre outros. Todavia, é importante destacar o Estado agia atuando como um duplo ator, arrefecendo as tensões entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, isto é, ele estava longe de ser um agente político neutro ou um mero mediador.

Dentro do fordismo, o Estado representava para o proletariado a garantia da seguridade social, desenvolvendo o ideário

democrático do Estado-providência. Ao promover, de algum modo, os direitos à saúde, educação, salário-mínimo, formação profissional e lazer, atuou como árbitro na estrutura social, apaziguando os embates entre a classe trabalhadora e a burguesia, respaldando e preservando assim os interesses do capital.

Já nas décadas finais do século XX a partir dos anos 1970, observa-se a falência do modo de produção taylorista-fordista, tendo como fatores, dentre outros, o rebaixamento da taxa de lucro, principalmente no caso das empresas americanas, em decorrência da competitividade internacional, em especial, das montadoras japonesas, o aumento do grau de exigência dos clientes, insatisfeitos com a obrigação do consumo em massa, sem diferenciação alguma, a erupção de revoltas de trabalhadores e a crise do Estado de Bem-Estar.

Assim, deu-se o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista, como dominante e, inevitavelmente, reestruturações de ordem econômica, social e política foram necessárias, surgindo um novo padrão, visando reaver o “[...] seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho [...]” (ANTUNES, 2009, p. 49).

O novo padrão de acumulação capitalista que passou a predominar diante do contexto de desregulamentações e flexibilizações dos sistemas produtivos, denominou-se de “acumulação flexível”. A flexibilidade não é somente da produção, mas também dos trabalhadores, que devem se adequar à nova lógica, inserindo-se num perfil de multifuncional. A este respeito, Leite (2003, p. 37) destaca:

[...] para se adequarem à flexibilidade da produção, os trabalhadores precisam desenvolver também a capacidade de se adaptarem rapidamente às mudanças contínuas do processo produtivo, devendo, portanto, adquirir diferentes habilidades e capacidades, bem como ter disponibilidade para modificar continuamente suas atividades.

Tal característica flexível dessa nova face do capitalismo tende a empurrar o trabalhador para uma constituição de si mesmo como mão de obra polivalente, o que à primeira vista pode soar como benéfico, pois ao contrário do que ocorria no modelo toyotista-fordista, agora ele não precisa sujeitar-se a realização de um trabalho meramente repetitivo, porém isso não quer dizer que ele estará mais qualificado. Ao contrário, o trabalhador nesse novo cenário torna-se “desespecializado” e ainda mais explorado, intensificado e precarizado do que era antes. E no rol desses novos trabalhadores, encontram-se sem dúvida alguma os trabalhadores docentes, que no bojo da reestruturação produtiva capitalista iniciada nos anos 1970 viram a desfiguração não só da função social das Universidades, bem como, de suas próprias carreiras agora subordinadas de certa forma aos interesses mercantis, como já dito no início deste ensaio. Neste sentido, o próximo tópico aprofundará a discussão acerca dos impactos das mutações no mundo do trabalho na educação superior brasileira e sobre o trabalho docente.

Transformações do mundo do trabalho: implicações sobre a educação superior, trabalho e saúde docente

Para melhor compreendermos as implicações das transformações do mundo do trabalho sobre a educação superior brasileira, bem como, sobre o trabalho docente, é necessário analisarmos os aspectos sócio-políticos presentes na política educacional de nosso país, com uma certa ênfase nos anos de 1990, pois este é um período em que os governos aprofundaram o processo de inserção do Brasil no mercado global, pela determinação de organismos internacionais de financiamento.

Em razão disso, o Estado brasileiro passa por reformas com a finalidade de atender às exigências no novo estágio do capitalismo, isto é, o *capitalismo financeiro* que de acordo com Altvater (2017, p. 145) é uma fase em que as “decisões econômicas relativas à produção norteiam-se por valores e preços, margens de

lucro e retorno de capital investido. E nesta esfera o que predomina é a racionalidade econômica dos tomadores de decisão em busca do lucro.”

O Brasil, que sempre esteve refém e dependente crônico desses organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), dentre outros, agora se apresenta, novamente, numa situação de subserviência e clientelismo nocivo, atendendo cabalmente às normatizações e determinações destes. Neste aspecto, a reforma do Estado brasileiro segue fielmente as cartilhas técnicas das instituições dominantes, com vistas ao reordenamento do país para que atenda às condições de inserção ao mercado globalizado.

Nesse contexto, a reforma do Estado, conduzida pelos partidários das políticas neoliberais², tem como eixo central a redução paulatina de sua atuação no tocante às políticas sociais, focalizando as ações públicas que atendam às camadas populares e os grupos de “risco”. Este comportamento estatal é chamado por Azevedo de “Estado mínimo” (2008, p.79). Ou seja, significa transformar o Estado, por meio da racionalização do setor público, sob a falácia da retomada do desenvolvimento econômico, mantendo, na administração pública, apenas os meios institucionais de controle e regulação e desenvolvendo políticas sociais focais.

A reestruturação produtiva do capitalismo levada a cabo via reformas estatais, produziu reflexos bem visíveis na educação superior brasileira, pois a pressionou a se encaixar em padrões internacionais de produção de conhecimento científico e tecnologia, contudo não exatamente para benefícios das IES, mas sim com vistas a atender interesses de mercado. Tal

² Ideário a ser implementado pelos países capitalistas, inicialmente os países centrais e logo depois os países subordinados, completando a reestruturação produtiva, a privatização acelerada, o enxugamento do Estado, políticas fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o FMI e o Bird, a desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores. É a expressão direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital (HARVEY, 1996); (ANTUNES, 2011).

reestruturação também movimentou o capital internacional e este propôs que a educação superior deveria se transformar em *educação terciária*³ no intuito de reforçá-la como área de oferta não exclusiva do Estado.

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) comparece, com força, a discussão sobre a educação como um “bem público”, e não como direito, o que forneceu as bases políticas e jurídicas para o financiamento das instituições de ensino superior privadas com o fundo público. A privatização da educação superior no Brasil ganha força a partir de 1964, em meio a ditadura militar, quando se observa uma elevação no número de instituições privadas mercantis, dos mais variados tipos, como universidades, centros universitários, faculdades integradas e faculdades isoladas (SGUISSARDI 2008, p. 999). Portanto, vê-se a preferência do Estado em expandir a educação superior por meio da via privada mercantil, o que resultou no sufocamento das instituições públicas. Além disso, passa-se ter maior controle sobre o trabalho docente e em meio a tantas exigências de mercado, também se apresenta a despersonalização da identidade docente, que descaracteriza o trabalho do professor afetando assim sua satisfação profissional, seu bem-estar e saúde.

De acordo com Mancebo (2007), vê-se mudanças nas políticas educacionais de acordo com as mudanças do mundo do trabalho, trazendo sérias repercussões para a educação como um todo, como deterioração das condições de trabalho dos professores, desarticulação do ensino nas IES das suas bases sociais, mercantilização do conhecimento científico, culto a uma postura empreendedora dos docentes e um modelo avaliativo que prioriza a quantidade ao invés de qualidade.

Os governos seguintes de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff deram plena continuidade aos ideários neoliberais,

³ Termo usado para designar a educação superior em países periféricos da América Latina, de acordo com o ideário do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 1997).

legitimando-os através de legislações diversas, como, 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), Lei nº 10.973/2004, que trata sobre a Inovação Tecnológica, a partir do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas (BRASIL, 2004), Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008), que colaborou para desfiguração da carreira docente única no âmbito do ensino superior, Lei nº 12.772/2012 que reestruturou a carreira do magistério superior, desconsiderando em seu bojo a contemplação de demandas históricas do movimento docente, Lei nº 8.745/1993 que dispôs sobre a contratação temporária no serviço público, dentre elas a contratação de professores substitutos no ensino superior, para dentre outras coisas, executar funções similares aos dos efetivos, com igual jornada, porém, sem gozar dos mesmos benefícios.

Em meio a todo esse turbilhão ideológico neoliberal, encontra-se a figura do professor, que vê sua profissão atingida em cheio pelas novas configurações assumidas pelo capitalismo. Este profissional vem sendo afetado pelo ritmo acelerado e contínuo das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o que inclui o aumento de exigências em relação à sua qualificação e a sua competência, assim como à flexibilização de suas atividades, com o decorrente incremento do número de tarefas a serem realizadas, com impactos diretos a sua vida e saúde.

Neste sentido, não podemos afastar a discussão sobre o trabalho docente do debate sobre como este têm implicações sobre a saúde do trabalhador de sala de aula no ensino superior, vez que, entende-se a saúde como um processo histórico da interação do ser humano com o mundo a sua volta, pois para Marx (1989) o trabalho é práxis, isto é, é uma atividade que modifica a realidade social dos sujeitos, transformando a natureza a sua volta, e concomitantemente, sua vida e o contexto material de sua saúde.

Assim, a saúde, longe de ser uma categoria isolada, possui relações com a organização do trabalho, admitindo

desdobramentos sócio-políticos. O trabalho possui dimensão complexa e multifacetada, podendo tanto ser condição de humanização e dignidade, contribuindo para a saúde do indivíduo, quanto condição alienante, fonte de adoecimento e sofrimento. Portanto, afirma-se que o trabalho é uma categoria central para a constituição da saúde dos indivíduos, assim o concebemos, neste ensaio, como categoria estruturante na vida do ser humano (RATES, 2015).

Ademais, para a autora acima citada, o conceito de saúde não tem a ver necessariamente com a ausência de doenças, “mas a possibilidade de administrar as dificuldades e mal-estar, pois o sofrimento é inerente ao trabalho e a todas as suas formas de organização no sistema capitalista” (RATES, 2015, p.83) Já outro estudioso do trabalho, porém por um viés psicológico, Dejours (2004) parte do pressuposto de que a organização do trabalho é restritiva, com tarefas repetitivas, com tarefas que não lhe conferem sentido, levando- a quadros de adoecimento. Desse modo este autor afirma que o padrão de acumulação capitalista taylorista-fordista, que citamos no início deste texto, mostrou-se favorecedor ao adoecimento da classe trabalhadora, logo não podemos dissociar o capitalismo do trabalho, nem este segundo, das questões relacionadas a saúde dos trabalhadores docentes.

Na esteira desse pensamento, Campos, Vêras e Araújo (2020) afirmam que o adoecimento mental de trabalhadores docentes de IES públicas indica que as novas configurações assumidas pelo mundo do trabalho são caracterizadas por um significativo quadro de precarização das condições laborais, também seguido de intensificação das jornadas de trabalho, flexibilização das relações trabalhistas e excesso de controle institucional sobre os trabalhadores.

Somado a isso, o novo cenário político brasileiro tem sido marcado por expressivos cortes na Ciência e Tecnologia, especialmente na pós-graduação, e no orçamento das universidades destinado a gastos não obrigatórios como pagamentos de água e energia. Além do contingenciamento nas

instituições públicas, observa-se a intensificação da mercantilização da educação através da facilitação da ampliação das universidades privadas (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2019).

Outra dimensão que devemos trazer à tona em nossa discussão é o controle institucional sobre a qualidade do trabalho dos professores do ensino superior das IES públicas, que vem progressivamente representando uma perda de autonomia. Neste contexto, imposto pelo neoliberalismo, o docente é avaliado de acordo com sua inserção na pós-graduação, por sua quantidade de artigos científicos aceitos para publicação, pelo número de trabalhos orientados, pelos livros ou capítulos publicados, isto é, a valorização se dá por critérios quantitativos. O resultado disso é o crescimento de uma cultura produtivista, cujos objetivos se iniciam e se encerram no próprio ato produtivo, tendo como fundamento principal a subordinação do trabalhador ao capital (LEMOS, 2014).

Desse modo, visando atender a tantas exigências, os docentes precisam estender suas jornadas de trabalho, ultrapassando a carga horária diária. E com o uso de novas tecnologias (notebook, redes sociais, e-mails e aplicativos de mensagens) acabam transformando o tempo livre ou tempo para o não trabalho, em tempo de trabalho, pois é comum usarem os fins de semana para dar conta de outras demandas como inscrição em editais de pesquisa, extensão, orientações de alunos, dentre outras tarefas extras, vez que, a natureza do trabalho docente permite que ele seja realizado fora do ambiente institucional.

Tal padrão de comportamento, conforme atestado por Neta, Cardoso e Nunes (2020) sobrepõem-se às atividades compatíveis com o agir/ser docente o que pode contribuir para o desenvolvimento dos processos de sofrimento psíquico, adoecimento e/ou mal-estar. E por fim, a dinâmica de trabalho imposta pelo capitalismo, leva os professores a uma rotina exaustiva que ainda por cima precisa ser conciliada a vida pessoal desses trabalhadores, que são mães e pais, necessitam descansar, ter tempo para o lazer, para administrar sua rotina doméstica e

praticar outras atividades não afetas a sua profissão que acabam sendo inviabilizadas dadas as condições de intensificação e precarização do trabalho docente.

Considerações finais

Com as transformações do mundo do trabalho, capitaneadas pela reestruturação do capitalismo e a conseqüente hegemonia de políticas neoliberais, vimos através deste ensaio que com o passar do tempo se exigiu e ainda se exige do professor novas habilidades e voltadas para os interesses de mercado, que afetam sobremaneira a rotina e o funcionamento das instituições de ensino superior e por extensão, o trabalho docente.

Cada vez mais o docente necessita agregar um rol de competências complexas para poder ser considerado um bom profissional, com qualidades que vão além do exercício do magistério, também precisa ser um excelente pesquisador, administrador e formador. Devendo incorporar não somente competências técnicas, mas também pessoais, além de atividades de natureza burocrática, como o preenchimento de protocolos, visando a concorrência nos editais de pesquisa, participação em comissões, comitês e conselhos. Necessita ainda saber trabalhar em equipe, participar de grupos de pesquisa e apresentar trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais e submeter manuscritos diversos a periódicos científicos.

Nesta perspectiva, conforme Maués e Souza (2016) o professor da educação superior tem assistido à perda gradual de sua profissão e do reconhecimento dela, que vem deixando cada vez mais de ser atrativa, devido aos baixos salários, condições inadequadas de trabalho e falta de valorização, sem mencionar o adoecimento cada vez mais comum na carreira docente. O interesse destrutivo do capital tem estimulado a transformação da universidade pública brasileira, anteriormente pensada para ser gratuita, laica e plural em uma local que possa servir, sem muitos custos, para empresas realizarem pesquisas lucrativas para elas.

Por sua vez, a transformação do conhecimento em força produtiva, e da educação em mercadoria, nos parâmetros do mercado, aceleraram ainda mais a precarização do trabalho docente e mudança do papel social das Universidades.

E por fim, outro aspecto a ser considerado no bojo de nossa discussão é o papel que o professor tem desempenhado no processo de reestruturação capitalista, cuja sua ressignificação de sua função tem se dado não para construir um modelo de universidade socialmente referenciada e inclusiva, mas sim como um artigo à venda em uma prateleira de mercado. As modificações sofridas pelo mundo do trabalho, fazem surgir um novo tipo de trabalhador docente, que labora em condições precarizadas, que não tem tempo para cuidar de si e de sua saúde, que é flexível, fazendo corroer seu lado humano, pois este, sempre que convocado pelo capital é obrigado a se adaptar ao tempo, ao espaço e ao mercado com o objetivo de alcançar as metas que lhe são dadas.

Referências

ALTVATER, Elmar. O capitalismo fóssil e seu ambiente social e natural. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**. Goiânia, v.3, n.1, p.143-164, jan./jul, 2017. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5838>.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. Campinas: Cortez, 2011. 193 p.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BANCO MUNDIAL. O ensino superior: as lições derivadas da experiência. **Plural**, São Paulo, v. 6, n. 9, p. 33-44, jan./jul. 1997.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004b. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008b. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>.

_____. **Lei nº 12.425**, de 17 de junho de 2011a. Altera a lei nº 8.745/11, no tocante à contratação de professores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12425.htm>.

_____. **Lei nº 12.772**, de 28 de dezembro de 2012b. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>.

_____. **Lei nº 8.745**, de 09 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8745cons.htm>

CAMPOS, Taís Cordeiro; VÉRAS, Renata Meira; ARAÚJO, Tânia Maria de. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, e015193, p. 1-19, 2020.

CHAVES, V. L. J. **As feições da privatização do público na Educação Superior Brasileira: O Caso da UFPA**. 2005. 436f. Tese

(Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

DEJOURS, C. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I (Org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Fiocruz, 2004.

FRIGOTO, Gaudêncio. Mercantilização da Educação Superior e o fazer docente. [Entrevista]. **Revista Pedagógica**. Chapecó (SC), ano 11, v.1, n. 22, p.155-158, jan./jun. 2009.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LEMOS, Denise Vieira da Silva. Precarização do trabalho docente nas Federais e os impactos na saúde: o professor no seu limite. **Entreideias**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 95-109, jan./jun. 2014.

LEITE, M. P. **Trabalho e sociedade em transformações: mudanças produtivas e atores sociais**. São Paulo: da Fundação Perseu Abramo, 2003.

MANCEBO, D. Reforma da educação superior no brasil: análises sobre a transnacionalização e privatização. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 21, p.103-123, maio./ago. 2007

MARX, K. **O Capital: o processo de produção do capital: Livro Primeiro**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989a. v. 1.

MAUÉS, Olgaíses; SOUZA, Michele. Precarização do trabalho do docente da educação superior e os impactos na formação. **Em aberto**, Brasília, v. 29, n. 97, p. 73-85, set. 2016

NETA, Abília Ana de Castro; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. O ADOECIMENTO DOCENTE: um produto do capitalismo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 01, n. 25, p. 117-144, set. 2020.

RATES, Alessandra Cristine Filgueiras. **Quando eu ouço trabalho, dá cansaço, mas ao mesmo tempo prazer: a dinâmica prazer e sofrimento no trabalho de professores substitutos da Universidade Federal do Maranhão**. Defesa em: 23/04/2015. 141f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Maranhão

(UFMA) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – São Luís/MA, 2015.

RODRIGUEZ, Margarita V.; MARTINS, Liliane G. A. As políticas de privatização e interiorização do ensino superior: Massificação ou democratização da educação brasileira. **Revista de Educação**, Valinhos (SP), v. 8, n. 8, p. 41-52, 2005.

SILVA, Maurício R. da; PIRES, Giovani D. L.; PEREIRA, Rogério S. A política de devastação e autoritarismo de Bolsonaro, ‘o exterminador do Brasil’: ‘future-se’ para o abismo, sofrimento e adoecimento de Brasil e a urgente resistência ativa.

Motrivivência, Florianópolis, v. 31, n. 59, p.1-15, jul./set. 2019.

SGUISSARDI. V. Modelo de expansão da educação superior no brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

CAPÍTULO 2

As reformas educacionais neoliberais e as pesquisas sobre qualidade de vida d(n)o trabalho de profissionais de educação

*Jádson Fábio de Araújo Marques
Tatyanne Gomes Marques*

Introdução

A organização do Estado brasileiro, principalmente a partir do período de industrialização do início do século XX, é caracterizada por uma disputa de hegemonia onde se antagonizam uma concepção de país apoiada no nacional-desenvolvimentismo⁴ e outra caracterizada pelo capitalismo dependente⁵, formando períodos de desenvolvimento nacionalista e fases de desenvolvimento dependente e associado (IANNI, 2009).

A gênese deste Estado reside na divisão da sociedade em classes e sua função é precisamente a de conservar e reproduzir tal separação (COUTINHO, 1992). É uma dinâmica que é dotada

⁴ Entende-se por “desenvolvimentismo” a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2003, P. 51).

⁵ A conceituação de capitalismo dependente se dá com base nos escritos de Florestan Fernandes e implica na constatação de que os países subdesenvolvidos estavam a mercê dos países centrais, presos em um círculo vicioso vinculado à lógica do capital, do qual não poderiam se desvencilhar. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletti, contrários às teses de inevitabilidade de estagnação econômica devido ao choque de interesses dos imperialistas e países periféricos, criaram a teoria do “desenvolvimento dependente-associado”, significando que as economias subdesenvolvidas, apesar da relação de dependência, formariam aliança com o capital externo no sentido de promoverem seu desenvolvimento. (TOLENTINO, 2009).

de contradições, sendo que, nas suas estruturas, não há uma exclusividade de classe o controlando arbitrariamente, pois o Estado também é uma condensação de nexos material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe (POULANTZAS, 1985).

O capitalismo dependente e associado, principalmente a partir dos anos 1980, tem o neoliberalismo como ideologia. Entre suas características estão o estímulo à competição, a estratégia da privatização, da publicização⁶ e terceirização, desvinculando a responsabilidade estatal direta pelo desenvolvimento econômico e social, tornando o Estado promotor e regulador das políticas públicas, responsabilizando-se principalmente pelo financiamento das políticas sociais, constituindo-se em um mecanismo de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. No âmbito educacional, a organização de suas políticas e da gestão de seus servidores não se deslocam desta lógica e qualquer análise que se faça tem de levar em consideração estes elementos.

Com relação à educação, Moreira (2018, p. 38) indica que a promoção das reformas educativas ditas neoliberais buscam, sob a inspiração do Toyotismo, flexibilizar a organização das escolas e o trabalho pedagógico, assim como as formas de investimento, de modo que a produtividade é guiada pelo princípio da racionalidade, traduzindo-se no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio. Seus preceitos são a descentralização e a desconcentração, envolvendo a autonomização das instituições educacionais, a divisão de responsabilidades entre as instâncias de governo e o incentivo às parcerias com as instituições não-governamentais, empresas privadas e comunidade (YANAGUITA, 2011), sendo executadas pela Emenda Constitucional 14/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

⁶ A publicização implica na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos prestados pelo Estado, ou seja, é o processo de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal, o que se diferencia da privatização, que consiste na transformação de uma empresa estatal em privada (PEREIRA, 1998).

Nacional, em 1996, a Lei 9.424/1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), dentre outros.

Estas reformas têm seu auge nos anos 1990, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, sendo, em parte, interrompidas pelo início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, com uma concepção de poder mais ligada ao nacional-desenvolvimentismo. Em 2016, com o golpe parlamentar-jurídico-midiático⁷ marcado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, houve uma recondução da fração do bloco de poder que dirigiu o primeiro ciclo de políticas neoliberais do período de FHC, retornando de “malas e bagagens” ao governo (NEPOMUCENO, 2018, p. 92).

Após 2016, os grupos empresariais ligados à elite do capital nacional retomam a sua hegemonia no direcionamento das políticas estatais, destacando-se a aceleração de reformas neoliberais, como a reforma trabalhista e da previdência, bem como tramitação no Congresso das reformas tributárias e administrativa. Na educação, as principais alterações estão relacionadas à reforma do ensino médio; alteração nas diretrizes, tanto educacionais como de formação docente; além da instauração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Estas modificações foram, quase sempre, tocadas por medidas provisórias ou decretos, limitando a discussão, desconsiderando estudiosos/as da educação e movimentos sociais. É um processo que teve continuidade após a eleição presidencial de 2018 e estará em disputa nas eleições de 2022.

As consequências destas reformas neoliberais afetam diferentes dimensões da sociedade, principalmente, o trabalho docente, “adequando-os à demanda formativa do atual modelo de

⁷ Inúmeros pesquisadores das áreas jurídicas e políticas assim denominou o processo de destituição da Presidenta Dilma Rousseff, uma vez que teria envolvido uma soma de esforços conjuntos entre setores do Judiciário, do Congresso Nacional e da mídia de grande circulação no país.

acumulação flexível e de um mercado capitalista em crise” (FERNANDES, 2018, p. 107). Além disso, o estímulo à competição, a ameaça de privatização, da publicização e terceirização está em evidência, sobretudo, com a proposta de reforma administrativa, que busca ampliar a participação do setor privado na administração pública, demonstrando uma mercantilização dos direitos sociais, outrora exclusivamente de competência pública. Especificamente sobre o trabalho docente, indica-se que este:

[...] sofre uma dupla interdição – por um lado torna-se quantitativamente desnecessários na medida em que conteúdos historicamente construídos, a ele relacionados, são reduzidos/flexibilizados segundo itinerários formativos a serem definidos, em última instância, pelos sistemas públicos de ensino. Por outro lado, torna-se qualitativamente desnecessário pela eliminação da categoria trabalho e do processo dialético que o fundamenta como princípio educativo, em favor do desenvolvimento de competências. (FERNANDES, 2018, p. 122-123).

Essa dupla interdição afeta o trabalho como também a qualidade de vida dos/as docentes, dimensões que estão imbricadas no “ser” professor/a.

A temática da Qualidade de Vida n(d)o Trabalho (QVT) tem crescido no Brasil, despertando o interesse de empresários e administradores pela contribuição que pode oferecer para a satisfação do/a empregado/a e a produtividade empresarial (LIMONGI-FRANÇA, 2004). Sua inserção no serviço público brasileiro coincide com a implantação de reformas administrativas neoliberais a partir dos anos 1990, adotando uma perspectiva gerencialista de gestão pública. Historicamente, no serviço público, a QVT é situada em uma abordagem de viés assistencialista, que tem no/a trabalhador/a a variável de ajuste (FERREIRA, ALVES e TOSTES, 2009). Essa abordagem marca uma perspectiva que individualiza e responsabiliza o/a trabalhador/a, tanto pela promoção da QVT quanto por seus processos de adoecimento relacionados com as questões de

trabalho, mascarando a influência da totalidade da organização do Estado neste processo.

O objetivo deste trabalho, então, é investigar se e como o conceito de QVT, em uma perspectiva histórica e polissêmica, é abordado nas produções acadêmicas a partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016. Nesta perspectiva, indica-se que o conceito de QVT é temporal, assumindo uma perspectiva histórica. Portanto, deve ser analisado no âmbito coletivo e não individual.

Este estudo se apoia na perspectiva de Lacaz (2010) que concebe o conceito de QVT como de caráter político, dotado de historicidade e polissemia. Para este autor:

[...] ao se cotejar uma concepção de QVT que se contrapõe à visão hegemônica defendida pela gerência capitalista, a qual tem sua base de atuação na aparência dos problemas, propondo técnicas de relaxamento, ginástica laboral, meditação, o que recoloca em pauta a culpabilização da vítima, estratégia esta subsidiada por inúmeros artigos, teses e livros; cabe questionar esta abordagem. (LACAZ, 2010, p. 569).

Para questionar essa abordagem hegemônica da gerência capitalista, a perspectiva de análise neste estudo parte de uma dialética materialista marxiana que pensa a história das sociedades a partir de sua produção material de existência e suas ideologias resultantes do processo de contraposição entre classes sociais antagônicas (PACÍFICO, 2019). Compreende-se que a realidade é um permanente movimento (PAULA, 1992) além de existir um nexo dialético manifesto entre epistemologia e história, onde a produção do conhecimento sempre está sujeita às contingências econômicas, políticas, sociais e culturais de sua época (FERREIRA JR., 2013).

Metodologia

A metodologia abrange a busca por produções acadêmicas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Para tanto, utiliza-se do descritor "Qualidade de Vida no Trabalho" AND "Educação" e "Qualidade de Vida do Trabalho" AND "Educação". A pesquisa foi realizada durante o mês de dezembro de 2021, obtendo-se 59 resultados. A seleção das produções compreendeu trabalhos relacionados à QVT e educação, excluindo-se pesquisas que não tivessem qualquer relação com um destes temas. Ao final, selecionaram-se 35 trabalhos para análise, sendo 31 dissertações e 4 (quatro) teses.

Adotou-se uma restrição temporal, limitando-se a seleção de pesquisas defendidas a partir do ano de 2016, pois este foi o ano do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, marco das reformas neoliberais mais recentes, principalmente nos campos trabalhista, previdenciário e educacional. Portanto, esta opção tem como fundamento a verificação de possíveis efeitos das transformações no direcionamento das políticas de gestão do Estado em trabalhos acadêmicos que tratem da QVT de profissionais da educação, pois as reformas podem impactar diretamente nas suas condições de trabalho.

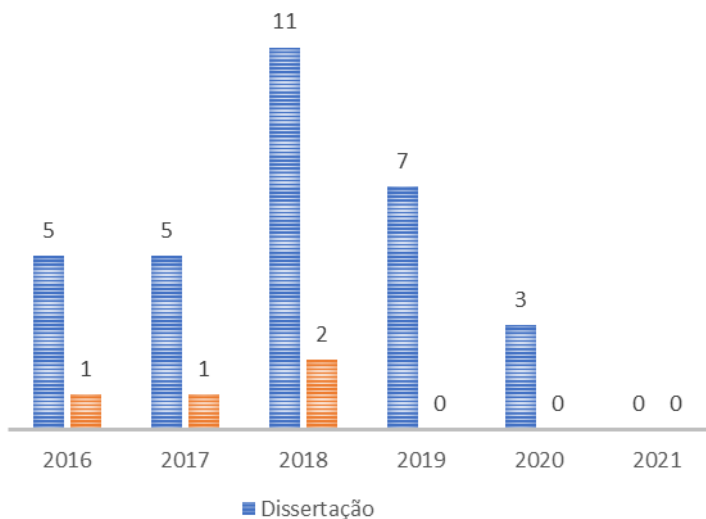
A análise dos dados foi centralizada no exame dos títulos e resumos das produções, com uma abordagem baseada na análise qualitativa de conteúdo (BARDIN, 2016), organizando-a em três polos cronológicos: pré-análise, através da seleção dos trabalhos a partir de seus títulos; exploração do material, a partir da leitura completa de seus resumos; e tratamento de resultados, com inferência e interpretação. Os trabalhos foram categorizados por tipo (dissertação ou tese) e assunto, agrupando-se os de temática similar para análise e confecção do texto. Os estudos sem pares equivalentes foram incluídos ao final do texto.

As pesquisas sobre QVT e educação a partir de 2016

As pesquisas encontradas, em sua maioria, apresentam diagnósticos de QVT nos ambientes de trabalho de profissionais de educação, sendo escolas, universidades e Institutos Federais (IFs), indicando uma premissa de necessidade de um ambiente de trabalho favorável ao bem-estar e, conseqüentemente, mais produtivo (BRANDÃO, 2019). Além disso, discorrem sobre a promoção da QVT nas organizações educacionais.

Os trabalhos foram distribuídos por tipo e ano, conforme disposto na figura 1, demonstrando que há uma concentração de publicações principalmente no ano de 2018, totalizando pouco mais de um terço das produções.

Figura 1 – Distribuição dos trabalhos por tipo e ano

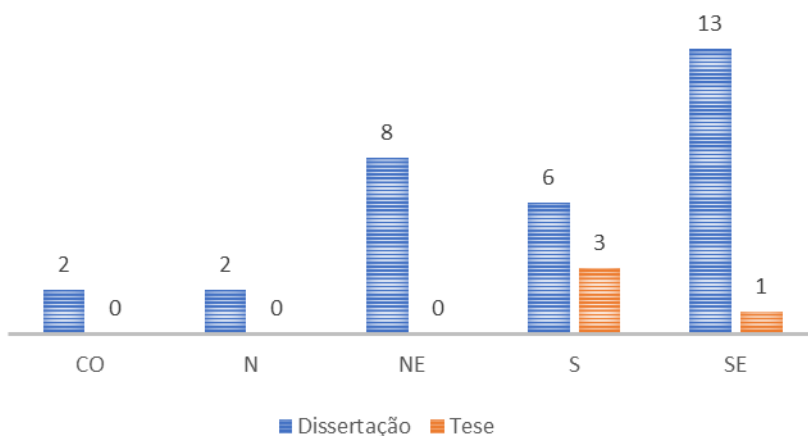


Fonte: elaborado pelos autores com base em dados da BDTD (2021).

A distribuição geográfica dos trabalhos é apresentada pela figura 2, demonstrando uma concentração de trabalhos de dissertação nas regiões Sudeste (41,9%), Nordeste (25,8%) e Sul

(19,3%). Já as regiões Centro-Oeste e Norte contam somente com 6,5% das dissertações cada, não dispondo de nenhuma tese sobre o tema, assim como a região Nordeste. As teses estão concentradas na região Sul, com 75%, enquanto a região Sudeste concentra 25%.

Figura 2 – Distribuição das produções por tipo e região do programa



Fonte: elaborado pelos autores com base em dados da BDTD (2021).

O absenteísmo-doença⁸ entre a categoria de técnicos administrativos em educação (TAEs) em universidades públicas federais é tema do trabalho de Cruz (2019), concluindo pelo reconhecimento da importância das ações e das políticas de QVT para o bem-estar geral dos trabalhadores e para a positividade do clima organizacional, além de sinalizar para a necessidade de promoção e aprimoramento da QVT no âmbito da Universidade

⁸ O estudo conceitua absenteísmo como o período em que o/a servidor/a deixa de comparecer ao local de trabalho fora das ocasiões previstas e já programadas, justificando ou não sua ausência. Podem se caracterizar por faltas, atrasos ou saídas adiantadas decorrentes de problemas de saúde.

Federal de Juiz de Fora (UFJF) como meio de propiciar melhores condições de saúde dos servidores.

A temática de QVT de TAEs não se restringe às universidades, pois também se encontra trabalhos referentes à servidores desta categoria lotados nos IFs. É o caso do trabalho de Silva S. (2018), que fez um estudo quantitativo e qualitativo com objetivo de investigar a QVT de TAEs de um IF sobre a percepção dos trabalhadores. Vilarim Neto (2018) analisa a questão da participação e/ou ausência de participação dos servidores TAE no programa de QVT, constatando uma baixa participação.

Outrossim, a QVT entre os TAEs é tema do trabalho de Campos (2016), que analisa a QVT dos TAEs do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul-rio-grandense), utilizando o modelo de Walton⁹, através de uma pesquisa descritiva. Dantas (2019), ao analisar a QVT de TAEs no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – campus Patos (IFPB/Patos), descreve o sentido de QVT por parte do público pesquisado, para subsidiar a proposição de ações e melhorias.

Ademais, a QVT dos TAEs é foco de análise na UFJF (ASSIS, 2019). A pesquisa traz uma perspectiva de melhoria de produtividade e redução de custos. A percepção sobre QVT de TAEs também foi feita na Universidade Federal da Paraíba (PONTES, 2018), utilizando-se da Escala Likert¹⁰. Capano (2018) busca identificar as dimensões que afetam a QVT dos TAEs na

⁹ O modelo de Walton (1973) pauta-se em critérios para a QVT que são divididos em oito categorias conceituais, a saber: compensação justa e adequada; segurança e saúde nas condições de trabalho; oportunidade imediata para uso e desenvolvimento da capacidade humana; oportunidade futura para crescimento e segurança continuados; integração social na organização do trabalho; constitucionalismo na organização do trabalho; trabalho e o espaço total de vida; e a relevância social do trabalho na vida (FREITAS e SOUZA, 2009).

¹⁰ A escala Likert surgiu de um relatório publicado em 1932, cujo autor – educador e psicólogo americano – Rensis Likert, explica o método que aborda um tipo de escala de resposta psicométrica. Inicialmente, são coletadas as várias informações sobre determinadas afirmações, em relação às quais são oferecidas opções com graus de intensidade ou importância (TROJAN; SIPRAKI, 2015).

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A categoria TAE foi objeto de estudo ergonômico relacionados às suas atividades laborais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (SILVA, 2016) confirmando a prevalência de queixas musculoesqueléticas e evidenciando a existência de níveis de risco ocupacionais que podem contribuir para seu surgimento, com indicação de que os maiores níveis de risco identificados apontam para os aspectos físicos, em seguida, despontam os aspectos organizacionais e por último os aspectos psicossociais.

Esta temática ainda é abordada por Borges (2018), que busca compreender a relação entre a QVT – que contempla variáveis de contexto de trabalho – e a intenção de rotatividade – um indicador comportamental – dos servidores de carreira TAE da Universidade Federal de Brasília (UNB). O estudo destaca as transformações no contexto de trabalho das organizações advindas da reestruturação produtiva e das mudanças na conjuntura político administrativa.

Outro assunto recorrente encontrado nos trabalhos selecionados é a análise dos programas de QVT de instituições educacionais. Este tema está presente no trabalho de Arantes (2018), que realiza um diagnóstico da QVT dos/as trabalhadores/as de forma a incluir a avaliação do programa de QVT institucional. A autora descreve o trabalho como uma pesquisa exploratória e descritiva, aplicada, documental de campo e predominantemente quantitativa, fazendo uma correlação histórica da QVT com as mudanças no mundo do trabalho. É um estudo que inclui trabalhadores/as das categorias docente, técnico-administrativa e terceirizados, realizado em um campus fora da sede de uma universidade federal, concluindo que a universidade não possui um programa específico de QVT, existindo um roteiro voltado para a saúde geral dos servidores com o objetivo de alertá-los sobre a importância de se manterem saudáveis para desempenharem bem as suas funções públicas.

A análise de programas institucionais de QVT é feita também por Pôssas (2017) que, através de um estudo de caso na

Universidade Federal Fluminense (UFF), propõe ações para auxílio à implantação da política de atenção à saúde e segurança do/a servidor/a público/a federal (PASS). Este é um assunto que também é abordado por Sanches (2018), que analisa o programa de QVT da Universidade Federal de Alfenas – (UNIFAL-MG), no quadro de seus servidores. Neste estudo, o autor conclui que foi possível entender que a QVT envolve um conjunto de ações que estimulam um ambiente de trabalho saudável, trazendo uma perspectiva individualizante em relação ao absenteísmo.

Há outros trabalhos que trazem a perspectiva da PASS, que se consolidou como política de Estado, sendo um instrumento legal das ações de promoção e vigilância à saúde entre os órgãos públicos da Administração Pública Federal do executivo. Teixeira (2018) investigou os sentidos atribuídos à promoção da saúde pelos/as servidores/as da Universidade Federal do Pará (UFPA), concluindo pela necessidade de avançar nas discussões acerca de saúde, riscos, vulnerabilidade, território, intersectorialidade, autonomia crítica, empoderamento e participação social entre outros, como um caminho para o enfrentamento de situações que impedem o ganho de saúde.

Ademais, a análise da PASS é tema do trabalho de Taissuke (2016) que analisa sua implantação no âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC) através dos eixos de assistência, perícia, promoção e vigilância à saúde no período de 2011 a 2014, demonstrando a necessidade de fortalecimento da PASS enquanto política pública e do estabelecimento de regras claras para a criação de unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS). A autora indica ainda o desenvolvimento de projetos pelo SIASS UFC, mas com atendimento de um número pequeno de servidores e com concentração na capital do estado. Aponta a necessidade de capacitação de equipe multiprofissional e melhoria de integração entre coordenadorias.

A questão da QVT de professores/as está presente em alguns trabalhos. Martins (2020) descreve o perfil docente e a QVT entre professores/as de nível superior em um centro universitário da

rede privada. Para isso, utiliza-se do instrumento de QVT de Walton adaptado, medido por uma escala do tipo Likert e conclui pela satisfação laboral do público pesquisado. Já Oliveira (2019) identificou a percepção de QVT dos/as professores/as dos cursos de graduação em Ciências Contábeis do estado de Minas Gerais, de acordo com os ciclos de desenvolvimento profissional e adotando o modelo de Huberman¹¹.

Em outro estudo (FARIAS, 2018), analisa-se o stress ocupacional e QVT de professores/as do ensino superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), através de uma abordagem qualitativa e exploratória, indicando que o público-alvo reconheceu a relação entre o stress e a QVT e confirmou que um dos fatores para a falta da QVT no âmbito organizacional são ocasionados pelas relações com os superiores, os conflitos estabelecidos nas relações interpessoais e pela falta de planejamento e organização do trabalho.

O stress ocupacional de professores/as universitários/as também é tema do trabalho de Vanzin (2019), que indica que a autoavaliação sobre o estresse ocupacional é influenciada pela característica sexo/gênero, apontando que as professoras se mostram mais vulneráveis ao estresse ocupacional na comparação com os professores. Porém, são os docentes que, mais frequentemente, usam medicamentos na gestão do estresse laboral, revelam tendência à mudança de profissão e não percebem alguma preocupação da universidade com relação à saúde e bem-estar de profissionais que nela trabalham. Galdino (2017) investigou o absenteísmo docente decorrente de enfermidades na rede pública do Estado do Amazonas, concluindo pela necessidade de aprofundar os conhecimentos dos

¹¹ O modelo de Huberman está baseado na delimitação dos ciclos de desenvolvimento profissional dos professores em entrada, estabilização, diversificação ou questionamento, serenidade ou conservantismo e desinvestimento. As etapas acontecem de maneira linear, já que cada professor está inserido em um contexto que possui sua própria característica (MOREIRA; NASCIMENTO; SONOO; BOTH, 2010).

gestores sobre a qualidade de vida do trabalho docente, e a necessidade de reorganização da escola para atender os alunos na ausência do professor.

Sobre a temática da QVT docente, dois trabalhos se destacam. Um deles (SOUZA, 2017) verifica as condições de trabalho em que os/as professores/as dos anos iniciais do ensino fundamental estão submetidos e as consequências para sua saúde. A distinção se dá por partir da premissa de que as condições de trabalho interferem na saúde, colocando as subcategorias de formação continuada, aspectos funcionais e organizacionais, carreira, atividade docente e condições físicas e materiais. Já Dalago (2019), ao avaliar o programa de atenção à saúde e ao trabalho do/a professor/a municipal de Paranaguá, constata que a criação da Comunidade de Investigação “Programa de Atenção à Saúde ao trabalho do Professor” é um desafio permanente, que perpassa pelas condições históricas, ideológicas e políticas do sistema educacional brasileiro e da implicação de seus atores.

Outras dissertações trabalham a QVT docente, como é o caso de Batillani (2018), que analisa o bem-estar dos/as profissionais de educação física que exercem pluriemprego, indicando que possuíam um estilo de vida positivo, com satisfação intermediária com relação ao trabalho. Cancian (2020) busca identificar e analisar a percepção dos/as professores/as estatutários/as que atuam na formação profissional na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) a respeito de sua saúde e qualidade de vida, concluindo que o excesso de carga de trabalho tem contribuído para a diminuição da qualidade de vida e da saúde mental destes/as trabalhadores/as e que as relações sociais, assim como as ambientais, influenciam na saúde mental dos/as docentes, tanto em aspectos positivos, quanto negativos. Brum (2018) estende sua pesquisa a outros profissionais de uma instituição de educação profissional do oeste catarinense, investigando a capacidade para o trabalho e a QVT de seus/suas trabalhadores/as. Concluiu que os resultados foram positivos, podendo indicar que a satisfação no

trabalho e na vida fora dele, pode proporcionar boa capacidade para o trabalho e qualidade de vida.

Outros assuntos ainda são relacionados em trabalhos sobre QVT e educação. Hipólito (2016) verificou a QVT de pessoas com deficiência. Para isso considerou barreiras atitudinais, arquitetônicas e acesso ao trabalho, realizando um estudo de natureza quantitativa. A análise de contribuições das práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) ofertadas pelo programa de PICS no Sistema Único de Saúde (SUS) para a qualidade de vida dos trabalhadores da escola de enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é tema da pesquisa de Natividade (2020), que realizou um estudo com abordagem qualitativa e finalidade descritiva do tipo estudo de caso, tendo como instrumento o questionário WHOQOL-bref¹².

A dissertação de Fernandes (2016) objetivou conhecer a relação entre os gestores e a promoção da QVT para os membros de sua equipe, considerando os olhares dos atores envolvidos no processo. É uma pesquisa qualitativa e descritiva que adota uma perspectiva do bem-estar. A educação permanente como ferramenta para a melhoria de qualidade de vida no processo de envelhecimento saudável é pesquisada por Fernandes (2017). Já Lima (2017) investiga a percepção de servidoras lotadas na pró-reitoria de gestão de pessoas da UFC no tocante ao conceito de assédio sexual, colocando-o como um desrespeito à dignidade, à liberdade sexual, à QVT e ao estabelecimento do trabalho decente.

¹² O WHOQOL-bref é uma versão abreviada do WHOQOL-100 e surge da necessidade de instrumentos curtos e de rápida aplicação. Possui 26 questões, sendo que a primeira se refere à qualidade de vida de modo geral e a segunda, à satisfação com a própria saúde. As outras 24 questões estão divididas nos domínios físico, psicológico, das relações sociais e meio ambiente, sendo um instrumento que pode ser utilizado tanto para populações saudáveis como para populações acometidas por agravos e doenças crônicas. Além do caráter transcultural, os instrumentos WHOQOL valorizam a percepção individual da pessoa, podendo avaliar qualidade de vida em diversos grupos e situações (KLUTHCOVSKY; KLUTHCOVSKY, 2009).

Com relação às teses encontradas, Güths (2016) apresenta uma proposta de modelo conceitual de gestão da QVT em instituições de ensino superior. Assim, aborda a necessidade de política institucional que suporte a estratégia e uma implementação do modelo proposto apoiada nos colaboradores da organização alinhada à cultura organizacional. Azevedo (2017) fez um levantamento epidemiológico de corte transversal que buscou investigar os/as docentes do ensino superior e hábitos de vida que possam contribuir ou agravar o surgimento de transtornos mentais comuns e estresse nesta população.

A tese de Silva J. (2018) relaciona precarização do trabalho e adoecimento docente ao investigar a repercussão do trabalho dos professores sobre suas vidas pessoais cotidianas e a implicação dessa dinâmica sobre seu processo saúde-doença. Já Brito (2018) analisa de que modo se estabelecem as possíveis relações de predição da abordagem Biopsicossocial e Organizacional (BPSO) em conjunto com a espiritualidade no trabalho e dos fatores psicossociais relacionados ao estresse como antecedentes contextuais do engajamento no trabalho. A análise é feita a partir da construção de um modelo integrador de gestão de comportamento organizacional no enquadramento de uma perspectiva de visão integral dos servidores de uma IES pública.

As pesquisas encontradas demonstram uma centralidade na investigação de QVT em profissionais de educação com foco, principalmente, em aspectos individuais e de ambiente de trabalho. Isto demonstra uma característica de responsabilização relacionada à administração gerencial de lógica neoliberal. Nota-se que os trabalhos, em sua maioria, se baseiam numa perspectiva de bem-estar e aumento de produtividade, o que desconsidera aspectos que são interligados com o atual estágio do capitalismo, marcado por processos de precarização das relações de trabalho. Torna-se complexo falar exclusivamente em bem-estar e positividade em um cenário onde o/a profissional está submetido a perda de autonomia, desvalorização, ameaças de privatização/publicização, modificação da escola (principalmente a pública) e

suas bases curriculares, lógica mercantil de educação, relação discente-turma-docente, baixa remuneração, ausência de carreira, condição social de seus/suas estudantes, responsabilização pela qualidade da escola, dentre outros.

A perspectiva de QVT relacionada à produtividade e redução de custos é mais um vestígio de que os trabalhos servem a uma lógica gerencial neoliberal. Mesmo que parte das produções tragam aspectos organizacionais na análise, conclui-se que isto é insuficiente para incluir estes trabalhos numa perspectiva de QVT histórica e polissêmica, pois as instituições de educação, assim como seus/suas servidores/as, vivenciam as consequências do contexto histórico, político e econômico nacional, estando atualmente submetidas, principalmente, a restrições de financiamento, o que limita investimentos, sobretudo em políticas de pessoal.

As variáveis de contexto do trabalho são perceptivelmente contempladas apenas nos trabalhos de Souza (2017), Borges (2018), Arantes (2018), Silva J. (2018) e Dalago (2019). Salienta-se que a análise se restringiu aos resumos, o que não permite uma investigação apurada sobre as nuances completas trazidas pelas produções. De todo modo, evidencia-se a necessidade de estudos que adotem uma perspectiva histórica e polissêmica de QVT em detrimento de uma abordagem de viés assistencialista, que tem no/a trabalhador/a variável de ajuste, com lógica gerencial e neoliberal que individualiza as questões relacionadas à saúde e qualidade de vida do/a trabalhador/a.

Ademais, não se visualiza nas produções analisadas aspectos políticos diretamente relacionados às mudanças recentes no direcionamento das políticas de gestão do Estado, o que demonstra uma possível ausência de fatores da organização estatal nas discussões relacionadas à QVT, o que fortalece ainda mais a ideia de uma QVT descolada dos aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais.

Considerações finais

As políticas institucionais de QVT são relativamente novas no serviço público, mas elas têm refletido uma lógica de administração gerencial que desconsidera um cenário de sucateamento dos serviços públicos, principalmente, os relacionados aos direitos sociais. É um contexto que aplica um senso comum neoliberal, onde prevalece a crença de que há melhor qualidade nos serviços privados.

Esta ideologia tem como uma de suas bases o individualismo que, nas relações de trabalho, perpassa pela responsabilização do/a trabalhador/a em torno dos problemas vivenciados na execução de seu trabalho, desconsiderando fatores como a flexibilização do mercado de trabalho, marcado por um contexto de precarização. A fase atual do capitalismo dependente brasileiro tem ofertado aos/as trabalhadores/as um cenário de empobrecimento, marcado pelo desemprego estrutural, aumento da inflação, precarização das relações de trabalho e perda de direitos trabalhistas.

Em paralelo, os programas institucionais de QVT desconsideram em suas políticas as questões gerais e institucionais e aderem à uma lógica de individualização, onde o/a trabalhador/a é responsabilizado/a por seu adoecimento.

Os resultados deste trabalho demonstram que, na maioria dos trabalhos, o conceito de QVT não é adotado em uma perspectiva histórica e polissêmica. Prevalece uma QVT de caráter individualizante, com foco na melhoria de produtividade e redução de custos, que exporta a lógica gerencial empresarial para o serviço público. Esses resultados demonstram a necessidade de uma QVT que agregue as especificidades da administração pública, o contexto-histórico social, as questões coletivas, assim como a individualidade do/a trabalhador/a.

Referências

- ARANTES, Maria do Carmo. **Qualidade de vida no trabalho (QVT): estudo em um campus fora de sede de uma universidade federal**. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2018.
- ASSIS, Renata Morais Simões de. **Qualidade de vida no trabalho dos servidores técnico- administrativos da Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.
- AZEVÊDO, Denize Pereira de. **Atividades físicas no tempo de lazer, transtorno mental comum e estresse em docentes de uma instituição de ensino superior pública da Bahia**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Florianópolis, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATILLANI, Tiago Garcia. **Bem-estar dos profissionais de educação física que exercem pluriemprego**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Londrina, 2018.
- BORGES, Eurides Alves. **Qualidade de vida no trabalho e intenção de rotatividade: estudo com servidores de uma instituição pública de ensino superior**. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- BRANDÃO, Ana Carolina Laureano. **Qualidade de vida no trabalho: um diagnóstico na Secretaria de Educação do Distrito Federal**. 2019. 68 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- BRITO, Lucas Charão. **Biopsicossocial, organizacional e espiritual: proposição de um modelo de análise dos antecedentes**

contextuais de engajamento do trabalho. 2018. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2018.

BRUM, Elida Martins. **Capacidade para o trabalho e qualidade de vida:** avaliação do quadro funcional em instituição de educação profissional: região oeste de Santa Catarina. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

CAMPOS, Nilo Moraes de. **Qualidade de vida no trabalho dos servidores técnico-administrativos do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - IFSUL.** 2016. 93 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2016.

CANCIAN, Queli Ghilardi. **Trabalho e Ciência:** Um olhar para a saúde e qualidade de vida dos professores universitários. 2020. 286 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel PR, 2020.

CAPANO, Manuel Monteiro Cunegundes. **Qualidade de vida no trabalho:** um estudo sobre as dimensões que afetam os servidores técnico-administrativos na Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2018. 155 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PROFIAP)). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRUZ, Rodrigo Nunes da. **Absenteísmo-doença e qualidade de vida no trabalho entre os técnicos administrativos em educação da UFJF.** 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

DALAGO, Irazilda Bisson. **Programa de atenção à saúde e ao trabalho do professor municipal de Paranaguá:** um estudo de caso. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede

Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais). Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2019.

DANTAS, Bárbara Birney Silva. **Qualidade de vida no trabalho dos técnicos administrativos do IFPB/Campus Patos**. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. – Sousa/PB – Brasil, 2019.

FARIAS, Daysi Lucidi Gomes de. **Choque de Realidade: um estudo sobre stress ocupacional e qualidade de vida no trabalho em Instituto Federal no Rio de Janeiro**. 2018. 119f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu/Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2018.

FERNANDES, Gilvania Moraes de Araújo. **Fios que tecem o bem e o mal-estar laborais: o papel dos gestores na promoção da qualidade de vida no trabalho**. 2016. 168f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FERNANDES, Adriana Cortez Marcellos. **Educação permanente e qualidade de vida: envelhecimento saudável de trabalhadores de uma escola pública**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde) - Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, Niterói, 2017.

FERNANDES, Cláudio. **Da “desnecessidade” da educação à “desnecessidade” do trabalho docente no ensino médio: contradições e possibilidade**. In: MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto; AFFONSO, Cláudia Regina Amaral; NEPOMUCENO, Vera Lúcia da Costa. (org.). Trabalho docente sobre fogo Cruzado. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

FERREIRA, Mário César; ALVES, Luciana; TOSTES, Natalia. **Gestão de qualidade de vida no trabalho (QVT) no serviço público federal: o**

descompasso entre problemas e práticas gerenciais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Jul-Set 2009, Vol. 25 n. 3, pp. 319-327. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/m8Wc9XQSSBkSQSjG3vJ8CgB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FERREIRA JR., Amarílio. A influência do marxismo na pesquisa em educação brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 49, p. 35–44, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640319>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo a construção do conceito**. In: DATHEIN, R., org. *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/8m95t/pdf/dathein-9788538603825-02.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FREITAS, André Luís Policani; DE SOUZA, Rennata Guarino Bastos. Um modelo para avaliação da qualidade de vida no trabalho em universidades públicas. **Sistemas & Gestão**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 136–154, 2009. DOI: 10.7177/sg.2009.V4N2A4. Disponível em: <<https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/V4N2A4>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

GALDINO, Ielva Bentes. **Absenteísmo docente na rede pública do estado do Amazonas: um estudo de caso em três escolas do município de Manaus/AM**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

GÜTHS, Henrique. **Modelo conceitual de gestão da qualidade de vida no trabalho em instituições de educação superior**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HIPÓLITO, Maiza Claudia Vilela. **Sentidos atribuídos por pessoas com deficiência em relação a qualidade de vida no**

trabalho. 2016. 78 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP, 2016.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

KLUTHCOVSKY, Ana Cláudia G.C.; KLUTHCOVSKY, Fábio Aragão. O WHOQOL-bref, um instrumento para avaliar qualidade de vida: uma revisão sistemática. **Rev Psiquiatr Rio Gd Sul** 2009; 31(3 Supl.):12. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rprs/a/dpfNr9ySHS3JyF8bNmjHQtw/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Qualidade de Vida n(d)o Trabalho: Um Conceito Político e Polissêmico. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 565-572, nov.2009/fev.2010. Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/5319>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

LIMA, Érica Cavalcante. **Assédio sexual em uma instituição de ensino superior:** a percepção das servidoras da Universidade Federal do Ceará (UFC). 2017. 144f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2017.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho – QVT:** conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2. ed. São Paulo: Atlas: 2004.

MARTINS, Adriana Pinto. **Perfil sociodemográfico e qualidade de vida no trabalho entre os docentes de um centro universitário.** 2020. 1 recurso online (48 p.) Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Campinas, SP, 2020.

MOREIRA, Hudson de Resende; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; SONOO, Christi Noriko; BOTH, Jorge. Qualidade de vida no trabalho e perfil do estilo de vida individual de professores de

Educação Física ao longo da carreira docente. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.4 p.900-912, out./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/motriz/a/kjmGWwFYPLjxssFdt9tq9gc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MOREIRA, Valéria de Moraes Vicente. **A organização do trabalho do professor e a qualidade do ensino**. In: MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto; AFFONSO, Cláudia Regina Amaral; NEPOMUCENO, Vera Lúcia da Costa. (org.). Trabalho docente sobre fogo Cruzado. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

NATIVIDADE, Poliana Cristina Soares. **Contribuições das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde para a qualidade de vida dos trabalhadores**. 2020. 154 f. Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, Belo Horizonte, 2020.

NEPOMUCENO, Vera Lúcia da Costa. **Reforma do ensino médio: uma estratégia do capital**. In: MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto; AFFONSO, Cláudia Regina Amaral; NEPOMUCENO, Vera Lúcia da Costa. (org.). Trabalho docente sobre fogo Cruzado. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

OLIVEIRA, Ana Clara Lacerda de. **Percepção de qualidade de vida no trabalho de professores do curso de graduação em Ciências Contábeis do estado de Minas Gerais**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado - Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PACÍFICO, Marsiel. Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método. **Argumentos**, ano 11, n. 21 - Fortaleza, jan./jun. 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/41057/97297>>. Acesso em 23 jan. 2022.

PAULA, João Antônio de. A produção do conhecimento em Marx. **Cadernos Abess**. São Paulo, Cortez, 1992, p.17-42. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-cadernos-abepss->

n5-a-producao-do-conhecimento-em-marx-201702011247561642280.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, n° 45, 1998.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/xQZRPfMdrHyH3vjKLqtmMWd/?lang=pt>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

PONTES, Érika Vanessa de Oliveira. **Qualidade de vida no trabalho: percepção de servidores técnico-administrativos do Campus I da Universidade Federal da Paraíba**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

PÔSSAS, Nathalia São Paio D'Amato. **Proposta de ações para auxílio à implementação da política de atenção à saúde e segurança do servidor público federal (PASS) – Estudo de caso UFF**. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão). Universidade Federal Fluminense. Escola de Engenharia, 2017.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SANCHES, Marco Aurélio. **Programa de qualidade de vida no trabalho na Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG - campus sede: um estudo de caso**. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2018.

SILVA, Jefferson Peixoto da. **Quando o trabalho invade a vida: um estudo sobre a relação trabalho, vida pessoal cotidiana e saúde de professores do ensino regular e integral de São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Suzan Evelin. **Qualidade de Vida no Trabalho: com a palavra os trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2018. 312 f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2018.

SILVA, Ana Cláudia Colaço Lira e. **Fatores de risco e prevalência de queixas musculoesqueléticas entre os técnico-administrativos em Educação:** estudo realizado na Universidade Federal de Pernambuco. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ergonomia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Márcia Helena Gemaque de. **As condições de trabalho e a repercussão na saúde dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental.** 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017.

TAISSUKE, Andreia Serafim de Negreiros. **Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal:** avaliação de sua implantação na Universidade Federal do Ceará (UFC). 2016. 101 f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2016.

TEIXEIRA, Maria de Nazaré Barbosa. **A voz do servidor público da UFPA:** um estudo sobre os sentidos da promoção da saúde no local de trabalho. 2018. 158 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia) - Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

TOLENTINO, Marlúcia Araújo. As Reformas no Brasil: Do Capitalismo Dependente à “Nova Dependência” do Capital Globalizado. CSOnline - **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 5, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17091>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

TROJAN, Rose Meri; SIPRAKI, Robson. Perspectivas de estudos comparados a partir da aplicação da escala Likert de 4 pontos: um estudo metodológico da pesquisa TALIS. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 2, p. 275–300, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i2.7761. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7761>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

VANZIN, Natália Gióia Cípola. **Estresse ocupacional e trabalho docente**: estudo de caso em uma instituição federal de ensino superior. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

VILARIM NETO, Manoel Mariano. **Participação dos servidores técnico administrativos do Centro de Educação no programa de qualidade de vida no trabalho da Universidade Federal da Paraíba**. 2018. 69 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

YANAGUITA, Adriana Inácio. As Políticas educacionais no Brasil nos anos 1990. XXV Congresso Brasileiro. II Congresso Ibero-Americano de Política e administração da Educação **Jubileu de Ouro da ANPAE (1961-2011)** São Paulo, Brasil. 26 a 29 de abril de 2011. Biblioteca ANPEA. Série de Cadernos nº 11 de 2011.

CAPÍTULO 3

O Materialismo Histórico-Dialético e a qualidade de vida docente

Welton Cardoso Júnior

Cláudio Pinto Nunes

Germínio José da Silva Júnior

Berta Leni Costa Cardoso

Os espaços de ensino no Brasil são espaços de poder social que o desenvolvimento tecnológico atual e o fenômeno da globalização afetaram. Segundo Masetto (2003), essa revolução exigiu revisão de carreiras profissionais e desse docente, mais ainda a produção e a divulgação do conhecimento para além das fronteiras físicas das instituições.

Segundo esse autor, o docente deixou de ser meramente o repassador de informações e passa a ser exigido por novas capacitações como por exemplo; “adaptabilidade ao novo, criatividade, autonomia, comunicação, iniciativa e cooperação” (p.14), competências necessárias para promover o desenvolvimento do profissional humano, social, político e ainda o potencial econômico do país.

O espaço de ensino deve, portanto, ser antes de tudo um momento de relações e convivências pedagógicas. Para Nunes e Oliveira (2017), essa é uma demanda de identidade profissional, de melhorias na formação inicial, de formação continuada e de atitudes que impactam na relação do docente com o trabalho. E nesse sentido, por sua maior dedicação e formação pedagógica, esperava-se naturalmente a sua maior valorização. Mas, o que deveria ser um custo de investimento essencial nos novos tempos e para a plena Educação, por força de interesses econômicos

diversos, caminha ainda por rumos incertos, muitas vezes em sentido oposto a essa expectativa. Tensão que implica em reflexos nas dimensões da qualidade de vida dos professores e cuja avaliação é precípua, pois nucleares sempre estarão os docentes no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa linha de pensamento, a qualidade de vida (QV) do trabalhador docente se apresenta como um fenômeno a ser compreendido e categorizado. A proposta aqui é fazê-lo por um diálogo com um método de análise. Ir a fundo, no mergulho ou no descenso da abstração e passarmos a alcançar os elementos e as interrelações desse fenômeno. Segundo Fernandes (1984), o materialismo histórico-dialético (MHD) é uma tese, segundo a qual, o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social e política. Segundo o autor, seria um método de compreensão e análise dos fenômenos a partir da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas.

O materialismo histórico-dialético (MHD), quanto teoria ou método, não corresponde à uma utilização formal de regras sacramentadas ou à aplicação de estruturas procedimentais. Para o próprio criador, Marx (1985), a implementação desse método deve pressupor, inicialmente, a captura da aparência da realidade (a representação inicial do todo) que então deva ser convertido em objeto de análise por meio de processos de abstração resultando numa compreensão de tipo superior e expressa, aludida como sendo a realidade concreta pensada.

O Materialismo que enuncia o método de análise de Marx é a indicação para um olhar da realidade que se pretende estudar e que não prescinde de ideiação anterior ou de pensamento prévio sobre essa realidade. Nessa concepção, o ser social existe, é de carne e osso, precisa sobreviver no mundo antes de qualquer outra coisa, precisa da materialidade de todas as coisas e precisa buscá-la de alguma forma, precisa produzi-la ou adquiri-la. É nesse movimento de transformação da matéria que se encontra a capacidade de explicação dos fenômenos sociais, eis que aí se deslinda um método de análise, uma forma de entender o

funcionamento do mundo real, interpretando as relações e interações construídas por e entre os homens que assim tornaram possível a vida em sua totalidade social. Analisar o mundo sob essa ótica materialista seria o mesmo que entender seus fenômenos a partir de uma base econômica, de um determinismo econômico que está sempre em um plano nuclear. Desse contexto todo o resto se derivaria

Essa análise passa ainda, segundo Marx, pela identificação ontológica das categorias de um fenômeno, ou seja, abstrações localizadas por um sentido comum e abrangente que compõem uma ordem do ser. São agrupamentos concebidos pelo pensamento e que assumem formas históricas e transitórias em sua expressão, e assim, exibem-se como um produto conceitual. Para o autor, as categorias, embora possam ser expostas individualmente, têm elos (in)visíveis que dão sentido recíproco e ao se complementarem dão sentido à realidade social. Categorizar parece dar sentido a um grupo de elementos, objetos com semelhanças que encontram uma convergência conceitual.

Um observador superficial procurando entender o que seria a qualidade de vida (QV) do docente traria à mente, imediatamente, uma ideia de múltiplos fatores relacionados a ela. De maneira comum, ainda caótica, podemos pensar em elementos como prazer, saúde, disposição, satisfação, longevidade, completude, ou até os ambientar nas relações familiares, no trabalho, no lazer, na religiosidade ou na vida social, por exemplo.

À primeira vista, também parece ser uma compreensão que varia de pessoa para pessoa e que, assim sendo, também poderia mudar ao longo da vida de cada um, e ainda, dependerá do tipo de cultura em que o indivíduo se insere. Nesse último aspecto, é possível assumirmos prontamente uma característica que é a histórica, falando especificamente sobre a qualidade de vida do sujeito.

Também não é difícil pensar numa relação material que implique na análise da qualidade de vida docente, já que esta parece estar associada a fatores econômicos como determinantes. Ora, a qualidade de vida pode estar diretamente relacionada às questões de

tensão entre o capital e o trabalho humano, como por exemplo, percebendo a remuneração salarial, as condições e as jornadas de trabalho dos professores. À primeira vista, poderíamos imaginar, por exemplo, que o lazer e a própria prática de atividades esportivas, muitas vezes, dependem de tempo próprio e de equipamentos particulares. Enfim, é fácil perceber que o materialismo é basilar ao se pensar a qualidade de vida dos sujeitos, assim como o historicismo também se estabelece facilmente.

Prosseguindo no sentido de distanciamento do plano de senso comum proposto pelo MHD, podemos verificar posicionamentos diversos, antagônicos ou sinérgicos que tentam categorizar o fenômeno da Qualidade de Vida. Em verdade, a abordagem do tema da QV tem sido uma “*frenesie*” científica. Há muitas publicações e pesquisas na atualidade, mas, assim como há grande discussão, suas definições e enfoques são muito numerosos e da mesma forma se comportam os seus instrumentos de investigação. Consequentemente, quanto maior a divagação, mais distante parece estar a sua sistematização diante dos observadores e estudiosos do tema. Mister este que deva ser perseguido porque embora não exista uma zona conceitual confortável e consagrada a despeito do tema qualidade de vida, este fenômeno deve ser perpassado com a profundidade epistêmica necessária em busca dessa sistematização.

Etimologicamente o termo qualidade deriva do latim “QUALIS” e significa um modo de ser característico de algo, em si mesmo ou relacionado a outro diferente, podendo assumir significados positivos ou negativos (AULETE, 2021). Landeiro *et al.* (2009) afirmam que o termo e o conceito de Qualidade de Vida (QV) surgiram com o crescimento e o desenvolvimento econômico ocorridos após a Segunda Guerra Mundial. Segundo estes autores, no Brasil, esse conceito começou a ser aplicado a partir de 1970, primeiramente circunscrito aos serviços de saúde e após 1988, ficando consagrado com a promulgação da Constituição Federal (CF) cidadã e com a consequente criação do Sistema

Único de Saúde (SUS), de maneira que seu enfoque foi dado inicialmente aos pacientes que eram usuários do sistema.

Para Day e Jankey (1996), as abordagens em estudos sobre Qualidade de Vida podem ser consideradas sob quatro óticas gerais: econômica, psicológica, biomédica e geral (holística). Para os autores a abordagem econômica tem os indicadores sociais como principal elemento. Segundo eles, foram os norte-americanos os primeiros a popularizarem esse enfoque e dele fizeram uma plataforma política nos anos de 1960. Sobre a abordagem psicológica os autores buscam indicadores que tratam das reações subjetivas dos indivíduos às suas vivências. Nas abordagens biomédicas a questão é de impactos das condições de saúde na capacidade de viver plenamente e nas abordagens holísticas, ainda segundo esses autores, baseiam-se na percepção da multidimensionalidade, sendo a Qualidade de Vida de análise complexa e dinâmica, difere de pessoa para pessoa e de acordo com seu ambiente e contexto que está inserido.

De acordo com Tani (2002), para ter qualidade de vida não basta ter atendidas as necessidades básicas da vida no sentido da sobrevivência, como comida, bebida, vestuário e moradia. Também, implicaria não somente em ter saúde física e mental adicionado nesse conjunto. Seria necessário, além dos anteriores, ter harmonia nas relações sociais, ter uma educação permanente e um bom relacionamento com o meio ambiente, ter tempo livre para o lazer e oportunidades de usufruir culturalmente. Gill e Feinstein (1994) dispõem que qualidade de vida é uma percepção individual e está relativizada a aspectos gerais da vida pessoal como a autoestima, por exemplo.

O que temos inicialmente é que são muitas dimensões pertinentes a qualidade de vida, mas esse mapeamento como soma de fatores também não é o bastante porque ainda há a questão da subjetividade dos indivíduos, e aí se aderem outros enfoques e conceitos. A percepção inicial é de que o termo qualidade de vida quer nos dizer muito, mas ao mesmo tempo, ainda não consegue delimitar o todo.

Caminhando em busca da clarificação (unificação e a universalização) conceitual, a maior referência internacional da atualidade no tema, a World Health Organization Quality of Life (WHOQOL), grupo sobre Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (OMS), conceitua a qualidade de vida como a “percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 1998, p.3). Conceito que foi amadurecido a partir das estratégias de mensuração em saúde pública pois houve a necessidade de um novo paradigma de política pública no combate ao adoecimento das populações humanas pelo mundo. É a partir desse amadurecimento que compreendemos que a qualidade de vida ultrapassa, e muito, a mera questão do bem-estar físico e mental, pois avança sobre outras facetas ou dimensões da vida humana, inclusive a da religiosidade.

Para a OMS (1998), na medida em que se aumentava o foco de interesse na compreensão sobre aferições de saúde, as tradicionais taxas de mortalidade e morbidade restaram insuficientes para esta avaliação, e daí, percebeu-se a necessidade de aferir o conforto e o bem-estar humano, entendendo as motivações para as atividades diárias do homem. Isto porque somente as medidas de funcionalidade também não eram suficientes para aferir um status de realização plena do ser humano. Dessa forma, o esgotamento do modelo mecanicista, pautado no conceito de saúde por ausência de doença evidenciou a necessidade de uma compreensão distinta e mais abrangente sobre o significado de uma vida humana harmônica, que de fato, estava muito além das questões intrínsecas ao corpo e a mente, extrapolando-se para as questões externas a eles.

Os cuidados de saúde passaram então a considerar a existência da questão em torno do bem-estar humano como principal abordagem, e a partir daí, a aferição dessa questão passou a ser tratada através de um referencial que seria o constructo qualidade de vida. Nessa perspectiva, já compreendendo saúde de maneira mais

ampla, é que a OMS (1998, s.p.) a redefiniu para o “estado de completo bem-estar biológico, psíquico e social”. Entender o constructo de saúde, passa pelo entendimento do conceito de bem-estar que é determinado pela percepção de qualidade de vida, mas que diante da ausência de um consenso universal, cria o WHOQOL para perseguir este objetivo. Para além da clarificação dos conceitos estava o desafio pela ampliação complexa e sistematizada da visão sobre percepção da vida dos indivíduos. Nessa linha de construção da OMS, o desenvolvimento do bem-estar passaria pela depuração analítica sobre a qualidade de vida do indivíduo.

E assim, além da saúde física e psicológica, do nível de independência, das relações sociais e das crenças pessoais, as interações amplas dos indivíduos com os seus ambientes seriam elementos determinantes para a percepção de qualidade de vida. Portanto, além de multidimensional, o conceito necessariamente estaria de fato inserido numa perspectiva de subjetividade dos indivíduos, e assim também seria multicultural. Mas, nem mesmo por isto, desiste-se de sistematizá-lo a um termo comum e universalmente aceito. Pelo contrário, a busca é crescente.

Nesse ponto, o WHOQOL procurou agrupar estes aspectos amplos que relacionam a percepção de qualidade de vida do sujeito em características semelhantes, chegando à compreensão sobre as dimensões da vida humana, segmentando-as por frações semelhantes, os seus domínios. E mais, de maneira que se alcançasse a validade intercultural, ou seja, que fosse cuidadosamente capturado, testado e universalmente aceito. O método da OMS foi desenvolvido por instrumentos teorizados a partir da ideia de domínios, campos humanos de existência ou de realização prazerosa, bem como os de sujeição aos sofrimentos, cuja resultante é dada pela mensuração individual e que seria o score de qualidade de vida do indivíduo.

Por sua vez, a construção desses domínios e de suas facetas ocorreu por consenso entre os cientistas da saúde de diversas culturas, as pessoas da população geral consideradas como “saudáveis” e as pessoas que estavam em contato com os serviços

de saúde por motivo de doença. No projeto piloto foram refinados seis domínios, conforme tabela abaixo;

Quadro 1 – Domínios e facetas do WHOQOL-100 (Projeto Piloto Refinado)

<p>Domínio I - Domínio físico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dor e desconforto • Energia e fadiga • Sono e repouso <p>Domínio II - Domínio psicológico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sentimentos positivos • Pensar, aprender, memória e concentração • Autoestima • Imagem corporal e aparência • Sentimentos negativos <p>Domínio III - Nível de Independência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade • Atividades da vida cotidiana • Dependência de medicação ou de tratamentos • Capacidade de trabalho 	<p>Domínio IV - Relações sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relações pessoais • Suporte (Apoio) social • Atividade sexual <p>Domínio V- Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança física e proteção • Ambiente no lar • Recursos financeiros • Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade • Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades • Participação em, e oportunidades de recreação/lazer • Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima) • Transporte <p>Domínio VI- Aspectos espirituais/Religião/Crenças pessoais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espiritualidade/religião/crenças pessoais
---	---

Fonte: MANUAL WHOQOL 100 Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/qualidep/qualidade-de-vida/projeto-whoqol-100>

Pela necessidade de instrumentos de mensuração mais curtos, que demandassem menor tempo para seu preenchimento, mantendo o interesse na cooperação e ao mesmo tempo as

características psicométricas satisfatórias, o Grupo de Qualidade de Vida da OMS desenvolveu uma versão abreviada do WHOQOL-100, o WHOQOL-bref (WHOQOL GROUP, 1998b). Um painel de experts estabeleceu representações conceituais de cada domínio de onde todas as facetas provinham. Dessa forma, itens do domínio Meio-ambiente foram substituídos por serem muito correlacionados com o domínio Psicológico. Outros itens foram substituídos da mesma maneira e uma análise fatorial confirmatória foi realizada para uma solução reduzida a quatro domínios: Físico, Psicológico, Relações Sociais e de Meio Ambiente. A homeostase entre esses domínios se revelaria como o equilíbrio necessário para a qualidade de vida humana.

Entretanto, apesar dessa linha conceitual ter maior difusão por sua associação com o desenvolvimento instrumental abrangente e convergente, não se pode perder da vista que outras propostas para a análise da qualidade de vida existem. Outros pontos de partida, críticas e de enfoques teóricos se apresentaram num movimento dialético como anuncia o MHD.

Almeida, Casotti e Sena (2018) chamam a atenção para as ideias de Edgar Morin, quando se considera a “completude” expressa no conceito de saúde da OMS, como a busca da totalidade, enquanto a busca deveria ser para compreender a realidade por meio de uma complementaridade, não tentando encontrar definições únicas e totalitárias. Para os autores, a viabilidade de unir as diversas dimensões da vida não está evidente no conceito da OMS. Para eles, tal conceito trata, por exemplo, a ideia de saúde fragmentando-a em soma de partes e não como uma unidade complexa e que é influenciada e modificada por muitos fatores.

No contexto dessa compreensão para a promoção da saúde, o constructo por eles utilizado, na complexidade que envolve o tema, é de estilo de vida. Ele seria parte de um todo, influenciando e sendo influenciado por esse todo, por meio de comportamentos, positivos ou negativos, que contribuiriam na ordem e na desordem da qualidade de vida das pessoas.

Nahas (2017), que contém uma visão holística sobre a qualidade de vida, a define como sendo “a percepção de bemestar resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano” (p.13). Para este autor, o estilo de vida pode levar a maior parte das pessoas a uma saúde positiva com maior longevidade ou também ao contrário, com perda da qualidade de vida e da motivação.

De fato, segundo Nahas (2007), há adoção de comportamentos que podem ocasionar o desenvolvimento positivo do estilo de vida e assim da qualidade de vida. Assim, o estilo de vida apresenta alguns aspectos sobre os quais se pode ter o controle e modificar, por exemplo: a alimentação equivocada, o consumo excessivo de álcool, o estresse elevado, o isolamento social, o sedentarismo e outros que também estão associados ao adoecimento de diversos órgãos e sistemas do corpo humano.

Refletindo sobre tais comportamentos, observa-se que o que o estilo de vida se torna um conceito amplo, dependente das condições e oportunidades que as pessoas possuem. Dessa forma fica possível entender a crítica de que sobre o complexo não se inicia a análise pelas partes, pois elas isoladamente não podem ser entendidas porque possuem suas próprias complexidades atreladas. Portanto, nessa linha de pensamento do autor não bastaria entender o adoecimento pela fragmentação em domínios da qualidade de vida, posto que o “estilo de vida” seria fator determinantemente, entrelaçado e indissociável.

Uma outra forma de análise da qualidade de vida é a percepção da satisfação pessoal como aferição do nível de bem-estar. Para Renwick e Brown (1996), o fato de se sentir alto nível de bem-estar subjetivo também pode ser denominado “felicidade”. Desse modo, os autores entendem que uma pessoa feliz, tem alto bem-estar subjetivo e está “satisfeita” com sua vida vivendo-a de forma positiva. Por outro lado, uma pessoa com bem-estar subjetivo baixo está insatisfeita com a vida, e vive as

emoções negativas com ansiedade e/ou depressão. Está infeliz com a sua vida, e pode adoecer.

No enfoque dado por Buss (2000) retoma-se o entendimento de que a qualidade de vida é um produto de um amplo espectro de fatores relacionados com as “condições de vida” do indivíduo, citando como exemplo um padrão adequado com boa alimentação e nutrição; boa habitação e bom saneamento; boas condições de trabalho; presença de oportunidades de educação ao longo de toda a vida; de ambiente físico limpo; de apoio social; de estilo de vida responsável e de um espectro adequado de cuidados com a saúde.

Essa linha de conceito está mais voltada ao coletivo de indivíduos e ao ambiente, compreendido num sentido amplo os ambientes físico, social, político, econômico e cultural, através de políticas públicas e das condições favoráveis ao desenvolvimento da saúde e do empoderamento dos indivíduos e das comunidades. Não é incomum inclusive termos a leitura do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como referência para a abordagem da qualidade de vida em determinadas populações, porque seria uma forma de aferir as condições de vida e indiretamente o grau de alcance das políticas de promoção da vida.

E é aqui que fechamos o movimento em espiral dialético para compreender o fenômeno de Qualidade de Vida a partir da relação com o Trabalho (QVT), exatamente com a materialidade que prescinde o MHD. Nesse sentido, Loscocco e Roschelle (1991) tratam a questão com um olhar mais específico que indaga que a qualidade de vida deve ser analisada como a resultante da composição de realidades, que não devam ser separadas. E assim sugerem categorias para o fenômeno mais materialmente dimensionadas e enfatizam o constructo Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Segundo Chiavenato (2004, p. 448), “A gestão da qualidade total nas organizações depende fundamentalmente da otimização do potencial humano”. E por este discurso hegemônico, portanto a serviço da dominação do capital sobre o trabalhador, é que o debate sobre qualidade de vida está intimamente atrelado às

condições de trabalho. Pela argumentação de Castoriadis (1997), há sempre uma racionalidade no capitalismo. Ele visa essencialmente aumentar a produtividade dos trabalhadores e diminuir os custos do adoecimento laboral.

O autor nos remete ao fato de que seria excelente para o capital o desaparecimento total do homem pois as máquinas mecânicas ou as inteligentes não têm outro tempo ou espaço além do trabalho, ou seja, outras dimensões de vida fora do trabalho. No entanto, de outro lado, o capital ainda precisa do trabalho vivo em certas atividades que dependem de habilidades manuais e mentais e que ainda não podem, no atual estágio tecnológico, serem realizadas pelas máquinas.

O que resta então ao capital, quando é impossível eliminar o “fator humano” nos sistemas de produção, é a gestão pragmática desses recursos, em numa espécie de teatro da humanização do trabalho. Faz sentido portanto que a construção do discurso sobre Qualidade de Vida se entrelace diretamente com o da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). É de interesse do capital entender e ampliar o prazer para a motivação do trabalhador em aumentar sua produção.

Para o renomado psicanalista Sigmund Freud (1920), os instintos, chamados de necessidades e desejos, são a chave para compreender o prazer e o sofrimento. Freud define o trabalho como um controle, por suas regras e disciplinas, onde a pulsão voltada para o prazer é constantemente ressignificada e os limites impostos são castrações instintivas. Estes últimos seriam preços a serem pagos por trabalhar e desse modo os docentes podem vivenciar o sofrimento patogênico no lugar do prazer.

De acordo com D’Oliveira et al. (2017), o sentimento de prazer e o de sofrimento no trabalho são dialéticos e dinâmicos. Esses sentimentos inscrevem-se na dimensão subjetiva dos indivíduos, pois envolvem aspirações, valores, desejos e idealizações. Tais sentimentos sofrem interferência da organização do trabalho e do processo laboral, já que o mundo do trabalho é dinâmico, e por sua

vez sofre a influência dos aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais que estão em um movimento espiral de mudanças.

O prazer é conceituado pelos autores como uma sensação de bem-estar e plenitude, tem relação com a experiência de vida, desejos, valores, com a construção social e psicológica de cada ser humano. Além disso, outros fatores, tais como o acesso a bens e ao consumo, o salário percebido, o reconhecimento pelo trabalho realizado, o sentido de utilidade do trabalho e a configuração da estrutura social e econômica na qual se está inserido se relaciona a esta percepção de prazer. Em contrapartida, os mesmos autores explicam que o sofrimento é a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho e acumula-se no aparelho psíquico e ocasionando o desprazer e a tensão.

No ambiente laboral, o sofrimento surge quando se chocam as aspirações, os desejos e os valores do indivíduo com os da organização do trabalho, e ainda pelo fato de o trabalhador utilizar seus mecanismos de defesa para transformar ou se adaptar a tal situação sem sucesso. O sofrimento persistente é um determinante para o surgimento de doenças. Nesse sentido, o sofrimento pode gerar doenças psicossomáticas e mentais se a organização do trabalho não a reconhece e a neutraliza no diálogo com o trabalhador sobre suas condições de trabalho.

Percebe-se então a QV como um fenômeno de realidades diversas e carregada de subjetividades sendo possível pensar em analisá-la sobre o prisma multidimensional ou em agrupamento a partir de realidades distinguíveis, mas com semelhantes características. O MHD é o método que permite emergir relações da totalidade estudada com maior chance de identificação com a realidade concreta.

Mas o MHD pressupõe tensão. O que seria pensar o oposto de qualidade de vida (QV) para um indivíduo? Se pensamos que a QV é um fenômeno de amplas facetas, mas que pode ser estudado pelos domínios anteriormente propostos, podemos pensar em um elemento que possa antagonizar cada domínio. Por exemplo, qual seria o oposto de qualidade de vida física? De

maneira semelhante podemos aplicar esse entendimento ao domínio da QV psicológica. O adoecimento mental é o oposto necessariamente a qualidade de vida mental? Pelo disposto parece aplicável se falar em Adoecimento Ambiental como oposto da Qualidade de Vida no Trabalho?

Obviamente que poderemos encontrar as relações intrínsecas desses domínios, pois quem adoece é o sujeito que sofre influências que podem vir do ambiente de trabalho. Nesse sentido, o trabalho de Cardoso Júnior et al. (2018) encontrou relações positivas de autopercepção de níveis de estresse regulares em docentes do ensino jurídico superior privado com suas múltiplas jornadas de trabalho ou maior carga horária de trabalho, confirmando correlação estatística destes com o pior estilo de vida, com o adoecimento silencioso e com o pior desempenho acadêmico.

Intrigante é pensar nessa medida ou nessa construção conceitual, sem pensar em seus sentidos e seus significados. Mas podemos pensar em um elemento comum de antagonismos aos domínios e assim também na sua totalidade ou na QV. Uma proposta seria a de pensar um elemento que seria responsável pela ruptura com a percepção do satisfatório e não com o ideal para cada domínio, por exemplo.

Alguns autores usam a categoria Estresse para assim significar esse antagonismo. Dentre eles, Norbert Elias, sociólogo inglês contemporâneo, aponta que existe um desenvolvimento amplo na civilização, que parte desde posturas positivas do bem viver às questões mais complexas como mudança nas relações sociais e entendimento do ser humano. Para Elias (1984), as tensões pessoais resultantes levam a uma sensação de tensão e estresse, sendo o autocontrole constitutivo da natureza do ser humano, mas que uma vez rompidos os seus limiares, em qualquer dos domínios, ocorreria a perda da qualidade de vida.

Para outro autor, Habermas (1989), no mundo do trabalho, as pessoas agem sempre de forma a manter-se e sublimam toda a sua agressão e essa relação mecanizada de autocontrole, típica da

evolução social, leva ao estresse. Acordos, datas e concorrência, a pressão do desemprego estrutural, baixos salários e o medo do próprio desemprego são expressões veladas do capitalismo que leva a um acúmulo de tensões e assim o estresse. Eis aqui o materialismo desse antagonismo. Repete-se que há sempre presença da historicidade que é determinada por momentos ou contextos econômicos da cultura, próprios de cada situação das sociedades. As crises capitalistas seriam, portanto, sempre um pano de fundo para o estresse, para o rebaixamento da qualidade de vida do trabalhador. Nesse sentido, uma pesquisa pode avaliar o Estresse em cada domínio da Qualidade de Vida do sujeito, por exemplo.

Mas o que se infere diante do exposto acima é polêmico. Ora, se o ser humano pode absorver ou sublimar certo grau de estresse e se adaptar sem comprometer a sua QV é porque Estresse não seria a categoria com significado diametralmente antagônico que se procura estabelecer. Aceitamos uma tensão teórica aqui. Se o estresse é algo inevitável no mundo capitalista, fundamentalmente no trabalhador, devemos pressupor que haja uma unidade ou categoria que delimita o teor ou o nível de estresse e que vá então, polarizar com a categoria da QV.

Freud (1974) preleciona que o indivíduo funciona mentalmente regido pela busca do prazer e pela fuga do desprazer. Mas, as dificuldades do mundo externo e as incessantes experiências de desprazer transformam o desejo na mais modesta realidade, no sofrimento. Na concepção de Dejours (1992), o sofrimento é uma luta do sujeito contra forças que o estão empurrando em direção oposta aos dos seus anseios. Segundo o autor, em grande parte, o sofrimento do indivíduo está relacionado à necessidade do trabalho ou durante a execução das suas tarefas. Estes conflitos muitas vezes são resultantes das tentativas de adaptação entre a organização e o desejo individual. A organização do trabalho exerce uma ação sobre o indivíduo, afetando-o. Ele afirma que o sofrimento começa quando “a relação homem-organização do trabalho está bloqueada” (p.52).

Assim é possível entender que o estresse nem sempre é visto como agente antagonico na busca pela qualidade de vida. Segundo Selye (1975), o estresse é uma resposta orgânica não específica para situações de exigência do organismo. Para ele, a presença de estresse de forma moderada é uma normal adaptação às demandas do dia a dia, mas quando excessivo, passa a ser uma manifestação de sofrimento com reações físicas e emocionais de sintomas variados. Nessa seara poderíamos categorizar o sofrimento como uma categoria antagonica à qualidade de vida por seus domínios físico, psíquico, social e ambiental (trabalho).

Eis que não exaurimos o movimento na compreensão do fenômeno, mas aqui contribuimos com a possibilidade do emprego do método de Marx para a sua sistematização e universalidade de sua compreensão. A compreensão conceitual do fenômeno da qualidade de vida deve ser pautada pelo movimento dialético para chegar a um nível de abstração tal que só depois poder-se-ia entender o que dela pode restar definida a sua real concretude.

O que depreendemos é que o fenômeno da qualidade de vida docente pode ser estudado e entendido a partir do método do Materialismo Histórico-Dialético, haja visto que encontramos através dele uma característica universal; a sua relação direta com as condições de trabalho docente. Seria uma dimensão central a partir da qual se irradiaria todas as demais e que incluiria também a perspectiva da subjetividade tão referida no fenômeno da qualidade de vida. Não se pode pensar que o trabalho docente seja sempre prazeroso ou livre de qualquer sofrimento. O Trabalho é uma imposição do mundo capitalista que coloca o docente cada vez mais espremido por uma imagem ideal e uma realidade completamente diferente.

Considerações finais

De acordo com as ideias basilares de Marx e Engels sobre a visão econômica sempre em primeiro plano para compreender os

fenômenos sociais em seus contextos históricos, a qualidade de vida do indivíduo estaria assim nela enquadrada. Poder-se-ia entender que é da tensão entre o trabalho e o desejo, do socialmente exigido com o naturalmente desejado, que o capitalismo se revela em plano basilar à compreensão do fenômeno da qualidade de vida do sujeito, neste caso específico do Docente-Trabalhador.

A forte pressão por produtividade por parte dos gestores educacionais, conduzindo à intensificação do trabalho provocada pelo aumento no tempo de preparo das aulas, pela dedicação e pelo necessário atendimento contínuo aos estudantes, conduz os docentes à condição de infoproletário. (Pontes e Rostas,2020).

O contexto parece ser de instabilidade em meio aos desafios da atualidade, onde o trabalhador já não possui mais os meios de regular toda a sua natureza. Sem a garantia do emprego os profissionais da educação se recintem das ferramentas tecnológicas necessárias à execução destes “novos” padrões laborais, sofrem com a instabilidade psicossomática do organismo e são afetados em todas as suas dimensões da qualidade de vida. Sobrecarrega-se acima de todos os seus limites.

O MHD revela a luta do docente por sua qualidade de vida. Ele desvenda a concretude do fenômeno exatamente onde o capital exhibe a sua face mais perversa.

Referências

ALMEIDA, Claudio B. D.; CASOTTI, Cezar A.; SENA, Edite L. Reflexões sobre a complexidade de um estilo de vida. **Av.Enferm.**, v. 36, n. 2, 2018.

AULETE, Caldas. **Aulete Digital** – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas **Aulete**, vs online, Disponível em: <http://www.aulete.com.br>. Acesso em: 14 Jan. 2021.

BUSS, P.M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Cien Saude Colet** 2000; 5(1):163-177.

CARDOSO JÚNIOR, W., C.; CARDOSO, Berta L. C. D. S. A. R.; NUNES, Cláudio. P. Jornadas de trabalho, estilo de vida e desempenho docente no ensino jurídico atual. **Acta Scientiarum. Education**, Vitória da Conquista. v.40, n.3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/40411/751375137822>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CASTORIADIS, Cornelius. La «rationalité» du capitalisme. *Revue Internationale de Psychosociologie*, v. 4, n. 8. p. 31-51, 1997. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000101&pid=S1981-7746200900030001100005&lng=en Acesso em 14 jan. 2021.

CHIAVENATO, **Idalberto**. **Gestão de Pessoas** .3ªed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.

DAY, Hy.; JANKEY, Sheron. Lessons from the literature: toward a holist moel of quality of life. In: RENWICK, Rebecca; BROWN, Ivan; NAGLER, Mark (Orgs). *Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications*. Thousand Oaks: Sage. DAY, H.; JANKEY, S. G. **Lessons from the literature: toward a holist moel of quality of life**. In: RENWICK, Rebecca; BROWN, Ivan; NAGLER, Mark. Thousand Oaks, Sage, 1996.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª. ed. São Paulo: Cartaz – Oboré, 1992.

D'OLIVEIRA, C.A.F.B.; ALMEIDA, C.M.; SOUZA, N.V.D.O.; PIRES; A.S.; MADRIAGA, L.C.V. **Prazer e sofrimento no trabalho: perspectivas de docentes de enfermagem**. *Revista Baiana de Enfermagem*. v. 31, p.1-9, 2017

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de janeiro: ZAHAR, 1984.

FERNANDES, Florestan (org). **K. Marx, F. Engels. História**. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

- FREUD, Sigmund. **Para além do princípio de prazer**. In: Obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago Ed.,1996.
- FREUD, S. **Formulações sobre os princípios do fundamento mental**. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, 1974a.
- GILL, Thomas; FEINSTEIN, Alvan. A critical appraisal of the quality of quality-of-life measurements. **JAMA**, v. 272, p. 619-626, Agosto 1994. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/378367> Acesso em: 02 Jul. 2021.
- HABERMAS, JURGEN. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- LOSCOCCO, K.A.; ROCHELLE, A.R. Influences on the Quality of Work and Nonwork life: Two Decades in Review. **Journal of Vocation Behavior**, 1991. p. 182-225.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx**; tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MASETTO, Marcos T. **Competência pedagógica do professor universitário**. Summus: São Paulo, 2003.
- NAHAS, Marcus V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 7ª. ed. Florianópolis, Ed. do Autor, 2017.
- NUNES, Cláudio P.; OLIVEIRA, Dalila A. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 65-80, jan/mar 2017.
- OMS, WHOQOL G. The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL-Group). In: ORLEY, J.; KUYKEN, W. **Quality of life assessment: international perspectives**. Springer: Heidelberg, 1998.
- PONTES, Fernanda R.; ROSTAS, Márcia H. S. G. Precarização do trabalho do docente adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte. **Revista Thema**, v. 18, p. 278-30, 2020.

RENWICK, R.; BROWN, I. The center for health promotion's conceptual approach to quality of life. In: RENWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches issues and applications.** Sages: Thousand Oaks, 1996. p. 75-86.

SELYE, H. Confusion and controversy in the stress field. **J Human Stress**, v. 2, p. 37-44, 1975.

TANI, Go. Esporte, educação e qualidade de vida. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina. **Esporte como fator de qualidade de vida.** Piracicaba: UNIMEP, 2002. p. 103-116.

CAPÍTULO 4

Qualidade de vida do professor de geografia da educação básica do NTE-20 da Bahia

Ana Geisa Barbosa Rocha

Tânia Neto Pina

Berta Leni Costa Cardoso

Introdução

A análise da qualidade de vida (QV) dos profissionais de educação é de suma importância no ambiente de trabalho, pois a mesma pode influenciar tanto positivamente quanto negativamente no dia a dia do educador. Para Pereira *et al.* (2019, p. 100), “Os professores formam uma categoria profissional exposta a grandes riscos psicossociais, sendo que as condições de trabalho docente têm sido associadas a perdas na saúde e na qualidade de vida”.

Sabemos que na área da docência, vários são os desafios enfrentados pelos professores no exercício do seu trabalho, pois, existem inúmeros fatores estressantes que comprometem diretamente a qualidade de vida desses profissionais. Para Pereira *et al.* (2014), os professores são expostos a uma rotina de trabalho desgastante, em função da sua carga horária de trabalho alta, salários baixos, além da má organização do sistema educacional e escolar.

A atividade docente foi definida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma profissão de elevado risco, considerada a segunda categoria profissional, ao nível mundial, a portar doenças de caráter ocupacional, tendo em vista que esses profissionais convivem com os mais variados desgastes físicos e emocionais no seu dia a dia (OIT, 1984).

O termo qualidade de vida é subjetivo e considera como as pessoas percebem o bem-estar físico, mental e social, ou ainda, o tempo que utilizam para o seu lazer (GIMENES, 2013). Assim, cabe salientar que a qualidade de vida não é um simples modismo, pelo contrário, ela se constitui em um dos objetivos a ser alcançado no presente estágio de desenvolvimento da humanidade, visto que cada vez mais, valoriza-se a qualidade de vida, (NOBRE, 1995) pois:

É o tempo de trânsito e as condições de tráfego, entre o local de trabalho e de moradia. É a qualidade dos serviços médico-hospitalares. É a presença de áreas verdes nas grandes cidades. É a segurança que nos protege dos criminosos. É a ausência de efeitos colaterais de medicamentos de uso crônico. É a realização profissional. É a realização financeira. É usufruir do lazer. É ter cultura e educação. É ter conforto. É morar bem. É ter saúde. É amar. É, enfim, o que cada um de nós pode considerar como importante para viver bem (NOBRE, 1995, p. 299).

A qualidade de vida no trabalho (QVT) envolve a vida cotidiana na sociedade que diz respeito à saúde, condições de trabalho, lazer, bem-estar, satisfação pessoal e profissional, boa alimentação, cuidados com o corpo, entre outras atividades do dia a dia. No entanto, para Silva (2014), a pressão do dia a dia enfrentado pelos educadores, aliada com as longas jornadas de trabalho, além da necessidade de buscar qualificação profissional, relacionado com outros fatores podem ocasionar uma série de problemas tanto na saúde física, quanto mental e social desses profissionais.

As fases desta pesquisa compreenderam a aplicação de questionário, tabulação, análise, discussões dos dados e considerações finais. O objetivo da presente pesquisa é avaliar a qualidade de vida dos professores de Geografia da educação básica no âmbito do Núcleo Territorial de Educação 20-Vitória da Conquista –BA (NTE-20).

Qualidade de vida dos professores da educação básica

O conceito de qualidade de vida (QV) é amplo e está relacionado não só com a saúde física, mas também com diversos fatores, como as questões psicológicas, as relações sociais, interpessoais tanto em casa, como no ambiente de trabalho. Para Brum (2012), a expressão QV apresenta diversas interpretações, não possuindo uma definição geral, pois relaciona desde o estado de saúde, ou seja, do potencial do indivíduo viver plenamente, prover as suas necessidades básicas, melhorar o estilo de vida, através da aquisição de hábitos saudáveis até as questões relacionadas a espiritualidade.

Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 8), QV “é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial”. Conforme esses autores, são os elementos que determinam conforto e bem-estar, por isso, abrange vários significados tanto individuais quanto coletivos em épocas e espaços diferentes, sendo, portanto, um construto social que reflete conhecimento, vivências, valores.

Assim, vários são os fatores que interferem na qualidade de vida, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou um conceito de que “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças e enfermidades” (FLECK, 1999, p. 199), ou seja, a saúde plena é uma forma total de bem-estar, que pode ser alcançada não só por meio da prevenção e tratamento de doenças, mas através da qualidade de vida, que perpassa tanto as questões emocionais, quanto as sociais. Para Seidi e Zannon (2004), dois aspectos são relevantes no conceito de qualidade de vida: a subjetividade, relacionado à percepção como o indivíduo avalia a sua situação pessoal em cada uma das dimensões relacionadas à qualidade de vida e a multidisciplinaridade, que se refere ao conhecimento de que o construto é composto por diferentes dimensões, e a identificação dessas dimensões tem sido objeto de pesquisa científica.

Araldi (2021, p. 460) ressalta que a qualidade de vida, além de apresentar múltiplos conceitos, é medida por vários indicadores: “trabalho; saúde; educação, lazer; relações sociais; segurança; direitos básicos; meio ambiente; e bem-estar [...]” e são vários fatores que determinam a QV como “estado de saúde; longevidade; satisfação no trabalho; salário; lazer; relações familiares; disposição; prazer; e espiritualidade”, depende também do acesso a serviços econômicos e sociais como emprego, renda, educação alimentação, promoção à saúde, habitação, transporte, entre outros. Sobre esse aspecto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador de qualidade de vida que avalia os países de acordo com a renda per capita, saúde e educação (BUENO, 2007). De acordo com Minayo, Hartz e Buss (2000):

O IDH foi criado com a intenção de deslocar o debate sobre desenvolvimento de aspectos puramente econômicos – como nível de renda, produto interno bruto e nível de emprego – para aspectos de natureza social e também cultural. Embutida nesse indicador encontra-se a concepção de que renda, saúde e educação são três elementos fundamentais da qualidade de vida de uma população. (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 10).

O tema qualidade de vida é, segundo Minayo, Hartz e Buss (2000), tratado sobre diferentes olhares, seja através da ciência ou do senso comum, no coletivo ou no individual, social, econômico ou cultural, do ponto de vista objetivo ou subjetivo, é, contudo, compreendida no cotidiano em que as relações humanas são tecidas. Sobre essas questões é que se coloca o termo QV como complexo que:

Diz respeito justamente à maneira pela qual o indivíduo interage na sociedade, como influencia o meio em que vive e é influenciado pelo mesmo. A qualidade de vida é vista como base de todas as vivências, uma vez que enfoca a saúde e a satisfação do ser humano, para que o mesmo produza e acredite em suas potencialidades, pois a qualidade de vida é justamente medida pela

saúde e pela satisfação das pessoas em suas diferentes dimensões. (ANSCHAU; STEIN, 2016, p. 7).

E a satisfação em viver é compreendida nas vivências cotidianas na realização de diversas atividades como prática de atividade física, alimentação, trabalho, lazer, diálogos, sentir-se feliz e realizado no que faz, conforme Anschau e Stein (2016), é preponderante que a autoestima determina o bem-estar.

A qualidade de vida no trabalho (QVT) não é um tema recente, de acordo com Rosa (2012), desde as primeiras civilizações, o homem procura formas de melhorar a relação homem e trabalho e tem sido assunto nas academias e organizações empresariais como forma de proporcionar bem-estar e ser um diferencial na competitividade e aumento da produtividade, pois, afinal, profissional satisfeito executa melhor as atividades, trazendo benefícios tanto para as organizações empresariais quanto para a vida do profissional. Assim, “o termo qualidade de vida no trabalho surgiu, então, com o objetivo de buscar a satisfação dos trabalhadores e a tentativa de reduzir o esforço físico no trabalho” (ROSA, 2012, p. 19).

Os estudos dedicados a QVT, de acordo com Rosa (2012), teve início em 1950 e a preocupação era com a satisfação e o bem-estar do trabalhador, pois, acreditava-se que, quanto melhores as condições de trabalho do empregado, melhor a produtividade. Ainda conforme Rosa (2012), os estudos sobre QVT no Brasil se iniciou em 1980 principalmente pela incidência de sofrimento mental do trabalhador, que adoce e ocasiona gastos tanto para as instituições privadas como públicas.

Em relação à qualidade de vida de trabalho dos professores, o supracitado autor diz que a falta de uma formação de qualidade para os professores é um fator que interfere na QVT “[...] por não estarem devidamente preparados, não estão conseguindo resultados positivos e, conseqüentemente, recebendo baixa nota na avaliação de desempenho, gerando, assim, desmotivação, insatisfação e estresse” (ROSA, 2012, p. 43). Nessa perspectiva, as

atividades docentes são vistas como excessivas o que pode acarretar fatores negativos à qualidade de vida desses profissionais. Os professores ganham por horas aulas dadas e, em função disso, assumem maior quantidade de turmas para tentar melhorar a sua situação financeira, esse é um dos fatores que tem acarretado desgaste físico e mental a esses profissionais, devido ao acúmulo de tarefas que provoca estresse e outras síndromes em decorrência do trabalho que exige muito (ROSA, 2012).

Cabe lembrar que o professor exerce um papel de fundamental importância para a sociedade e, ter esse profissional bem, é pensar no progresso do país, já que a educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento da sociedade. Assim Anschau e Stein (2016) dizem que:

[...] o professor exerce um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, não é um mero transmissor de conhecimentos, mas um mediador do processo de ensino-aprendizagem. Por este motivo é um dos profissionais que vive em constante transformação, pois a sociedade atual exige que o mesmo esteja permanentemente atualizando seus conhecimentos e buscando novidades que instigam e desafiam os educandos (ANSCHAU; STEIN, 2016, p. 2).

Diante da importância do professor, é preciso considerar que sua saúde esteja em perfeitas condições para que possa contribuir com eficiência no processo de ensino e aprendizagem. Para tal, é necessário dar maior atenção aos educadores, oferecendo suporte tanto físico quanto psicológico, seja na prática pedagógica, na capacitação, nos recursos, no apoio às questões de como lidar com alunos, pais, etc.

Conforme Silva (2014), o professor está adoecendo por motivos diversos, é comum perceber indivíduos com autoestima abalada e muitas vezes susceptíveis ao estresse perante os problemas que são incapazes de resolver sozinhos. Fato é que, a carga, inevitavelmente, recai para eles. Visto isso, “[...] não basta

investir na infraestrutura [...] em recursos materiais, [...] novas tecnologias. É imprescindível promover medidas que favoreçam o bem-estar integral [...] considerando o seu âmbito pessoal e o profissional, contribuindo com a melhoria da sua QV” (SILVA, 2014, p 10). É necessário que os professores dediquem tempo ao lazer, que, conseqüentemente, a recompensa se expressa no desempenho das atividades.

O ensino de Geografia, a prática docente e a qualidade de vida desses profissionais

A Geografia é uma ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico que analisa a interação entre a sociedade e a natureza. Segundo Callai (2015), é uma ciência social, que estuda o espaço construído pelo homem, por meio das relações que estes mantêm entre si e com a natureza. Graças a ela, é possível entender as transformações do espaço, pois auxilia na formação do cidadão para atuar na sociedade. Visto isso, não se pode tirar o mérito dessa ciência que é contribuir na formação de cidadãos críticos, para compreender e atuar na sociedade com autonomia.

Sabe-se que esse é o verdadeiro sentido de estudar Geografia, mas nem sempre foi assim, pois essa disciplina escolar popularmente ainda é conhecida como enfadonha, descritiva, baseada na memorização e repetição dos conteúdos do que na compreensão, e nada se relacionava com a vivência do aluno.

Compreender que o ensino deve ser significativo é permitir aos discentes relacionar o conhecimento com o espaço onde vivem na busca de entender e analisar o espaço de forma reflexiva, pois, na contemporaneidade, diante das múltiplas relações que se mantêm, é cada vez mais necessário que o ensino seja contextualizado e que a aprendizagem tenha sentido e contribua para formar cidadãos capazes de observar e interpretar o espaço, sendo produtor e produto do meio em que vive.

Sobremaneira, para que o conhecimento seja construído no cotidiano, é importante que o professor e o aluno mantenham

uma relação de diálogo, no qual o educador é o responsável pelo planejamento e desenvolvimento das atividades, e o aluno precisa assumir o papel de questionador e não apenas reproduzidor, sobre isso, Callai (2008, p. 93) fala que “o professor precisa ter clareza tanto do processo pedagógico quanto como conhecer os conteúdos a serem trabalhados. O aluno precisa assumir o papel de querer aprender, ter perguntas a fazer [...]”. Nessa perspectiva, essa disciplina escolar de caráter crítico e reflexivo, contribui para formar cidadãos capazes de realizar a leitura do espaço e busca romper com um ensino que priorizava a memorização em prol de um ensino mais contextualizado. É importante que o docente leve em consideração a vivência dos alunos e os ofereça formas de aprendizagens pautadas em diversas linguagens para que percebam a Geografia no seu cotidiano, pois, segundo consta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estudar Geografia é compreender o mundo em que vive e é em sala de aula que os alunos devem ser estimulados a desenvolver o raciocínio geográfico (BRASIL, 2018).

Afinal, quando se tem interação dos professores com os alunos e uma boa base curricular que norteiam as aulas, é possível que ambos possam melhorar a aprendizagem, a fim de formar sujeitos para o exercício da cidadania, aptos para agir com autonomia e ética na sociedade. Nesse contexto, o ensino de Geografia é fundamental para contribuir que o aluno construa seu conhecimento com base no raciocínio geográfico que é “[...] uma maneira de exercitar o pensamento espacial [...]” (BRASIL, 2018, p. 359), pois, de acordo com Callai (2008, p. 93), “aprender a pensar significa, elaborar, a partir do senso comum, do conhecimento produzido pela humanidade e do confronto com os outros saberes [...], o seu conhecimento” para que efetivamente os alunos compreendam o espaço vivido e interprete em diferentes tempos e espaços, sem serem meros reproduzidores.

É necessário que os docentes assumam uma prática de ensino na área do conhecimento geográfico que acompanhe o processo de transformação atual, na qual valorize um ensino de qualidade

que requer mediação didática e formação adequada para os professores executarem as atividades de forma que os alunos compreendam. Esta postura inovadora possibilita uma maior compreensão do mundo em que vivemos, pois, afinal:

[...] a geografia busca, assim, estruturar-se para ter um olhar mais integrador e aberto, ao mesmo tempo, às contribuições de outras áreas da ciência e às diferentes especialidades em seu interior; um olhar mais compreensivo as explicações do senso comum [...]
(CAVALCANTI, 2012, p. 19).

Assim, o ensino de Geografia ganha novos contornos e busca tornar significativos os conteúdos dessa disciplina, com o intuito de desenvolver o pensamento crítico e autônomo sobre o espaço e a valorização do saber do aluno, significando os conhecimentos geográficos.

Nesse contexto de ensinar uma disciplina significativa, os sujeitos envolvidos precisam estar saudáveis e, os professores, que são os mediadores, assumem a tarefa de serem agentes de transformação para uma educação de qualidade e, conforme Rosa (2012), não tem como pensar em educação de qualidade sem considerar a valorização dos professores. Os anos 1990 foram caracterizados a década das reformas educacionais que exigiu também dos professores que não tiveram adequações das condições de trabalho, recaindo ao professor responsabilidades pelo desempenho do aluno obrigando-os a se qualificarem por conta própria, pois o apoio necessário não foi dado (ROSA, 2012). Essas mudanças trouxeram maiores exigências e intensificaram o trabalho que gerou sobrecarga e, conseqüentemente, o adoecimento desses profissionais.

Cabe lembrar que a qualidade de vida no trabalho envolve todos os aspectos da vida, então é importante considerar, além das boas condições no ambiente de trabalho, outros fatores como moradia, trânsito, segurança, saneamento básico, lazer, saúde. Segundo Anschau e Stein (2016), a QV dos professores necessita

de cuidados especiais, pois a má qualidade deles faz com que desenvolvam doenças e leve a desmotivação para o trabalho. Koetz, Rempel e Périco (2007) ressaltam a necessidades de pensar em ações de prevenção e saúde para os professores, pois é uma atividade intelectual, que exige muita atenção, muitas horas de trabalho e planejamento.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de um estudo descritivo, de caráter quantitativo com o objetivo de analisar a qualidade de vida dos professores de Geografia do ensino básico do Núcleo Territorial de Educação 20 – Vitória da Conquista – BA (NTE – 20) que é responsável por 67 escolas localizadas nos 24 municípios que abarca as seguintes cidades: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Lícínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (Secretária de Educação da Bahia – SEC, NTE20- Vitória da Conquista).

A amostra da pesquisa foi constituída por 25 professores de Geografia que atuam em escolas públicas (municipal, estadual) e privadas das 24 cidades pertencentes ao NTE-20.

A coleta de dados ocorreu de forma remota, com auxílio da ferramenta (*Google Forms*). Os docentes foram convidados a participarem da pesquisa e receberam o link com o formulário através do aplicativo de mensagem WhatsApp. Após consentirem sua participação na pesquisa, mediante concordância e assinatura *on line* através do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os docentes tinham permissão para acessarem o instrumento de coleta de dados, um questionário contendo questões sociodemográficas e o instrumento *World Health Organization Quality of Life (WHOQOL)*, (*WHOQOL-BREF*) (abreviado), validado para população brasileira, e recomendado

pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para avaliação da qualidade de vida (FLECK *et al.*, 2000).

O questionário WHOQOL-BREF foi aplicado no final de dezembro de 2021 e início de janeiro de 2022 por meio da utilização do *Google Forms*. O instrumento (whoqol-bref) é composto por 26 questões, sendo que as duas primeiras questões são gerais e examinadas separadamente, a primeira pergunta analisa a percepção do indivíduo sobre a sua qualidade de vida, e a segunda a satisfação do docente com a própria saúde. As demais questões estão distribuídas em quatro domínios que avalia a QV:

1. Domínio físico (dor e desconforto; energia e fadiga; sono e repouso; mobilidade; atividades da vida cotidiana; dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho);

2. Domínio psicológico (sentimentos positivos; pensar, aprender, memória e concentração; autoestima; imagem corporal e aparência; sentimentos negativos; espiritualidade/religião/crenças pessoais);

3. Domínio relações sociais: relações pessoais; suporte/apoio social; atividade sexual);

4. Domínio meio ambiente: segurança física e proteção; ambiente no lar; recursos financeiros; cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade; oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; participação em, e oportunidades de recreação/lazer; ambiente físico: poluição, ruído, trânsito, clima; transporte) (SANTOS, 2015).

As respostas desses instrumentos são baseadas a partir de uma escala do tipo Likert¹³ de 1 a 5, quanto maior a pontuação melhor a qualidade de vida, variando de acordo com a intensidade. Neste caso, os escores que necessitam melhorar são

⁴ A **escala Likert** ou **escala de Likert** é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários, e é a escala mais usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação. Esta escala tem seu nome devido à publicação de um relatório explicando seu uso por Rensis Likert. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_Likert)

os que atingirem de 1 até 2,9; regular de 3 até 3,9; boa 4 até 4,9 e muito boa 5. Para a representação dos domínios do whoqol-bref, os escores foram transformados em uma escala de 0 a 100, sendo os valores piores próximos de zero e, os melhores, próximos de 100. Em relação a avaliação dos instrumentos de qualidade de vida, foram construídas ferramentas através do software Microsoft Excel para realização dos cálculos dos escores e estatísticas descritiva do instrumento (whoqol-bref), elaborado por Pedroso *et al.* (2010).

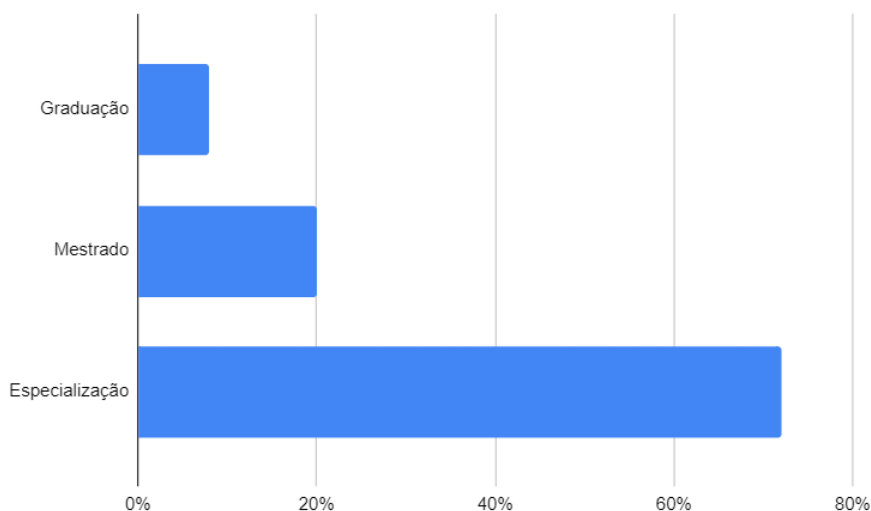
Esse artigo faz parte do projeto guarda-chuva “Indicadores de saúde e qualidade de vida de discentes, docentes e técnicos: estudo comparativo entre gêneros” aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, sob o parecer nº 4.410.612.

Análise e discussão dos resultados

A amostra do presente estudo foi composta por 25 professores de Geografia do ensino básico, sendo 56% do sexo feminino e 44% do sexo masculino, com faixa etária entre 24 e 53 anos, desses 68% têm idade a partir dos 39 anos. De acordo com Pereira *et al.* (2014), essa idade média dos professores é similar aos resultados encontrados em outros estudos com professores brasileiros, e a maioria formada por mulheres, confirmando que a escola é ainda um espaço predominantemente feminino, diferente da maioria das outras profissões, fato que pode estar relacionado com o papel cultural da mulher na sociedade de cuidar e educar os filhos, sendo, portanto, essa profissão considerada como uma extensão do trabalho doméstico (VEDOVATO; MONTEIRO, 2008.). Em relação ao estado civil, a maioria, 64% afirmaram ser casados, 36% são solteiros. Ao observar o tempo de trabalho com a docência, 66% trabalham entre 10 a 20 anos, o que infere que a amostra é formada por professores com experiência.

Quando analisado a qualificação profissional, observou-se que 72% já têm especialização, 20% têm mestrado, 8% só graduação (gráfico 1).

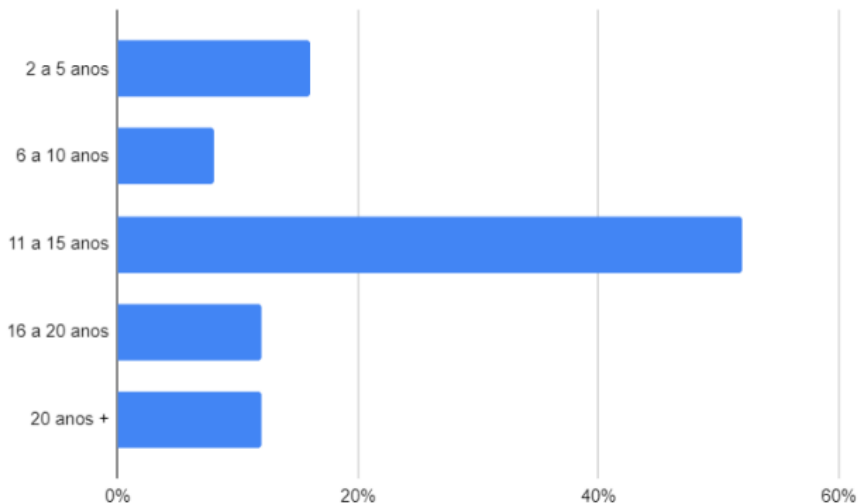
Gráfico 1 – Formação acadêmica dos professores de Geografia NTE – 20, 2022.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Pelo que se observa no gráfico 1, 92% dos pesquisados têm algum tipo de pós-graduação, seja especialização ou mestrado, o que pode-se inferir que esses profissionais buscam se qualificar para o seu trabalho, fato que pode ser constatado no censo divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2021) que mostra o aumento no grau de escolaridade do docente entre 2016 e 2020, no qual o número de pós-graduados foram de 34,3% para 43,4% em 2020, essa elevação pode ser justificada pelas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que visam aumentar o percentual de professores com pós-graduação para 50%.

Gráfico 2 – Tempo de graduação dos professores de Geografia NTE – 20, 2022.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação ao tempo de formado, a maioria dos professores, 52% têm de 11 a 15 anos que concluíram a graduação, 12% têm entre 16 a 20 anos, 12% têm mais de 20 anos, 24% têm de 2 até 10 anos de formados (gráfico 2). No que diz respeito aos salários dos entrevistados, observou-se que, 68,4% recebem de 3 a 5 salários mínimos, 7,7% de 5 a 7 salários, 3,8% mais de 7 salários e 23,1% de 1 a 2 salários.

Sobre a carga horária de trabalho semanal dos docentes, 69,3% dos entrevistados trabalham 40 horas, enquanto 15,4% trabalham 20 horas, seguidos de 11,5%, 60 horas e, apenas 3,8%, 30 horas semanais. Percebe-se que a grande maioria dos entrevistados trabalha 40 horas semanais, o que pode afetar diretamente na qualidade de vida, isso ficou evidente no estudo de Pereira *et al.* (2014), em que os docentes com maior carga horária apresentaram os piores escores em todos os domínios da qualidade de vida. Na análise do presente estudo, foi constatado que 80% dos professores de Geografia trabalham só na docência e outros 20% exercem outras atividades também, das quais foi

citado trabalho administrativo, analista de sistemas, consultoria ambiental e analista universitário.

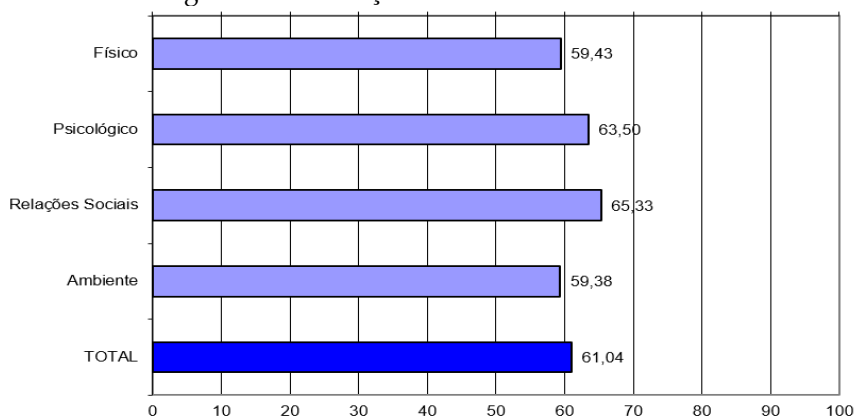
A primeira pergunta, referente ao instrumento utilizado para avaliação dos indicadores da qualidade de vida whoqol-bref: como você avaliaria sua qualidade de vida? pode-se observar que 56% dos docentes percebem a sua qualidade de vida como “boa”, em seguida 28% “nem ruim nem boa”, “muito boa” 4%, avaliou-se como “muito ruim” 8%, “ruim” 4%. O escore médio para essa pergunta foi de 3,44, um resultado que é considerado regular conforme a avaliação do whoqol. Esse resultado demonstra que essa classe necessita de mais atenção quanto à sua qualidade de vida, pois o ideal é que os profissionais da educação estejam em condições satisfatórias para exercer sua função da melhor forma.

As respostas referentes a segunda questão do whoqol-bref “Quão satisfeito você está com sua saúde?”, 40% dos docentes afirmam estarem “satisfeito”, enquanto 32% “nem satisfeito, nem insatisfeito”, muito satisfeito 8%, no total da amostra entre “Insatisfeito” e “muito insatisfeito” 20%. Para essa pergunta, a média do escore foi 3,32 que também é considerado regular. Cabe considerar que 20% para professores que estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos com sua saúde é bastante considerável, e que medidas precisam ser reivindicadas para esse público, pois para oferecer um serviço de qualidade para seus alunos é preciso estarem bem. No estudo de Rocha *et al.* (2007) realizado com docentes, observou-se que os professores possuem regular escores para os aspectos físicos, chamando a atenção para o fato que a saúde física do professor está prejudicada, o que pode atrapalhar no exercício da docência, bem como provocar desinteresse na inovação da prática educacional.

De acordo com a análise do gráfico 3, a média final da avaliação da qualidade de vida geral dos docentes pesquisados foi de 61,1 pontos o que se pode considerar que os professores de Geografia do NTE-20 tem regular percepção da qualidade de vida, já que o resultado obtido foi mais de 50 pontos, pois nessa contagem quanto mais se aproxima de 100 melhor avaliado, mas

essas médias podem ser melhoradas a depender das medidas cabíveis para alavancar tais resultados, dentre essas medidas podem ser citadas: melhores condições de trabalho, melhor distribuição do tempo para trabalho, lazer, família, entre outras medidas. É uma classe que dedica muito tempo ao trabalho.

Gráfico 3 – Percentual da qualidade de vida dos professores de Geografia da Educação Básica do NTE-20 da Bahia



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

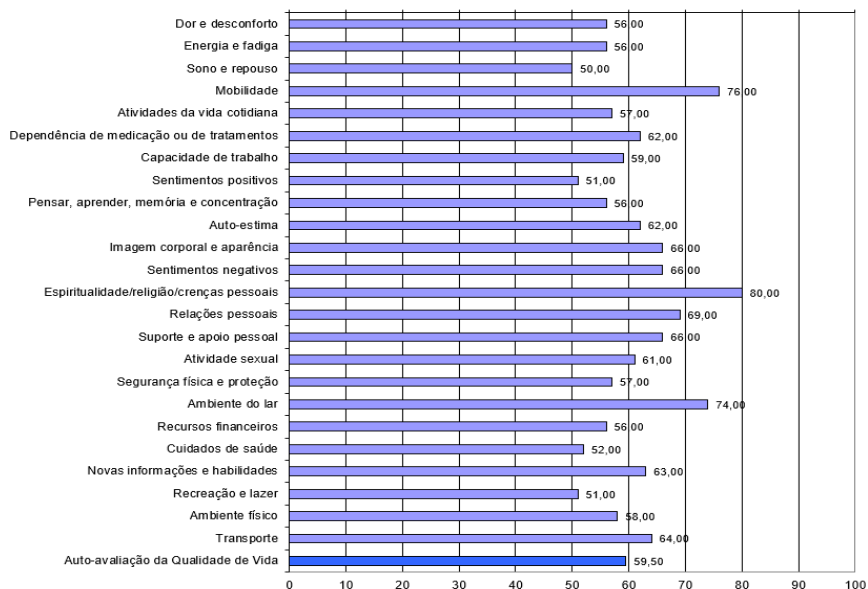
Como apresentado no (gráfico 3), as médias dos escores dos domínios foram medianas, apresentando no domínio físico e meio ambiente os menores resultados, 59,43 e 59,38 pontos, respectivamente, e as maiores pontuações, nos domínios psicológico 63,50 pontos e relações sociais 65,33. Então, os resultados do domínio “meio ambiente” podem ter relação com a questão pandêmica, estudo de Souza *et al.* (2021) demonstra que o trabalho realizado no ambiente domiciliar de forma remota em decorrência da pandemia está relacionado com à desmotivação e à baixa produtividade dos professores.

Entretanto, não se pode desconsiderar os efeitos de outros aspectos que englobam o domínio meio ambiente, principalmente os relacionados à disponibilização de dinheiro para satisfazer as necessidades básicas, o acesso a atividade de lazer, além dos fatores

referentes às condições de trabalho, porque as questões atreladas a esse domínio também versam sobre as condições do ambiente físico (clima, barulhos, poluição e atrativos). Nesse sentido, o domínio meio ambiente no presente trabalho apresentou menor escore médio assim como no estudo de Pereira *et al.* (2014).

Conforme Pereira *et al.* (2014), o primeiro estudo que utilizou o Whoqol-bref no Brasil, com professores de ensino médio de escolas estaduais de Rio Claro- SP, foi o estudo de Pentead e Pereira (2007), cujo escore de qualidade de vida geral dos professores é similar ao encontrado nesse estudo com os professores de Geografia do NTE-20 Vitória da Conquista- Bahia. Esses escores podem ser considerados como regulares conforme a escala do Whoqol-bref.

Gráfico 4 – Percentual que compões as facetas dos domínios: físico, psicológico, social e meio ambiente dos professores de geografia do ensino básico do NTE-20 Bahia.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando o gráfico 4, percebe-se que a maioria dos professores referiu a mobilidade como a faceta que apresentou maior percentual de satisfação, 76,00 pontos no domínio físico, seguida da dependência de tratamento ou medicação 62,00 pontos. As que tiveram menor percentual, referindo à insatisfação foram: sono, repouso 50,00 pontos, dor e desconforto 56,00 pontos, energia e fadiga 56,00 pontos, atividade da vida cotidiana 57,00 pontos, capacidade de trabalho 59,00 pontos. Esses dados convergem com os resultados do estudo de Brum *et al.* (2012) no qual foi identificado queixas físicas e emocionais na vida dos docentes que comprometem a sua qualidade de vida, fato que demonstra que as condições físicas dos professores não estão boas, já que maior parte depende de tratamento e medicação, não dormem bem, refletindo na vida desses sujeitos como um todo, pois nosso corpo funciona em ciclo, ou seja, um fator interfere no outro, se o corpo não está bem, afeta o psicológico e vice e versa e que, conseqüentemente, interfere na capacidade de trabalho.

Essa pontuação abaixo de 60 pontos relatados nas facetas citadas como insatisfatória no domínio físico pelos docentes pode ser ocasionada tanto pela carga horária do professor, quanto pelas atribuições da docência, como trabalhos extraclasse, salas de aulas lotadas de alunos com diversas realidades para dar conta etc. Isso ficou comprovado no estudo de Pereira *et al.* (2014, p. 229), onde os autores afirmam que “[...] altas cargas horárias de trabalho estão associadas, tanto com a baixa qualidade de vida, quanto com o acometimento de patologias sendo esta variável, possivelmente, o principal fator a ser trabalhado em políticas públicas de promoção de saúde dos professores”.

Em relação ao domínio psicológico, que obteve a segunda maior pontuação de satisfação dos docentes, 63,50 pontos, são abordados os sentimentos positivos e negativos que permeiam a vida dos docentes, espiritualidade, percepção sobre sua imagem corporal e autoestima. Nesse domínio, a faceta espiritualidade foi a que melhor foi avaliada pelos docentes obtendo 80,00 pontos.

Percebemos então a importância da prática da religiosidade e da fé por parte dos docentes, visto que, para enfrentar os problemas diários, muitos recorrem a fé e a crença, como forma de superar as adversidades e problemas do dia a dia. Em relação à imagem corporal, foi encontrada uma satisfação pela maioria, atingindo 66,00 pontos, seguida da autoestima, que aparece de forma regular com 62 pontos.

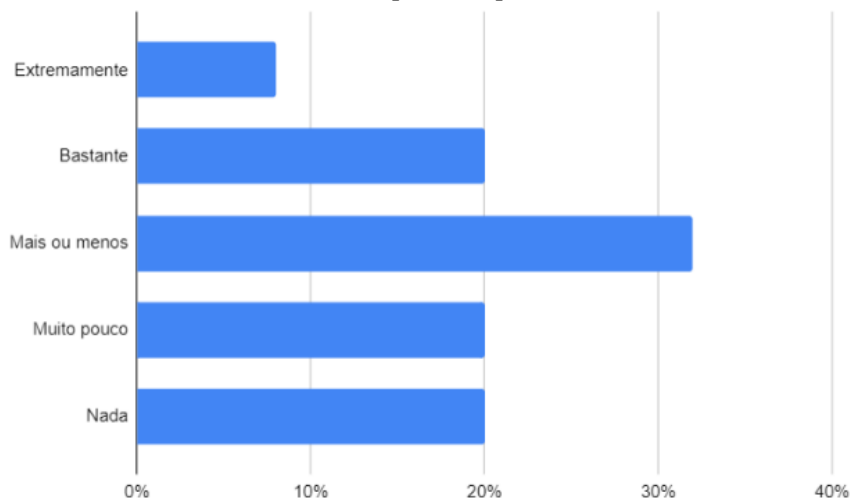
O domínio relações sociais apresentou maior média 65,33 pontos de satisfação, refere-se às relações pessoais, suporte (apoio) social e atividade sexual. Nesse domínio, as relações pessoais dos docentes obtiveram maior pontuação, 69 pontos, ou seja, a maioria dos professores afirmou ter uma relação pessoal positiva, talvez por ser uma profissão que o trabalho ocorre através do planejamento coletivo semanal e diálogos com os colegas de trabalho e com os alunos ajudam a superar as adversidades compartilhando suas angústias.

O domínio Meio ambiente é integrado por oito questões: segurança física e proteção; ambiente do lar, recursos financeiros, cuidados de saúde e sociais, oportunidades de adquirir novas informações e habilidades, oportunidades de recreação/lazer, e ambiente físico. Em relação às facetas melhor avaliadas, a questão ambiente do lar foi a que obteve maior pontuação com 74,00 pontos, seguidos de transportes 64,00 pontos. No entanto, as outras seis questões obtiveram pontuações abaixo de 58 pontos.

Em relação aos cuidados com a saúde, essa obteve a menor pontuação, 52 pontos, o que demonstra que a maioria dos professores não consegue cuidar da sua saúde, isso pode ser justificado pela sobrecarga de trabalho, acúmulo de tarefas, pressões, sensação de impotência. Para justificar o quanto as questões físicas interferem nas relações de trabalho dos docentes, pode-se observar no gráfico 5 que a dor (física) de alguma forma interfere nas atividades do dia a dia, pois “a docência vem sofrendo constantes alterações no decorrer de sua história, embora o professor não tenha tido condições de criar meios para se adaptar às mudanças, levando ao surgimento de desequilíbrios na

estrutura corporal e em dor” (ROCHA, FERNANDES, 2008, p. 26) já que nesse estudo 32% dizem que a dor os impede mais ou menos de realizar as atividades, 20% dizem que interfere bastante e 8% dizem que interferem extremamente.

Gráfico 5 – Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?

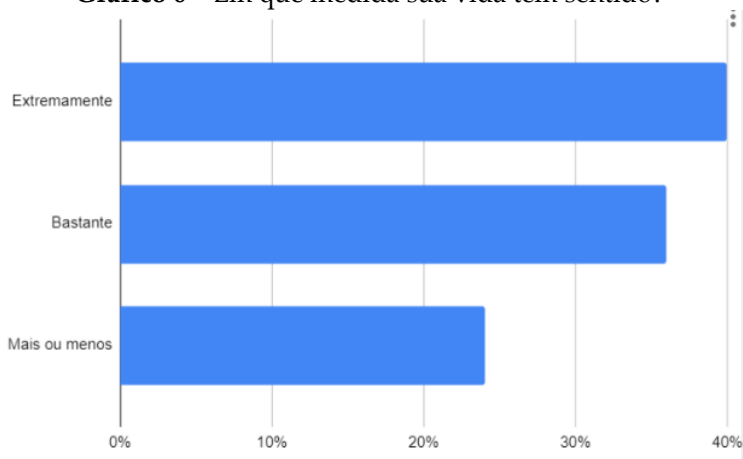


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Pode-se observar no gráfico 5 que 32% dos docentes pesquisados precisa mais ou menos de algum tratamento médico para levar sua vida diária, outros 20% precisam bastante, 4% precisam extremamente e 44% não precisam ou precisam muito pouco. Assim, 56% alguma vez já precisaram de tratamento médico para sua vida diária. Os sentimentos negativos foi outra constatação entre os professores de Geografia, já que 56% relataram alguma vez já terem tido sentimentos negativos tais como, mau humor, desespero, ansiedade, depressão, 28% disseram sentir frequentemente ou muito frequentemente e apenas 12% disseram nunca ter sentido. Essas questões podem acarretar maior número de faltas ao trabalho, como também desinteresse por realizar e inovar a prática pedagógica.

Apesar desses problemas relatados, esses professores disseram aproveitar a vida, sendo que 48% disseram que aproveitam mais ou menos e 28% aproveitam bastante, somando essas duas porcentagens atinge-se 76% que aproveitam. Outra questão que teve um resultado bastante positivo foi em relação em que medida a vida tem sentido (gráfico 6).

Gráfico 6 – Em que medida sua vida tem sentido?



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação a esse gráfico, os participantes, quando perguntados em que medida a sua vida tem sentido, tinham a oportunidade de responder extremamente, bastante e mais ou menos, assim, 40% responderam “extremamente”, 35% “bastante” e 25% “mais ou menos”, fato que comprova que, apesar dos problemas enfrentados no exercício da docência, a grande maioria dos entrevistados consegue enxergar o sentido da vida.

Nesse estudo, foram analisados indicadores da qualidade de vida dos professores de Geografia da Educação Básica do NTE-20 da Bahia, o que ficou evidente que os professores não apresentam uma qualidade de vida satisfatória, tendo em vista que, de um modo geral, observou-se valores inferiores a 66 pontos, encontrados em todos os domínios referente à qualidade de vida

dos professores investigados, o que não pode ser considerada e avaliada de forma positiva, ou seja satisfatória para os docentes, pois muitos destacaram a dificuldade em dormir, fadiga, falta de energia para realizar as atividades diárias, além do baixo cuidado com a sua saúde, o que reflete diretamente no exercício da docência, na sua saúde mental e no desenvolvimento das suas aulas, ocasionando o estresse.

Considerações finais

No geral, foi observado que todos os domínios investigados com os professores de Geografia do ensino básico do NTE-20 Bahia estão prejudicados, já que apresentaram escores regulares, todos com pontuações menores que 70, sendo o que mais se aproximou foi o domínio relações sociais atingindo 65,33 pontos. O domínio meio ambiente apresentou menor escore médio 59,38 pontos, seguido do domínio físico com escore médio 59,43, fato que pode ser explicado tanto pelo momento pandêmico que estamos vivenciando, quanto pela carga horária elevada de trabalho, pois 69,3% dos entrevistados trabalham 40 horas semanais, o que pode estar diretamente ligado com a média regular geral da QV dos professores pesquisados.

Cabe frisar que os escores regulares alcançados em todos os domínios pesquisados não podem ser considerados aceitáveis, intervenções são necessárias, tanto em nível de políticas públicas em promoção de um trabalho docente adequado, quanto investindo em ferramentas para proporcionar mais qualidade de vida e promoção de saúde destes trabalhadores, que possam minimizar os danos à saúde, advindos do trabalho docente.

A qualidade de vida afeta todo o cotidiano de uma pessoa, os trabalhadores que estão satisfeitos com a sua carreira, sua vida, desempenham sua função da melhor forma possível, por isso, é de fundamental importância que sejam criadas discussões sobre educação e promoção de programas que possibilitem o aumento da qualidade de vida dos professores no ambiente escolar. Além

de oferecer melhores condições de trabalho é importante valorizar a questão salarial, para que não tenham que trabalhar excessivamente, visto que se observou nesse estudo que mais de 69% dos professores trabalham 40 horas semanais e dedicam boa parte do tempo com preparação de aulas com antecedência, corrigir trabalhos, provas, exercícios, dar aulas em diferentes unidades. Muitas horas trabalhando falta tempo para o lazer, descanso, acarretando a qualidade de vida.

Referências

ANSCHAU, Camila; STEIN, Deise Josene. Stress e qualidade de vida: um olhar sobre o professor. **Revista saberes e sabores educacionais**, v. 1, n. 3, p. 180-3, 2016. Disponível em: http://eventos.seifai.edu.br/eventosfai_dados/artigos/semic2016/484.pdf. Acesso 28 dez. 2021.

ARALDI, Franciane Maria et al. Qualidade de vida de professores do ensino superior: uma revisão sistemática. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 41, p. 459-470, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7952370>. Acesso 28 dez. 2021.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso 19 dez. 2021.

BRUM, Liliane Mathias; *et al.* Qualidade de vida dos professores da área de ciência em escola pública no Rio Grande do Sul. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 125-145, mar./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/mWc7L5Kgb8gv9dfMPfFJb3K/abstract/?lang=pt>. Acesso 26 jan. 2022.

BUENO, Edir de Paiva. O índice de desenvolvimento humano (IDH): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia. v. 27, n. 3, p. 49-69, 2007.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4785669>. Acesso 26 jan. 2022.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti.; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2008, 172 p.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 133-152, 2015. Disponível em: <http://agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/353/335>. Acesso 05 jan. 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012, 190 p.

GIMENES, Gabriel de Freitas. Usos e significados da qualidade de vida nos discursos contemporâneos de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11 n. 2, p. 291-318, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/4BTkGRDCzRXYZCSC7j5kS4H/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20. jan. 2022.

FLECK, Marcelo et al. Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100). **Revista de Saúde Pública**, v. 33, p. 198-205, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/fDYbfkDmpMdT9LtHxP6bgzb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20. jan. 2022.

FLECK, Marcelo, *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Revista de saúde pública**, v. 34, p. 178-183, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/JVdm5QNjj4xHsRzMFbF7trN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20. jan. 2022.

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar**, 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/>

institucional/conheca-o-perfil-dos-professores-brasileiros. Acesso 23 de jan.2022.

KOETZ, Lydia; REMPEL, Claudete; PÉRICO, Eduardo. Qualidade de vida de professores de Instituições de Ensino Superior Comunitárias do Rio Grande do Sul. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1019-1028, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & saúde coletiva**, v. 5, p. 7-18, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MGNbP3WcnM3p8KKmLSZVddn/abstract/?lang=pt>. Acesso 03 jan. 2022.

NOBRE, Moacyr Roberto Cucê. Qualidade de vida. **Arq Bras Cardiol**, v. 64, n. 4, p. 299-300, 1995. Disponível em: <http://www.arquivosonline.com.br/pesquisartigos/Pdfs/1995/v64N4/64040002.pdf>. Acesso 05 jan. 2022.

Organização Internacional Do Trabalho. **A condição dos professores**: recomendação internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: OIT/ UNESCO, 1984. Disponível em: <http://smeduquede.caxias.rj.gov.br/need/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/a%20condi%C3%A7%C3%A3o%20dos%20professores.pdf>. Acesso 20.jan. 2022.

PEDROSO, Bruno. *et al.* Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-bref através do Microsoft Excel. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 31-36, 2010. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/687>. Acesso 10 jan.2022.

PEREIRA, Érico Felden. *et al.* O trabalho docente e a qualidade de vida dos professores na educação básica. **Revista de salud publica**, v. 16, p. 221-231, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.sp.org/article/rsap/2014.v16n2/221-231/pt/>. Acesso 12 jan. 2022.

PEREIRA, Érico Felden, *et al.* Qualidade de vida e saúde dos professores de educação básica: discussão do tema e revisão de

investigações. **Revista brasileira ciência e movimento**, v. 17, n. 2, p. 100-107, 2019. Disponível em: <http://Portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/1035/1744>. Acesso 12 jan. 2022.

ROCHA, Vera Maria da; FERNANDES, Marcos Henrique. Qualidade de vida de professores do ensino fundamental: uma perspectiva para a promoção da saúde do trabalhador. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 57, p. 23-27, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/QxjL7dJsb57CgXsyyKzgdHP/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso 12 jan. 2022.

ROSA, Sued. José. **A qualidade de vida no trabalho dos professores do ensino médio da educação pública e privada de Paracatu–MG**. 2012. 100 p. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Administração) –Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo–Pedro Leopoldo: FPL, 2012. Acesso 03 jan. 2021.

Secretária De Educação Da Bahia SEC. **Núcleo Territorial de Educação NTE-20-Vitória da Conquista BA**. Disponível em: http://nte20.educacao.ba.gov.br/?page_id=6. Acesso: 28 de jan. 2022.

SEIDI, Eliane, ZANNON, Célia Maria. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(2): p. 580-588, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/NR7QD9Q4D3N7DmHg7ms79fG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso 10 jan. 2022.

SANTOS, Priscila Mari dos. Principais instrumentos de avaliação da qualidade de vida de idosos no Brasil: vantagens e desvantagens na utilização. **Corpoconsciência**, Cuiabá-MT, vol. 19, n.02, p. 25-36, mai/ago 2015. Disponível em: <https://periodicos.cientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/3948>. Acesso 10 jan. 2022.

SILVA, Rosângela. Considerações sobre a qualidade de vida do professor na contemporaneidade. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 3, n. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/232>. Acesso 28 dez. 2021.

SOUZA, Alex Sandro Rolland et al. Aspectos gerais da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, p. 29-45, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/8phGbzmbSynCQRWjpXJL9m/?lang=pt&format=html>. Acesso 22. jan.2022.

VEDOVATO, Tatiana Giovanelli; MONTEIRO, Maria Inês - Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. v. 42, p. 291-297, Jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/6XtgjkZ7BXcBrbpX8fdjN7s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 22. jan. 2022.

CAPÍTULO 5

A precarização do trabalho docente e seus efeitos no adoecimento psíquico e na qualidade de vida

Cláudia Cristiane Andrade Barros

Marisa Fernandes Seixas

Claudio Pinto Nunes

Berta Leni Costa Cardoso

Introdução

É inegável que a categoria docente tem enfrentado condições precárias de trabalho, a carga horária exaustiva que chega à 40 ou 60 horas semanais, as muitas demandas exigidas além do tempo em sala de aula e as novas formas de trabalho são fatores que têm contribuído para interferir na vida pessoal e social, além de afetarem o estado de saúde físico e mental desses profissionais.

É nesse contexto que buscamos refletir sobre as mudanças nas formas de trabalho que essa categoria tem enfrentado para atender as demandas do mercado e o quanto a pandemia de COVID-19 foi um fator que contribuiu para que, de forma brusca, fosse cobrado dos professores a continuidade das aulas, de forma remota, que se deu, na maioria das vezes, sem nenhuma formação.

Com esse estudo, esperamos contribuir para ampliar as discussões acerca da precarização do trabalho docente, bem como sobre o quanto as mudanças ocorridas nas formas de trabalho dessa categoria têm aumentado o adoecimento psíquico desses profissionais, consequentemente, afetado a qualidade de vida.

Precarização do trabalho docente

Ao pensar sobre o trabalho docente, faz-se necessário compreendermos e refletirmos acerca do conceito da palavra trabalho, que representa uma tarefa essencial à vida, desde os tempos antigos. Segundo Araújo (2017), o trabalho pode ser concebido como uma atividade fundante da humanidade, pois, por meio dele que o homem garante sua sobrevivência, ou seja, o meio de vida e de conquista da dignidade humana. As formas de trabalho se transformam ao longo da história e o termo assumiu diferentes significados de acordo com o momento histórico. Atualmente, é resumido como sinônimo de emprego remunerado, cujo trabalhador passou a integrar a classe trabalhadora. Podemos assim dizer que o trabalho se tornou uma mercadoria a ser negociada em troca de um pagamento (FRIGOTTO, 1996).

O trabalho exerce posição de centralidade no sistema capitalista, pois é dele que são extraídos os excedentes para produção do mais-valor. Ocorre que embora o capitalismo seja um sistema voltado para expansão ilimitada, essa se dá de forma destrutiva, tanto do ponto de vista humano quanto ambiental. No decorrer do seu processo de expansão, o capital cria suas próprias crises, ao mesmo tempo, busca formas de se reajustar para a retomada do seu lucro. Atualmente, esses ajustes são materializados por meio de reformas nos Estados nacionais, assim como pelo desenvolvimento de novas dinâmicas nas relações de trabalho, orientadas pelo viés neoliberalista.

Diante desse processo global imposto à classe trabalhadora, em razão desses ajustes estruturais, a conjuntura atual, marcada pela retirada de direitos trabalhistas e priorização do capital financeiro, propiciou um terreno fértil para o aprofundamento da precarização do trabalho. Conforme pontua Chauí (2020), vivenciamos um totalitarismo neoliberal que decreta aos trabalhadores a exposição a condições de trabalho desumanas, de modo que ele se torna uma peça descartável nesse processo diante do exército de reserva disponível no mercado, para os quais resta

apenas se aquiescerem e aceitarem tais condições para evitarem a completa miséria, dada a realidade de desigualdade e agravamento da pobreza e da miséria no mundo, e de forma ainda mais drástica no Brasil atual.

De acordo com Mészáros (2011, p. 199), “o poder do capital é exercido com uma verdadeira força opressora em nossa era graças a rede entrelaçada de suas mediações de segunda ordem que emergiam de contingências históricas específicas”. Assim, ao longo da história, foi se consolidando e construindo um imenso poder sistêmico de dominação em favor do modo de reprodução do capital, de modo a alcançar níveis elevados de acumulação. Ainda segundo o referido autor,

[...] os sérios problemas da crescente saturação do sistema do capital lançaram suas sombras por toda a parte. Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança (MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

O mundo tem vivido um estado de crise, que só se agrava em razão deste modelo econômico que prioriza o mercado e os critérios de rentabilidade do capital social. O trabalho, nesse contexto, sofreu muitos impactos que acabaram por gerar um processo de precarização, como afirma Piozevan (2017). O exercício da docência é apenas mais uma atividade que sofre as consequências por conta das grandes crises econômicas que se desdobra em reformas trabalhistas, as quais, geralmente, promovem perda de direitos, adquiridos por meio da luta classista.

Segundo Antunes (2009, p. 102), “a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos”, ela inclui os professores, servidores públicos das redes federal, estadual e municipal de educação, pois

eles fazem parte do setor de serviço e sofrem com a precarização das relações trabalhistas.

Compreender o trabalho docente, para Tardif e Lessard (2014), constitui-se como uma das chaves para entender as transformações atuais da sociedade, do trabalho e da globalização. Nesse sentido, a docência é um importante meio para examinar as transformações atuais, visto que essas mudanças no espaço social interferem nos setores econômico e tecnológico, por isso, influenciam na morfologia do trabalho docente. Ainda de acordo com os autores, “A docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação de professores” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 35).

Diante das atuais condições de trabalho, é possível visualizar que no bojo das reformas educacionais e previdenciárias em curso, aliadas à política de Estado mínimo e às cobranças no sentido de aproximar a educação da lógica de mercado, com exigências de cunho gerencial e de alta performance ao profissional da educação, percebe-se um quadro de profunda apatia e desânimo vivenciado por grande parte da categoria que se encontra sem reconhecimento, muitas vezes, sem esperança, dadas as condições atuais de precarização do trabalho no âmbito da educação.

A maior parte dos docentes no nosso país trabalha em condições precárias. Mancebo *et al.* (2006), no editorial da revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, apontam alguns fatores relacionados à precarização do trabalho, como a jornada de trabalho excessiva, uma vez que muitos trabalham mais de 40 ou 60 horas semanais para arcar com suas despesas. Ocorre que essa jornada extensa interfere diretamente na vida pessoal e social, em seu estado de saúde física e emocional. De acordo com Forattini e Lucena (2015, p. 39-40),

A falta de reconhecimento, a desvalorização e a perda do significado social levam o trabalhador a um estado de angústia e

frustração e, conseqüentemente, ao adoecimento. A carga de trabalho em uma profissão [...] deve ser compreendida sob dois aspectos: a carga física suportada pelo corpo e a carga mental que o autor propõe separar em um referencial específico os elementos afetivos e relacionais ao qual chamou de carga psíquica do trabalho.

Em síntese, as condições de trabalho docente podem ser consideradas preocupantes. O atual contexto obriga o professor a rever suas práticas e se reinventar, o que torna essa categoria de profissionais sobrecarregados, que além de enfrentarem extensas jornadas de trabalho acabam desenvolvendo problemas de saúde como ansiedade, estresse, depressão e Síndrome de Burnout. A maioria dos docentes no nosso país já enfrentavam condições precárias de trabalho, isso se exacerbou no contexto da pandemia, de modo que surge a necessidade de se discutir e priorizar um modelo de educação que se concentre no papel social que ela exerce para a humanidade, pois, diante das novas formas de trabalho, percebe-se o quanto o contexto atual tem interferido diretamente na vida pessoal, social e na saúde física e mental.

Adoecimento psíquico

O trabalho é indissociável da existência, é considerado como uma necessidade humana e como um fator importante de promoção de saúde que tem como um dos seus sentidos o prazer. Contudo, para que possa gerar prazer, precisa possibilitar a criação de identidade, promover possibilidades de aprendizados dentro de um fazer criativo e inovador que torne o sujeito ativo, capaz de criar estratégias e de dominar o trabalho e não o contrário. O trabalho, também, precisa permitir que existam condições de interação com os outros, tanto de socialização como de transformação do próprio trabalho. Quando isto não acontece, ele pode acabar influenciando negativamente, assim, desencadear doenças (MENDES, 2007).

O trabalho, de acordo a psicologia histórico-cultural, é um fator estruturante do psiquismo humano, pois, para além de ser um meio para atender as necessidades humanas, influencia na construção da identidade, no senso de autoimagem, de pertencimento social, além de contribuir para o desenvolvimento de capacidades (MARTINS, 2014).

Dejours (1992) afirma que o trabalho em si não provoca adoecimento, mas o tipo de trabalho e as condições nas quais este se estabelece. Argumenta, ainda, que o sofrimento aparece quando o trabalho não tem significado para o trabalhador e isso ocorre quando as relações do homem com a organização do trabalho estão dificultadas, provocando um sentimento de inutilidade que, muitas vezes, está atrelado à falta de finalidade e qualificação.

Segundo Mendes (2008), o trabalho pode oferecer condições de emancipação ou servidão, no entanto, na sociedade capitalista contemporânea — em um jogo de dominação social que se associa a leis de racionalidade econômica, manifestadas nos princípios de produtividade, flexibilidade e consumo — os trabalhadores estão muito mais se sujeitando do que resistindo e se emancipando.

O adoecimento psicológico, devido às questões que envolvem o trabalho, principalmente nesse cenário atual, tem se tornado fonte de investigação, em destaque, os professores, que exercem um papel de contribuição social muito relevante e são formadores de todas as demais profissões. Quando adentram à escola se deparam com as mazelas que vão para além do ato ensinar, questões que atravessam o aluno de cunho social e familiar, precisam desempenhar vários papéis diante das situações e demandas que circundam as relações escolares (CARLOTTO, 2012).

No que se refere à categoria docente, na atualidade, observa-se que ela precisa de um esforço maior para terem seu trabalho reconhecido e valorizado, visto que esses profissionais encaram muita pressão social e relacional, tanto com os alunos quanto com a chefia com cobranças pela resolutividade de conflitos, além de serem impelidos a enfrentarem inúmeras demandas e a terem que

criar recursos internos para realização do trabalho em um contexto competitivo de altas exigências de produtividade (ARAÚJO; SOUSA, 2013).

Em volta desse cenário de exigências, estão as mudanças ocorridas em função de reformas educacionais em curso, responsáveis por modificar a organização do trabalho do professor e afetar significativamente a profissão, com isso, atribuírem mais cobranças sem que seja dado um devido subsídio para tal. Essas reformas trouxeram a descentralização administrativa, financeira e pedagógica, além de uma flexibilidade na organização e funcionamento das escolas, os professores passaram a ganhar maior autonomia, em contrapartida, mais responsabilidades e atribuição pelo fracasso ou sucesso educacional (OLIVEIRA *et al.*, 2002; OLIVEIRA, 1997).

Como é possível verificar, as transformações do contexto social têm ampliado as exigências e as responsabilidades dos professores, fragmentando seu trabalho e lhe atribuído demandas complexas que requerem não só competências pedagógicas, mas, também, habilidades emocionais e sociais. Tais transformações impactam na saúde do professor, por isso, ela tem sido tema de muitos estudos, dadas as preocupações dos profissionais, dos gestores institucionais, das entidades sindicais e governamentais (DIEHL; MARIN, 2016; CARLOTTO, 2012).

Uma pesquisa realizada, em 2013, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) caracterizou o trabalho docente em diversos estados brasileiros. O estudo apontou que essa categoria é submetida a más condições de trabalho, além disso, os professores consideravam seus salários baixos e incompatíveis com as horas de trabalho exercidas, sobretudo pela falta de apoio e orientação em relação ao trabalho com crianças com necessidades especiais, insatisfação com o ambiente de trabalho devido a ruídos externos, má iluminação e ventilação (UFMG, 2013).

Questões relacionadas às condições de trabalho, como as citadas, têm prevalecido em muitos estudos sobre o adoecimento psíquico de professores, bem como discussões relacionadas à

sobrecarga de trabalho, às jornadas extensas e à necessidade de levar o trabalho para casa, o que acaba por invadir o espaço doméstico, ou mesmo estimular o trabalho ainda que estejam adoecidos. A pesquisa evidenciou, também, dificuldades relacionais com os alunos e familiares, muitas delas geradas por desrespeito e violência, o que faz se sentirem desvalorizados e pouco reconhecidos em sua função, tanto pela sociedade, como pelos pais e alunos. O adoecimento psíquico tem se manifestado principalmente em forma de depressão, ansiedade, burnout e tem gerado cada vez mais sentimentos de desesperança, incompetência, desânimo, tristeza e solidão (NASCIMENTO; SEIXAS, 2020).

Existe um processo de precarização do trabalho docente que vem se estabelecendo desde século XX, e se solidifica a partir de 1980, principalmente pelas reformas educacionais atravessadas por uma lógica de mercado, voltadas para o atendimento da globalização e das políticas neoliberais a serviço da lucratividade, da acumulação de capital. Com isso, as exigências aos professores se configuram em maior produtividade, eficiência, cobrança de resultado que alimenta uma concorrência e competição entre pares, intensifica o trabalho dos professores, submete-os a um regime de responsabilização e controle que diminui a autonomia e autoridade deles, o que afeta os modos de subjetivação dessa categoria. Podemos apontar também questões culturais que implicam no fazer docente

A desvalorização da classe e o fato de a profissão, muitas vezes, ser entendida como sacerdócio contribui para o mal-estar e sofrimento do professor (BALL *et al.*, 2013; TARDIF, 2013). Alguns estudos trazem essa questão do sacerdócio ligada a um narcisismo invertido, no qual o professor exerce sua profissão dentro de uma lógica de doação sacrifício, renúncia de lazer e denegação de prazeres. Tal condição induz a um presenteísmo, visto que muitos trabalham mesmo doentes, em sofrimento psíquico, assim, recorrem à automedicação, outra estratégia é o absenteísmo quando pedem afastamento da profissão, sendo essas duas formas a maneira deles lidarem com processos que envolvem

saúde-doença (OLIVEIRA; SÁ 2002; VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016). Assim, buscam ajuda somente no limite de suas condições, quando o mal-estar já está instalado e é vivido de forma insuportável (BRITO *et al.*, 2001).

Os professores demoram a procurar serviços de atenção e saúde, pois apresentam dificuldades de se perceberem adoecidos no trabalho, naturalizam os problemas na condição de ser/estar professores, quase não valorizam as necessidades de promoção e prevenção à saúde, inviabilizam o cuidado de si e têm pouca aderência aos tratamentos e maneiras de cuidado (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2013; SILVA; HELOANI, 2009).

Dejours (1992; 1994) ressalta a dificuldade de o trabalhador reconhecer e expressar verbalmente seu adoecimento, segundo ele, o que ocorre é um desprezo e omissão dos processos de sofrimento, associados a sentimentos de vergonha e silenciamento do corpo. Ao pensarmos sobre a categoria docente e sobre como a profissão se constituiu, vemos que as primeiras escolas surgiram por volta de XVI e XVIII na Europa em comunidades religiosas cristãs que tinham como modelo a perfeição, o que culminava em uma educação repressiva, controladora, que encontrava no sofrimento, na redenção e na caridade seu lugar, isso promovia um governo de si e do outro. Ao corpo, era destinado um controle e disciplinamento, sobre influência de uma ética protestante que pregava a ideia de trabalho árduo e muita disciplina (CAMBI, 1999; RODRIGUES, 2001).

Dentro desse contexto de influência religiosa e cristã, o ato de ensinar era um dom, era tido como vocação, a docência era uma profissão de fé, uma missão que deveria ser exercida com dedicação integral e a serviço de Deus. Logo depois dessa fase, a docência passou a ser considerada um ofício, um trabalho que tinha o compromisso de manter a ordem social e política, assim, o professor precisava apresentar requisitos próximos de um padre, que envolvia idade, habilitação e comportamento moral (TARDIF, 2013). Essas concepções influenciam até hoje e deixaram profundas

marcas no fazer docente, o qual, atualmente, está ancorado nessas ideias e nas práticas neoliberais (MARTINS 2018).

No que concerne, ainda, às práticas neoliberais na atualidade, percebe-se no contexto de uma sociedade que tudo mercantiliza, o trabalho tem sido cada vez mais explorado de maneira brutal, pois, as instituições de ensino estão sendo subjugadas aos modelos de gestão empresarial e de avaliação externa que buscam resultados e desconsideram o processo e as condições objetivas para tal. Com isso, o professor tem sido mero executor de metas pedagógicas que não lhes são claras, assim, executam ações pontuais e pragmáticas sem motivos e sentido para ele. Ainda nesse cenário, tais profissionais são totalmente responsabilizados de forma individual pelo fracasso ou sucesso do ensino, isso rompe a partilha entre os pares, além de fragilizar o sentimento de pertencimento grupal, como consequência, acentuam-se as contradições no ambiente de trabalho (MARTINS, 2018).

A educação tem se tornado mercadoria e sofrido inúmeras perdas que repercutem em uma precarização do trabalho que obriga o professor a se exaurir, ampliar seus contratos e estender sua jornada de trabalho para a esfera da vida pessoal, o que conduz a um total descaso em relação à sua condição humana. Suas relações estão sustentadas cada vez mais em vínculos artificiais no seu fazer, já que, dentro desse panorama, acirra-se a competição, o individualismo e ocorre o empobrecimento da subjetividade, pois os próprios professores se cobram tanto no trabalho como na própria vida, o que tem culminado no sofrimento docente (MARTINS, 2018). Isso não significa que todos os professores sofram, no entanto, os que não sofrem podem ser exatamente aqueles que provocam o sofrimento dos outros dentro desse cenário de alta performance, competição e exigência (MARTINS, 2018).

Observa-se que a cultura docente, atravessada pelo processo histórico pelo qual se constituiu e pelas exigências atuais dentro de um cenário neoliberal, vai se configurando por uma lógica de omissão do cuidado de si. Os professores demonstram uma negação do cuidado com a saúde, com o corpo e com suas

próprias necessidades, em face da dedicação com os outros, também, possuem dificuldade de reconhecerem e naturalizarem o seu sofrimento no trabalho, dada a falta de reconhecimento que provoca baixa autoestima, além de esses trabalhadores serem assolados por sentimentos de desesperança

Muitos deles demoram para buscarem ajuda profissional diante do adoecimento, sentem satisfação em se colocarem em posição de sacrifício para os colegas, ancoram-se em um modelo de perfeição, não reconhecem sua condição humana, assim como existe uma falta de partilha entre os pares, diante disso, o cuidado docente é atravessado por efeitos dessensibilizantes e esterilizantes. (PENTEADO; NETO, 2019). Dessa forma, o adoecimento do professor parece se engrenar por uma cultura coletiva profissional de dificuldade em reconhecer sua condição humana e uma negligência em relação aos cuidados com o corpo e com a saúde (PENTEADO; NETO, 2019).

Pesquisas apontam que os professores estão expostos a inúmeros estressores ocupacionais, gerado pelas transformações sociais, reformas educacionais e implantação de novos modelos pedagógicos, nos últimos anos. O estresse tem sido mencionado como um sinal de adoecimento dessa categoria, que pode gerar, também, a Síndrome de Burnout. A falta de reconhecimento dos problemas relacionais e estruturais, bem como o modo como se organiza o trabalho docente tem sido considerado como fatores que levam ao adoecimento do professor (DIEHL; MARIN, 2016).

A partir do ano 2000, Freitas e Cruz (2008) relatam que houve um maior adoecimento psíquico de professores em forma de estresse, transtornos mentais e Burnout. Vale e Aguilera (2016) pontuam que o estresse e o Burnout estão como os principais motivos de afastamento do trabalho da categoria docente. Um estudo internacional que investigou o estresse ocupacional constatou que os professores consideram como principais fatores de desgaste no trabalho, a excessiva carga de trabalho, as condutas e atitudes dos alunos, a burocratização demasiada, as novas iniciativas educacionais, a falta de controle sobre o tempo e

espaço, além da dificuldade de relacionamento com os supervisores (DIEHL; MARIN, 2016). O adoecimento psíquico dos professores tem refletido em sintomas como ansiedade, problemas relacionados ao sono, estresse, esgotamento, caracterizados, muitas vezes, como Síndrome de Burnout. Outros estudos trazem como queixa a depressão, ansiedade, somatizações, fadiga e alteração do sono (LUDEMIR; MELO FILHO, 2002).

O adoecimento psíquico, nesse contexto de precarização de trabalho, contribui para uma perda de qualidade de vida do professor, com horas extensas de trabalho, cuja lógica de mostrar resultados e de se exaurir para tal, submete os professores a altas cobranças e quebra de partilha entre pares, em nome da competitividade e da concorrência em razão das transformações atuais. Isso exacerba o individualismo, estimula o modo de produção de acumulação que gera perda de sentido e significado com o trabalho, assim como, uma pressão sem precedentes sobre docente, que se agrava no contexto pandêmico, devido às novas exigências que esse cenário trouxe.

Qualidade de vida e o trabalho docente

Conforme já demonstrado, os conceitos de qualidade de vida são os mais diversos, diante disso, podemos destacar a etimologia do termo qualidade, que deriva de *qualis* [latim] e significa o modo de ser característico de alguma coisa, tanto considerada em si mesmo, como relacionada a outro grupo, assim, pode assumir características tanto positivas quanto negativas. Entretanto, quando se fala em Qualidade de Vida, acredita-se que, geralmente, refere-se a algo bom, digno e positivo (SANTIN, 2002).

Qualidade de Vida é considerada para a Organização Mundial da Saúde (OMS) como o ato de o indivíduo perceber sua própria existência em função de um conjunto de aspectos culturais e de valores estabelecidos diante sua relação com seus objetivos, suas expectativas, suas preocupações e os padrões

sociais (WHOQOL GROUP, 1994). Trata-se de uma definição que contempla saúde física e mental, que deve ser, preferencialmente, analisada com base na percepção individual de cada um (GILL; FEINSTEIN, 1994).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é um completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença (WHO, 1946). Já saúde mental é um termo utilizado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional. A saúde mental pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica. Portanto, é um conceito mais amplo que a “ausência de transtornos mentais” (WHO, 2002). Saúde física nos remete a idealizar um indivíduo saudável, que não apresente doenças, que tenha um metabolismo funcionando bem, que tenha tido uma infância saudável e condições dignas de trabalho, isto é, podemos pensar Qualidade de Vida como o privilégio do indivíduo de possuir saúde física e mental.

Questões acerca da Qualidade de Vida do profissional docente emergem com relevância no cenário atual, diante de um quadro de condições precárias de trabalho que têm sido apontadas nas pesquisas atuais como geradores de adoecimento físico e mental. Esse quadro desencadeia o sentimento de esvaziamento do sentido do trabalho, assim como reflete no adoecimento, conseqüentemente, na Qualidade de Vida do profissional. Nesse aspecto, é preciso destacar que a Qualidade de Vida do indivíduo não se restringe apenas a fatores objetivos. A análise da Qualidade de Vida também considera os aspectos subjetivos como: relações interpessoais, realização enquanto profissional e a satisfação laboral. Conforme Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 21),

A análise de qualidade de vida sob um aspecto subjetivo também leva em conta questões de ordem concreta, porém, considera variáveis históricas, sociais, culturais e de interpretação individual

sobre as condições de bens materiais e de serviços do sujeito. Não busca uma caracterização dos níveis de vida apenas sobre dados objetivos; relaciona-os com fatores subjetivos e emocionais, expectativas e possibilidades dos indivíduos ou grupos em relação às suas realizações, e a percepção que os atores têm de suas próprias vidas, considerando, inclusive, questões imensuráveis como prazer, felicidade, angústia e tristeza.

Diante desse contexto, percebe-se que a precarização do trabalho docente perpassa por uma substituição de trabalhadores, em que relações estáveis de trabalho estão sendo substituídas, em número cada vez maior por trabalhos terceirizados, temporários, cujo avanço das tecnologias de informação e comunicação estimulam uma aprendizagem flexível como uma solução para os problemas da educação, nesse contexto, a pandemia causada pela Covid-19 acelerou, de forma brutal, o processo de precarização em curso.

Tal precarização não é um fenômeno recente, ou mesmo um processo que podemos caracterizar como homogêneo, visto que a categoria docente vem passando por transformações que afetam o mundo do trabalho desde a década de 1990. Assim, a pandemia da Covid -19 agravou o quadro das relações de trabalho e afetou profundamente os professores. Dentro desse contexto, é importante compreender de que modo esse novo quadro se apresenta e como as formas de precarização atingem esses profissionais.

Portanto, refletir sobre a Qualidade de Vida do profissional docente, é algo que se torna relevante, ao passo que remete ao pensamento de diversos fatores que podem interferir para ganho ou perda dessa qualidade, torna-se então necessário analisar a realidade encontrada para, diante dela, elencar alguns fatores que contribuem para que o indivíduo a conquiste.

A maior parte dos docentes, no nosso país, trabalham em condições precárias. Mancebo *et al.* (2006), no editorial da revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, apontam alguns fatores relacionados à precarização do trabalho, a exemplo da jornada de

trabalho excessiva, quando muitos trabalham 40 ou 60 horas semanais, ocorre que este único fator já interfere diretamente na vida pessoal e social, no estado da saúde física e emocional do profissional. Aliado a isso, as novas formas de trabalho, impostas pela realidade da pandemia de Covid-19, com suas novas demandas, trabalho remoto desenvolvido pelos docentes como única forma viável, caracteriza-se como outro fator que promove a perda da Qualidade de Vida.

Considerações finais

O trabalho exerce um papel fundamental para a condição humana, por meio dele o ser humano encontra meio de sobrevivência e constrói sua identidade. No cenário atual, o trabalho tem estado a serviço de uma lógica de mercado com ideias neoliberais que prioriza o capital financeiro em detrimento de direitos adquiridos por meio da luta de classe. Isso gera uma precarização do trabalho e condições desumanas no seu exercício, pois este é visto apenas como mercadoria e o trabalhador como aquele que vende sua força de trabalho.

A profissão docente está cada vez mais sendo submetida a essa lógica de mercado, devido às reformas que ocorreram a partir da década de 1980 a serviço do totalitarismo neoliberal. Com isso, diante do contexto de precarização do trabalho, os docentes são “obrigados” a cumprirem extensas jornadas de trabalho que vão de 40 a 60 horas semanais. Isso impacta na apresentação de uma alta de performance profissional em busca de resultados a favor do capital, ainda que não sejam oferecidos subsídios para tal. Tal realidade reflete em condições geradoras de adoecimento psíquico e interferem na qualidade de vida dessa categoria.

O adoecimento psíquico da categoria docente advém das más condições de trabalho, das altas cobranças com o professor, da negligência do cuidado de si, da competitividade, do individualismo entre pares, do desrespeito, da desvalorização profissional e da exaustão com o trabalho. Todas essas questões

estão atreladas ao lugar histórico de que a profissão possui, dada como sacerdócio, vocação, sacrifício juntamente com as ideias neoliberais que expõe essa classe a uma cultura de dificuldade de reconhecer seu próprio sofrimento, para sustentar uma condição de perfeição e gerar resultados dentro desse modelo de educação mercantilista. Com isso, o professor trabalha mesmo adoecido sobre efeito de medicação, ou mesmo demora para buscar tratamento e se afastar totalmente do trabalho.

O adoecimento psíquico do professor tem se manifestado em formas de depressão, ansiedade, estresse, Burnout e tem gerado cada vez mais sentimento de desesperança, tristeza, solidão, incompetência e desânimo. Assim, o exercício dessa profissão tem levado ao empobrecimento da subjetividade dessa classe, pois as reformas, ocorridas nos últimos tempos na educação, fazem com que o trabalho dessa categoria perca um sentido e significado crítico e social, tornando-se meio para atender aos ideais mercantilistas de geração de lucro.

A Qualidade de vida, segundo a OMS, abarca uma definição que contempla a saúde tanto físico como mental, e que tem relação com a percepção que o indivíduo tem de si e de sua existência. Portanto, ela envolve aspectos culturais, as expectativas, os objetivos, os padrões, os valores sociais e a realidade a qual o indivíduo encontra-se submetido.

A Qualidade de Vida do docente diante das condições precárias de trabalho, da desvalorização profissional e do esvaziamento do sentido trabalho, com trabalhos instáveis, terceirizados, temporários e com extensa jornada tem sido diretamente afetada e gerado consequências na vida pessoal e social, no estado da saúde física e emocional deste profissional. Isso tem intensificado ainda mais com as novas formas de trabalho impostas pela realidade da pandemia de Covid-19, em face das novas demandas que colocam o professor diante de desafios que promovem, muitas vezes, a perda da qualidade no trabalho prestado, além do adoecimento psíquico sobrepujado pelo contexto de precarização do seu trabalho.

Referências

- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Luis Gustavo; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida: Definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa.** Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, F. K. R. de. **Desafios da valorização de professores da educação básica da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte: carreira e remuneração (2009-2015).** 2016. 260f. Tese (Doutorado em Educação) Centro de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2017.
- ARAÚJO, L. M. B. F.; SOUSA, R. S. **O Adoecimento psíquico da rede pública estadual: perspectiva dos docentes.** XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: 2013.
- ARBEX, A. P. S.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013.
- BALL, S. et al. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. **Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 9-36, 2013.
- BRITO, J. et al. **Trabalhar na escola? Só inventando o prazer.** Rio de Janeiro: Edições Ipub, 2001.
- CAMBI, F. **História da pedagogia.** São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CARLOTTO, M. S. **Síndrome de Burnout em professores: avaliação, fatores associados e intervenção.** Porto, Portugal: LivPsic, 2012.
- CARLOTTO, M. S. **Síndrome de burnout: o estresse ocupacional do professor.** Canoas: Editora da Ulbra, 2010.
- CHAUI, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.

- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho** - estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez- Oboré, 1992.
- DIEHL, L; MARIN, A. Adoecimento mental em professores brasileiros:revisão sistemática de literatura. **Estudos disciplinares Interdisciplinares em psicologia**,v.7,2016.
- FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, vol. 1, n.2, mai-ago. 2015, p. 32-47.
- FREITAS, C. R; CRUZ, R. M. Saúde e trabalho docente. **XXVIII encontro nacional de engenharia de produção**, Brasil, 2008.
- GESTRADO **Pesquisa sobre trabalho docente na educação básica no Brasil**: sinopse nacional. Belo horizonte: grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e profissionalização do educador frente aos novos desafios. *In*: ENDIPE, 8., 1996, Florianópolis. **Anais [...] Florianópolis**, 1996. P. 389-406.
- LUDERMIR, Ana Bernarda; DE MELO FILHO, Djalma A. Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, p. 213-221, 2002.
- MANCEBO, Deise; EWALD, Ariane; PRETELO, Eleonora Torres; UZIEL, Ana Paula. Em discussão: o trabalho docente. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 1, p. 1-5, 2006.
- MARTINS, Lígia Márcia. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. 2^o ed. Campinas: Autores associados, 2014.
- MARTINS, Lígia Márcia. O sofrimento e/ou adoecimento psíquico do (a) professor (a) em um contexto de fragilização da formação humana. **Cadernos cemarx**, n. 11, p. 127-144, 2018.
- MENDES, A. M. *et al.* **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método e pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

- MENDES, A. M. *et al.* **Trabalho e saúde** - O sujeito entre a emancipação e servidão. Curitiba: Juruá, 2008.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- NASCIMENTO, Kelen Braga do; SEIXAS, Carlos Eduardo. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 36, p. 22, 2020.
- OLIVEIRA, D. A. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, E. S. G.; SÁ, M. M. M. Narciso e o avesso do espelho: o lazer no imaginário do professor. **Educação, Santa Maria**, v. 27, n. 1, p. 99-111, 2002.
- PENTEADO, R.Z.; NETO, S.S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde Soc. São Paulo**, v.28, p.135-153, 2019.
- PIOZEVAN, P. R. **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**. 2017. 225f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.
- RODRIGUES, J. C. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- SANTIN, S. Cultura corporal e qualidade de vida. **Kinesis, Santa Maria**, v. 27, p. 86-116, 2002.
- SILVA, E. P.; HELOANI, R. Gestão educacional e trabalho docente: aspectos sócio-institucionais e psicossociais dos processos de saúde-doença. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 33, p. 207-227, 2009.

TARDIF, M. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 123, p. 551-571, 2013.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VALE, P. C. S.; AGUILLERA, F. Estresse dos professores de ensino fundamental em escolas públicas: uma revisão de literatura. **Revista psicologia, diversidade e saúde**, Salvador, v. 5, n.1, p. 86-94, 2016.

WHO 1986. Carta de Ottawa, pp. 11-18. *In.*: Ministério da Saúde/FIOCRUZ. **Promoção da Saúde**: Cartas de Otawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá, Ministério da Saúde/IEC Brasília.

WHOQOL GROUP. The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL). *In.*: ORLEY, J.; KUYKEN, W. (Eds.) **Quality of life assessment international perspectives**. Heidelberg: Springer, 1994. P.41-60.

CAPÍTULO 6

Qualidade de vida e saúde do docente do ensino superior: uma revisão bibliográfica

Camila Melo Borba

Berta Leni Costa Cardoso

Claudio Pinto Nunes

Heldina Pereira Pinto Fagundes

Introdução

O ambiente de trabalho possui grande influência na percepção da qualidade de vida e nas condições de saúde do ser humano. O trabalho do docente, que atua no ensino superior no exercício de sua função, está submerso a um conjunto de fatores que podem interferir na sua saúde e qualidade de vida, e pode ser responsável pelo aparecimento de doenças, tanto de ordem física quanto mental.

No decorrer dos anos, notou-se modificações na organização do trabalho docente. As múltiplas exigências e obrigatoriedades impostas têm ocasionado a intensificação e a precarização do trabalho docente. Condições essas que têm contribuído para a diminuição da qualidade de vida e da saúde dos docentes, sendo o trabalho em si uma das variáveis que determina sua condição de saúde/doença (CANCIAN, 2020).

O trabalho docente possui uma enorme importância social e científica, e requer aptidões e atribuições que não são medidas somente como esforços em sala de aula, vão além, como na elaboração e planejamento de aulas, projetos de pesquisas, eventos e comissões. Esse acúmulo de funções ocasiona danos irreparáveis na saúde e qualidade de vida do docente.

Nesse interim, em que o professor do ensino superior também é pesquisador, acumula o trabalho de docência, pesquisa e extensão, tem sido denominado por produtivismo acadêmico, isso exige do docente uma maior dedicação e esforço e acarreta uma competição, que repercute em sua saúde e bem-estar (NASCIMENTO; SALVÁ, 2013).

Os fatores mencionados à cima incidem na saúde e, por consequência, na qualidade de vida do docente do ensino superior. Como discutir saúde e qualidade de vida sem ao menos entender seus princípios e conceitos? O conceito de saúde foi proposto inicialmente pelo Movimento da Reforma Sanitária, em 1986 e, incorporado na Constituição Federal de 1988.

O Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986 considera a saúde em seu sentido mais abrangente como:

[...] resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida; a saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986, p. 4).

Nesse tocante a Constituição Federal de 1988, esta abarca a ampla compreensão de saúde, como forma de propor meios necessários para o Estado poder garantir o direito de saúde a todos. De acordo com a lei 8.080 de setembro de 1990:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2019, p.160).

Quanto ao termo qualidade de vida, segundo Minayo, Hartz e Buss (2000, p.8), abrange muitos significados, é uma noção eminentemente humana e tem-se aproximado ao grau de satisfação do indivíduo quanto aos aspectos da vida familiar, amorosa, social e ambiental. “Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar.”

Diante da complexidade e utilizado em diversas áreas de estudo, Farquhar (1995) reforça que a falta de consenso conceitual é marcante, sendo que as definições na literatura especializada são dispostas de forma global, que enfatizam a satisfação geral com a vida, e dividida em componentes, que, em conjunto, constituem uma aproximação do conceito geral. A forma como a qualidade de vida é abordada e os indicadores adotados estão diretamente ligados aos interesses científicos e políticos de cada estudo e área de investigação, bem como das possibilidades de operacionalização e avaliação.

Um dos conceitos a ser citado, é o da Organização Mundial de Saúde (OMS), que trata a qualidade de vida como “a autopercepção do indivíduo quanto à sua posição na vida, de acordo com a cultura e os sistemas de valores nos quais ele se encontra e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (AMARO; DUMITH, 2018, p. 95).

Segundo Tani (2002), o significado de qualidade de vida vai além de ter as necessidades básicas como alimentação, trabalho, moradia e vestuário supridas. Requer possuir saúde mental e física, relações sociais edificadoras e calorosas, momentos de lazer e tempo para aproveitar o meio ambiente. Mesmo diante dos múltiplos fatores, estudos e teorias sobre qualidade de vida, não se sabe ao certo qual a parcela de contribuição dos aspectos citados. O que pode ser entendido é que a qualidade de vida não consiste somente na somatória dos aspectos acima referidos, nesse caso, se aplica bem à sua compreensão o princípio sistêmico que o todo é maior que a soma das partes.

A saúde e a qualidade de vida, embora aconteça de serem utilizadas como sinônimos, existem particularidades, entretanto, possuem grande relação entre si. De acordo com Buss (2000), existe uma importante contribuição da saúde para a qualidade de vida de indivíduos ou populações, bem como, contribuição de muitos componentes da vida social para uma boa qualidade de vida e para alcançar um perfil elevado de saúde.

No ambiente trabalhista, muitos estudos se enquadram sobre a qualidade de vida, é um tema atual e que auxilia para a gestão dos trabalhadores nas variadas organizações e profissões existentes, referindo-se às esferas positivas ou negativas, assim como as percepções de vantagens e desvantagens que as pessoas demonstram sobre o ambiente que atuam profissionalmente (ESTE-BAN; LLUCH, 2014).

Ao considerar a demanda, muitas vezes excessivas de atividades destinadas ao docente do ensino superior, faz-se necessário compreender como está a qualidade de vida e saúde desses profissionais. Nesse sentido, este estudo realiza um levantamento de produções acerca da qualidade de vida e saúde dos docentes que atuam no ensino superior. Nessa perspectiva, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender como ocorrem as discussões a respeito do tema proposto, mapear o campo de pesquisa e produzir novos conhecimentos sobre a temática.

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica, mesmo do tipo exploratória, constitui-se na avaliação de uma situação concreta desconhecida em um determinado local, alguém ou grupo, e deve ser baseada em estudos previamente realizados por algum indivíduo ou em pesquisas semelhantes que possam complementar a pesquisa pretendida. Dessa forma, foi utilizado a literatura eletrônica,

realizado através de buscas em plataformas digitais, sendo elas: o Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (IBICT).

A busca ocorreu com o objetivo de organizar, resumir e expor os trabalhos existentes nas plataformas que podem contribuir com o tema proposto. Na realização da busca pelos trabalhos, foram utilizados os mesmos critérios, sendo dispostos dos mesmos descritores, que são eles: qualidade de vida, saúde, docente e ensino superior. Nessa ordem descrita, no banco da CAPES, devido a peculiaridade da plataforma, utilizado o booleano “AND” entre as palavras e as palavras foram aspeadas. E no banco da BDTD/IBICT a plataforma oferece o “e”, não sendo necessário acrescentar e aspear as palavras. Em ambos foram utilizados o recorte temporal de 5 anos na tentativa de selecionar trabalhos recentes.

No banco da BDTD/IBICT foram encontrados 117 trabalhos, após a utilização do recorte temporal de 5 anos, o número de trabalhos foi reduzido para 63 trabalhos, sendo 42 dissertações e 21 teses. Em seguida, foi realizado uma nova busca no banco da CAPES e foram encontrados 73 trabalhos, após recorte temporal de 5 anos, o número de trabalhos foi reduzido para 46 trabalhos, sendo 10 teses e 36 dissertações.

Em ambos os bancos de dados BDTD/IBICT e CAPES, após a realização do recorte temporal, foi realizado a seleção dos trabalhos para compor o Quadro I e o Quadro II, inicialmente através da leitura dos títulos e resumos e aqueles que alcançavam o objetivo desse estudo, foi realizado a leitura aprofundada. No banco da BDTD/IBICT dos 63 trabalhos encontrados após recorte temporal, foram selecionados 4 trabalhos para compor o Quadro I e serem analisados e discutidos. No banco da CAPES, dos 46 trabalhos encontrados após o recorte temporal, foram selecionados 3 trabalhos para compor o Quadro II e serem analisados e discutidos.

Quadro I – Trabalhos selecionados BDTD/IBICT

AUTOR	TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	PROGRAMA	REGIÃO
Fonsêca, Leila de Cássia Tavares da	Síndrome de burnout e qualidade de vida: estudo com professores universitários da área da saúde	2017	Universidade Federal da Paraíba	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem	Nordeste
Laurentino, Elias Matias	Consumo de medicamentos por docentes de uma Instituição Federal de Ensino Superior no Ceará, Brasil	2019	Universidade Federal do Ceará	Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacéuticas	Nordeste
Andrade, Viviane Freitas	Qualidade de vida e depressão em docentes da área da saúde do Campus de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe	2016	Universidade Federal de Sergipe	Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde	Nordeste
Amaral, Mônica Santos	Qualidade de Vida e do Sono de Docentes Enfermeiros	2018	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Atenção à Saúde	Centro-Oeste

Fonte: BDTD/IBICT. Tabela elaborada pelos autores (2021).

Quadro II – Trabalhos selecionados CAPES

AUTOR	TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	PROGRAMA	REGIÃO
Campos, Ellen Villegas	Adoecimento docente em uma instituição pública federal de ensino superior	2019	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Programa em Saúde e Desenvolvimento na região Centro-Oeste	Centro- Oeste
Araldi, Franciane Maria	Qualidade de Vida de professores de Educação Física do ensino superior	2019	Universidade do Estado de Santa Catarina	Mestrado em Ciências do Movimento Humano	Sul
Fonsêca, Leila de Cássia Tavares da	Síndrome de Burnout e qualidade de vida: estudo com professores universitários da área da saúde	2017	Universidade Federal da Paraíba	Programa de Pós- Graduação em Enfermagem	Nordeste

Fonte: CAPES. Tabela elaborada pelos autores (2021).

Análise e discussão dos resultados

De acordo com os quadros I e II, notou-se que um trabalho selecionado estava presente nas duas plataformas, sendo ele intitulado por: “Síndrome de Burnout e qualidade de vida: estudo com professores universitários da área da saúde”. Além disso, foi possível perceber que a maioria dos estudos selecionados corresponde a região Nordeste e desses nenhum corresponde especificamente ao estado da Bahia, bem como notou-se que 5 dos trabalhos selecionados fazem parte de programas de pós-graduação da saúde. Além disso, trata-se de 5 dissertações e 1 tese.

A tese intitulada por Síndrome de burnout e qualidade de vida: estudo com professores universitários da área da saúde de autoria Fonsêca (2017) visou analisar a associação da Síndrome de Burnout e Qualidade de Vida em professores universitários da área da saúde. O estudo obteve como resultado que existe um número elevado de docentes que possui a Síndrome de Burnout e, principalmente, que desenvolveu o tipo mais grave que necessita de afastamento para tratamento. Além disso, a ocorrência de Síndrome de Burnout afeta a percepção da qualidade de vida pelos docentes, e, a cobrança em excesso do trabalho pode estar relacionada ao grande quantitativo de profissionais com altos níveis a Síndrome de Burnout, assim como inversamente, os baixos níveis de qualidade de vida.

Como intervenção, na tentativa de melhorar a qualidade de vida, prevenir e tratar a alta incidência dos casos de Burnout, torna-se imprescindível a realização de intervenções por parte da instituição, dos gestores e dos próprios trabalhadores. O estudo permite a elaboração de sugestões estratégicas que podem ser implementadas como mecanismo de solução para tais situações, como por exemplo, a criação de organizações de saúde, com espaços destinados ao trabalhador no intuito de se trabalhar a qualidade da comunicação circulante, além de uma revisão da organização do trabalho em instituições de ensino superior; bem como a inserção de disciplinas que tratem da saúde do

trabalhador na grade curricular dos cursos de graduação da saúde, criação de comissões internas que atuem na prevenção da Síndrome de Burnout e a criação de projeto de extensão multiprofissional com o intuito de incluir o ensino e a prática de prevenção do adoecimento e cuidado da saúde do trabalhador (FONSÊCA, 2017).

A dissertação de Laurentino (2019), intitulada por Consumo de medicamentos por docentes de uma Instituição Federal de Ensino Superior no Ceará, teve por objetivo analisar a prevalência e os fatores associados à utilização de medicamentos entre docentes de uma universidade pública do Ceará, Brasil. O estudo obteve como resultado a alta prevalência do consumo de medicamentos entre docentes que é influenciada por fatores relacionados às condições de trabalho ou da própria prática docente. Entre os 742 docentes, houve prevalência de consumo de 71%, onde foram utilizados de um a doze medicamentos, sendo que 34,1% fizeram uso de apenas um medicamento e 11,8% consumiram cinco ou mais medicamentos, que é considerado uma situação de polimedicação e apenas 29% da amostra não consumiu medicamentos.

Em relação à qualidade de vida, os docentes a julgam como positiva, tendo uma baixa proporção daqueles que a consideram como negativa. Os participantes que possuem uma qualidade de vida autorreferida ruim apresentam uma razão de prevalência de consumo de 122 medicamentos, o que corresponde a 1,31 vezes maior do que a média de consumo de quem considera ter uma qualidade de vida autorreferida muito boa. O uso de medicamentos, ao proporcionar cura e/ou alívio dos sintomas sentidos, gera uma sensação de ter uma boa qualidade de vida, o que justifica a alta prevalência de consumo de fármacos e de automedicação entre aqueles que consideram ter uma qualidade de vida positiva (LAURENTINO, 2019).

De acordo com Andrade (2016), sua dissertação intitulada por Qualidade de vida e depressão em docentes da área da saúde do Campus de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe

teve o intuito de conhecer as condições de saúde dos docentes do ensino superior, a percepção sobre qualidade de vida, a prevalência de depressão, o perfil sociodemográfico e os fatores que podem influenciar na qualidade de vida e depressão destes profissionais. Quanto aos resultados, a maior parte dos docentes possui a percepção positiva sobre sua qualidade de vida e estava satisfeita com sua saúde. Contudo, a prevalência de docentes com depressão foi alta, e possui uma relação da depressão com a qualidade de vida, insatisfação das condições de trabalho e atividades de lazer.

No estudo, notou-se uma correlação forte e negativa entre depressão e qualidade de vida, observou-se que essas variáveis são inversamente proporcionais, uma vez que, à medida que aumenta a gravidade da depressão, piora a qualidade de vida. Nesse contexto, a depressão pode interferir negativamente na qualidade de vida dos indivíduos, a insatisfação com as condições de trabalho pode estar associada ao desenvolvimento ou até mesmo ao agravamento da doença. No entanto, os resultados apontam para um possível efeito protetor que as atividades de lazer oferecem à saúde mental (ANDRADE, 2016).

Amaral (2018), em sua dissertação intitulada por Qualidade de Vida e do Sono de Docentes Enfermeiros, teve por objetivo analisar a qualidade de vida e do sono de docentes enfermeiros e pôde concluir que a maioria dos enfermeiros docentes apresentou qualidade do sono ruim e sonolência diurna; boa qualidade de vida e satisfação com a saúde. Percebeu-se que alguns aspectos influenciaram para uma piora da qualidade do sono, que foram ter maior renda mensal individual e usar medicação para dormir. Já a sonolência diurna se mostrou pior em doutores e docentes que trabalhavam mais de 40 horas semanais. Os fatores que pioram a percepção da qualidade de vida dos docentes foram ter a carga horária de trabalho semanal superior a 40 horas, possuir três turnos de trabalho, fazer uso do celular antes de dormir, consumir medicação para dormir, ser mais jovem, ter maior renda e menos tempo de formado e de docência.

Através dos resultados, percebeu-se que a gestão não oferece condições adequadas de trabalhos em diversos níveis e como consequência ocasionara o comprometimento no desenvolvimento de atividades rotineiras, que gerara a redução da qualidade de vida e do sono. Mesmo as condições de trabalho nem sempre são favoráveis à saúde, contudo, os profissionais da área da educação demonstram resiliência diante das demandas exigidas (AMARAL, 2018).

Campos (2019), em sua dissertação intitulada por Adoecimento docente em uma Instituição Pública Federal de ensino superior, teve por objetivo analisar os principais motivos de afastamento por doença dos docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, através dos atestados de saúde entregues na instituição entre 2007 a 2017. Foi composto pela análise de três artigos, sendo a primeira revisão integrativa respondeu ao questionamento “Como está a saúde do professor universitário de instituições públicas no Brasil?”. Dez artigos mostraram que os professores universitários estão sendo acometidos por doenças mentais, sendo o estresse o mais citado, causa principal da Síndrome de Burnout. Os estudos relataram que a sobrecarga de trabalho é fator de risco para o estresse. O segundo artigo respondeu ao questionamento: “Como está a satisfação no trabalho e a qualidade de vida do professor universitário de instituições no Brasil?”. O resultado, baseado em 14 artigos da revisão, mostrou que os docentes em sua maioria estão satisfeitos com o trabalho que realizam, assim como apresentam uma qualidade de vida satisfatória. O terceiro artigo analisou 2525 atestados segundo o Código Internacional de Doenças CID-10. Dessa forma, os atestados de saúde apresentados pelos docentes mostraram alta prevalência de doenças mentais e comportamentais.

A dissertação de Araldi (2019) teve por objetivo geral analisar a percepção da qualidade de vida de professores de Educação Física do Ensino Superior. O estudo foi realizado em duas etapas, a primeira uma investigação teórica (revisão sistemática) e a segunda uma investigação empírica (artigos originais). A revisão sistemática foi realizada um mapeamento dos artigos publicados

sobre qualidade de vida de professores atuantes em cursos de Ensino Superior. Já na investigação empírica, participaram do estudo empírico 93 professores universitários de Educação Física da mesorregião da Grande Florianópolis. O objetivo do estudo foi determinar os perfis de qualidade de vida dos professores de Educação Física do Ensino Superior.

Através do estudo realizado, foi possível concluir que a investigação teórica da qualidade de vida de professores do Ensino Superior é incipiente na literatura, apesar de estar em crescimento na última década (2009 a 2018). Constatou também que os professores do ensino superior das regiões Sul e Sudeste do Brasil têm sido os mais estudados e o instrumento Whoqol tem sido o preconizado pelos investigadores da temática. No estudo, percebeu-se que os professores que trabalhavam em Faculdades e em apenas uma disciplina no semestre letivo possuíam avaliação geral mais positiva da qualidade de vida. Em contrapartida, os professores com maior carga horária de trabalho semanal foram os que apresentaram percepção geral mais negativa de sua qualidade de vida (ARALDI, 2019).

Considerações finais

A pesquisa bibliográfica possui algumas limitações diante da escolha da metodologia adotada, como descritores e base de dados selecionadas, recorte temporal, o que limitou os achados, contudo, foi favorável, pois realizou uma busca detalhada nas plataformas por meio da utilização dos mesmos critérios, o que resultou em algumas questões como: as condições precárias de trabalho, a carga horária excessiva e baixos salários são os fatores que, majoritariamente, comprometem a qualidade de vida e saúde dos profissionais docentes.

Os resultados demonstram a importância de um olhar amplo direcionada à qualidade de vida e saúde dos docentes do ensino superior devido aos fatores supracitados. Alguns estudos apontam a necessidade do acompanhamento da satisfação dos

docentes por meio dos gestores, sobretudo dos docentes que atuam no ensino superior diante das várias atribuições destinadas a esses profissionais da educação, para que possa ser estabelecido alguns quesitos que auxiliarão na melhora e manutenção da saúde e qualidade de vida desses profissionais.

Diante dos trabalhos selecionados que abordam a qualidade de vida e saúde do docente, percebeu-se que 4 trabalhos foram desenvolvidos na região Nordeste, contudo, nenhum desses foi realizado especificamente no estado da Bahia, o que demonstra a necessidade de um maior investimento em pesquisas direcionadas a saúde e qualidade de vida dos docentes desse estado.

Referências

- AMARAL, M.S. **Qualidade de vida e do sono de docentes enfermeiros**. 2018.77p. Dissertação de mestrado – Escola de ciências sociais e da saúde, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- AMARO, J. M. R. S.; DUMITH, S. C. Sonolência diurna excessiva e qualidade de vida relacionada à saúde dos professores universitários. **J Bras Psiquiatr**, v. 67, n. 2, p. 95, 2018.
- ANDRADE, V. F. **Qualidade de vida e depressão em docentes da área da saúde do Campus de São Cristovão da Universidade Federal de Sergipe**. Lagarto, SE, 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Aplicadas à Saúde) - Universidade Federal de Sergipe, Lagarto, 2016.
- ARALDI, F. M. **Qualidade de vida de professores de educação física do ensino superior'** undefined f. Mestrado em Ciências do Movimento Humano, Instituição de Ensino: Universidade Do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Atualizada até a EC n. 105/2019. Disponível em: <https://www.stf.gov.br>

jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf. Acesso: em 29 Dez. 2021.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.163-77, 2000.

CANCIAN, Q. G. **Trabalho e Ciência: Um olhar para a saúde e qualidade de vida dos professores universitários**. 286f.

Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Formação de Professores, processo de Ensino e Aprendizagem, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. **8º conferência Nacional de saúde**, relatório final. Ministério da Saúde 17-21 de março de 1986. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf. Acesso em: 29 Dez. 2021.

ESTE-BAN, J. M. S; LLUCH, A. C. (2014). Calidad de vida percibida y su relación con la práctica de actividad física en el ámbito laboral. Un estudio piloto. **Retos**, 25, 53-57.

FARQUHAR, M. Definitions of quality of life: a taxonomy. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v.22, n.3, p.502-8, 1995

FONSÊCA, Leila de Cássia Tavares da. **Síndrome de Burnout e qualidade de vida: estudo com professores universitários da área da saúde**. 92 f. Tese (Doutorado em Enfermagem)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

LAURENTINO, E. M. **Consumo de medicamentos por docentes de uma Instituição Federal de Ensino Superior no Ceará, Brasil**. 2019. 204 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

NASCIMENTO, R. P; SALVÁ, M. N. R. A política de avaliação da pós-graduação Stricto-Sensu e o Trabalho Docente: Rumo ao

“Produtivismo Acadêmico. Artigo apresentado no IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 2013.

TANI, G. Esporte, educação e qualidade de vida. In: W. W. Moreira; R. Simões. (Org.). **Esporte como fator de qualidade de vida**. Piracicaba: UNIMEP, 2002, p. 103-116.

CAPÍTULO 7

Qualidade de vida X corpo produtivo: um conceito polissêmico

Carla Gomes dos Santos Vieira

Priscila Sousa Lopes

Tais Rodrigues Silva

Introdução

Sabe-se que a sociedade de modo geral tem sido marcada por muitas transformações, tanto no âmbito político, quanto no social e cultural, e essas mudanças interferem no modo ou estilo de vida adotado por cada indivíduo. Na era da pós-modernidade ou melhor “modernidade líquida”, como diz Bauman (2001), ser moderno significa estar em um progresso constante, ou seja, essa busca desenfreada por progresso, é típico de um sistema capitalista cuja finalidade ideológica é manter os meios de produção.

Em virtude da dinâmica acelerada presente na sociedade atual tem sido cada vez mais frequente o adoecimento físico/mental dos docentes advindo por meio do trabalho, isso por que o campo de atuação da educação envolve uma série de desafios que estão além do ato de ensinar. Os reflexos das mazelas sociais são manifestados no contexto educacional, o que afeta as relações sociais. Partindo do pressuposto de que desde a antiguidade o corpo é o primeiro território de construção das relações, que também é alvo de domínio e controle do indivíduo, o qual intensificou-se com a chegada do capitalismo, transformando a sociedade disciplinar dos corpos dos indivíduos em sociedade de controle de massa.

O estudo em questão busca delinear as possíveis relações entre o modo de produção capitalista na disciplinarização dos

corpos e os impactos na qualidade de vida no trabalho docente. Tendo em vista que o trabalho é uma atividade inerente ao ser humano e que atualmente tem se tornado algo tortuoso, implicando diretamente na qualidade de vida, observa-se a importância de discutir esse tema buscando maior entendimento, sobretudo tratando-se de profissionais da educação cuja finalidade deste trabalho está voltada.

Diante desse panorama, a relevância social e científica deste estudo justifica-se na necessidade de refletir acerca da submissão dos corpos aos moldes do capitalismo e suas nuances no contexto docente. Nesse sentido, fundamentado em estudos de caráter bibliográfico, em especial utilizando como principal referencial algumas proposições de Foucault - Vigiar e punir: nascimento da prisão (2009); Karl Marx - O Capital: crítica da economia política (1968) e Sant'Anna e Kilimnik - Qualidade de vida no trabalho: abordagens e fundamentos (2011), buscamos aqui compreender, no plano da essência, como ocorrem e se desenvolvem os processos de disciplinarização dos corpos, inserido num modo de produção capitalista, e como isso afeta a qualidade de vida no trabalho docente. Quanto à sistematização, este artigo se estrutura da seguinte forma: a) Corpo produtivo; b) Marx: trabalho e capitalismo e c) Qualidade de vida no trabalho docente.

Corpo produtivo

O corpo sempre foi objeto de estudos de várias áreas do conhecimento, seja das ciências biológicas, das ciências sociais, da antropologia, enfim, diversos campos de estudos sempre demonstraram interesse em compreendê-lo. Tal narrativa se explica pelo fato de que o corpo, ao mesmo tempo que ele é produto, também é produtor das relações sociais e territoriais (MONDARDO, 2009).

O corpo que inicialmente foi milimetricamente calculado, medido, aferido, apresentado como corpo biológico, vai posteriormente sendo redescoberto como cultural, depois de lido,

interpretado e decodificado, o mesmo vai sendo fabricado e educado mediante as necessidades da vida em sociedade.

Do século XVIII para o século XX ocorre uma transição de interesses correlacionados ao corpo, que antes era reprimido, censurado e submisso à Igreja Católica. Agora, no século XXI, torna-se objeto exclusivamente do capitalismo, vislumbrando garantir um modelo de homem capaz de suportar a nova ordem política e econômica, a burguesia investiu nas “forças produtoras do corpo” (SIEBERT,1995). Neste sentido, a fim de fabricar corpos úteis e obedientes, o Estado utiliza-se da disciplina, uma vez que esta, por meio de técnicas específicas, consegue normatizar a conduta do indivíduo.

Assim, o objetivo da disciplina como instrumento do poder disciplinar, é justamente docilizar o indivíduo, “fabricando-o” do ponto de vista social, econômico e político, e assim produzir mais para gerar mais lucros, de forma que homens e mulheres não se revoltam com o Estado (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2011). Logo, o adestramento dos corpos não são ações neutras e sim ações intencionais, cuja funcionalidade é trazer sempre resultados aos interessados. Afinal, como a disciplina operacionaliza?

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente. (FOUCAULT, 2010, p. 106).

Como foi possível perceber, a disciplina atua por meio da vigilância, a qual se constitui um agente econômico ao passo que produz lucro, eficiência e rendimento. Indo mais além, Foucault (2009, p. 164) destaca “três instrumentos responsáveis pelo sucesso do poder disciplinar: “o olhar hierárquico, a sanção

normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o “exame”. Desse modo, por meio destes mecanismos, os corpos vão sendo o tempo todo controlados, vigiados e enquadrados dentro de padrões normativos.

Nesta perspectiva Mondardo adverte:

Contudo, à medida que a sociedade disciplinar dos corpos-indivíduos dos séculos XVII e XVIII se transformou em sociedade de controle de massas de corpos nos séculos XIX e XX, está passando a desenvolver uma nova forma de dominação e controle do território-corpo desenvolvendo-se o biopoder, ou seja, o controle/agenciamento da vida. (MONDARDO, 2009, p.1).

O bio-poder, foi sem sombra de dúvida, um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, o qual só pode ser concretizado graças a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e dos ajustes de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 2007). Portanto, é assertivo a importância de se conhecer todo o contexto histórico, dado que as situações sociais, econômicas e políticas estão vinculadas ao modo de produção capitalista e o corpo de cada homem e mulher é atingido por ele. E aquele que não é obediente e que não produz, não gerando lucros ao sistema, é punido ou excluído.

Em suma, o mercado capitalista educou e fabricou corpos destinados para o trabalho, em que o fim único é produzir capital. À medida que o corpo do trabalhador produz capital, é denominado como corpo produtivo, pois ele próprio trabalha enquanto produtor de mercadorias e desigualdades sociais, o “corpo objeto” (SILVA; PIRES, 2011). Assim a redução do corpo na condição de objeto mercadorizado se coisifica.

Frente ao exposto, ressaltamos a importância de entender o corpo não apenas como um dado biológico, mas como um campo político que é transformado, moldado e ressignificado conforme interesses vigentes. Diante da intensa exploração do trabalhador através dos processos de flexibilização e terceirização, ocorridas no

mundo do trabalho nas últimas quatro décadas, percebe-se como o poder disciplinar está presente no modo de produção capitalista, e como isso atualmente reverbera sobre a esfera do trabalho.

Haja vista, que tal forma de produção funciona como técnica que fabrica indivíduos-máquinas, uma máquina que não pode parar, cuja engrenagem é voltada para produzir, essa exacerbada cobrança por rendimentos tem comprometido a qualidade de vida dos sujeitos trabalhadores.

Marx: trabalho e capitalismo

Karl Marx, que aos 23 anos de idade recebeu o título de doutor em Filosofia pela Universidade de Jena, parece ser o filósofo que mais refletiu sobre o trabalho. Ele afirma, em outras palavras, que ao transformar o mundo, o homem cria a si mesmo e constrói um mundo cada vez mais social. Trabalhamos porque precisamos de comida, roupa, moradia, segurança, educação, saúde etc. Tudo isso é produzido pelo próprio ser humano, ou seja, produzimos as nossas condições de existência.

Transformando a natureza por meio do trabalho, o indivíduo foi produzindo além do essencial, foi criando outras necessidades sociais e com isso o ser humano também transforma e aprende mais sobre si mesmo. Do algodão, produz roupas; dos metais produz escadas e estruturas de ferro para os prédios; das árvores produz casas, mesas, móveis e muitos outros. Por meio do conhecimento e da ação humana que são criadas as condições de existência.

O trabalho vem ocupando a maior parte do tempo das pessoas que, por sua vez, cada dia mais são identificadas socialmente pelo trabalho que realizam, apresentadas pela função profissional que exercem na sociedade.

Por trás de toda a formulação teórica de Marx há duas concepções: ser é movimento e há três modalidades de ser. Ao contrário do que pensam os positivistas, para Marx, o mundo não é um conjunto de coisas estáticas. Neste âmbito, ele tem um pai – Hegel – o qual afirma que o ser é movimento auto dinamizado

pelas contradições que contém, é a existência das contradições que dinamizam o ser.

No entanto, Marx não é igual a Hegel que pensava esse movimento como de espírito, ele pensa como um movimento que permeia toda a realidade material e as suas expressões anímicas no cérebro dos homens. Ser é movimento contraditório, com colisões, confronto, que se resolve com rupturas.

As três modalidades de ser, conforme apresentadas por Marx, se diferenciam pela sua complexidade: o ser inorgânico – que não se reproduz, ser inanimado; o ser orgânico – aquele que se reproduz e por isso é mais complexo; e o ser social, que é infinitamente mais complexo e depende de nossa estrutura orgânica que para sobreviver depende da ingestão de estruturas inorgânicas. Todos eles em movimento contraditório, intimamente vinculados. O objeto da pesquisa de Marx é o ser social, este é inesgotável, a sua riqueza é infinita e está em mutação.

Categoria, em Marx, são modos de existência do ser social. Trabalho, por exemplo, é uma categoria, um modo de existir do ser social. Para ele, o homem é uma constante tensão entre o seu ser genérico e sua singularidade. O ser social só se expressa singular e genericamente na medida em que é um ser objetivo. Isto é, a condição da existência humana é a objetivação dos sujeitos singulares. O desenvolvimento dos cinco sentidos é obra da história. O ser humano só pode desenvolver o ouvido musical porque existe a música como produção. Essa objetivação se dá no gesto, no movimento, na fala cotidiana. Se dá também através de formas privilegiadas mais duradouras como: numa obra que se cria, na ciência, na arte, na literatura.

Há inúmeras formas de objetivação e o ser social só existe como homem/mulher na escala em que se objetiva. O conjunto de objetivações é o acervo da humanidade, que pode ser apropriado, interiorizado, subjetivado pelos indivíduos. Para Marx é esse sistema de objetivações que faz emergir e desenvolver o ser social. O trabalho, segundo o filósofo, é a objetivação elementar, aquela a

partir da qual todas se desenvolvem, aquela que constituiu o ser social e sem a qual este ser genérico, singular, objetivo é impensável.

O trabalho, para Marx, não é uma obrigação, uma penitência como o sentido que foi atribuído na Idade Média – sofrimento e, ao mesmo tempo, salvação. Também não tem o mesmo sentido atribuído pelos romanos - *Tripalium* (origem latina) – instrumento de tortura. E não é como foi entre os gregos, em que o trabalho se destinava aos escravos e não aos cidadãos.

O trabalho em Marx é aquela condição privilegiada que garante a condição eterna do homem/mulher. Suprimido o trabalho, não existe humanidade. É atividade especificamente humana. E é essa atividade que funda o conjunto das objetivações, que realiza a essência humana

Portanto, além de proporcionar condições para a sobrevivência, o trabalho também é possibilidade de realização humana e de contribuição solidária para o desenvolvimento de uma sociedade. Entretanto, na propriedade privada, o trabalho que é humanização se transforma em alienação. A produção de riquezas se transforma no empobrecimento do trabalhador. O trabalho é, antes de tudo, inerente à condição humana, mas assumiu outro formato na sociedade capitalista, o de mercadoria, trabalho assalariado, em que vendemos a força de trabalho. Numa sociedade em que há abundância de força de trabalho, este é desvalorizado.

Logo, o trabalho que possibilita o acesso aos bens necessários para a vida, não garante a dignidade humana. Engels (2008, p. 203) destacou que, “para encher os bolsos da burguesia”, uma lista de doenças foi se registrando: “[...] crianças aleijadas, homens exaustos, esgotados, membros quebrados, gerações inteiras doentes, debilitadas e desgastadas”. As condições de trabalho foram se tornando cada vez mais “informais, precárias, com trabalhos e salários descontínuos, de curta duração e sem contribuição para a previdência” (MATTOSO, 1999, p. 15-16 apud CASTRO; CARDOSO; NUNES, 2020, p. 123), o que implica diretamente a saúde do trabalhador.

Na sociedade industrial “tempo é dinheiro”, “o trabalho é a fonte de toda riqueza”, “o trabalho dignifica o homem”. A moderna sociedade capitalista estruturou estes princípios e os definiu como ferramentas sutis de controle social, incutiu um relógio moral, orientou comportamentos cotidianos ideais e determinou o engajamento necessário para a produção industrial em padrões acelerados para, assim, acumular capital mais rápido.

Em “O Capital”, Marx explicita o mecanismo de funcionamento do sistema capitalista de produção e suas implicações para a classe trabalhadora. Ele traça algumas características fundamentais desse sistema, são elas: a) o modo de produção capitalista é o mais dinâmico que a humanidade já alcançou. Mas tem sua dinâmica marcada necessariamente por crises. Não há capitalismo sem crise. Esta é elemento constitutivo da dinâmica do capitalismo. b) O desenvolvimento capitalista implica necessariamente concentração e centralização do capital. É o fenômeno monopolista que Marx não conheceu, mas já deixou claro. c) Quanto mais se potencia a criação de riquezas, mais se polariza sua distribuição. Não há capitalismo sem divisão privilegiada. O ciclo é: burguesia – forças produtivas – crises cíclicas – surgem novos mercados (que só adia crise) – crise maior (cada vez mais a desigualdade aumenta e impacta o mundo do trabalho).

As transformações ocorridas no capitalismo desde as últimas décadas do século XX impactaram significativamente o mundo do trabalho. O capitalismo sempre buscou estratégias de superação de suas crises, uma delas ocorre por meio de mudanças nos processos de trabalho, provocando diferentes formas de sofrimento e adoecimento para a classe trabalhadora em diferentes setores da sociedade, inclusive no setor educacional. Existe há mais de quatrocentos anos e tem sobrevivido às crises nos diferentes momentos de sua história. Se reinventa e provoca reajustes estruturais que afetam bruscamente os direitos dos trabalhadores. São crises cada vez mais profundas e para enfrentá-las o próprio sistema vai dando um jeito de eliminar direitos da classe trabalhadora.

São crises que se manifestam pela capacidade de produzir mercadorias, de concentrar riquezas, conhecimento e poder (de forma cada vez mais acelerada) e pela incapacidade de distribuir e de socializar essa produção para o atendimento das necessidades humanas básicas.

Qualidade de vida no trabalho docente

Qualidade de Vida no Trabalho é um dos novos desafios da sociedade contemporânea, em que é responsável por influenciar diretamente a satisfação, a motivação e os resultados das pessoas. Preocupações com a Qualidade de Vida têm sido crescentes em muitos estudos que buscam compreender e sugerir formas para que a sociedade viva melhor.

No Brasil, o interesse pelo tema é contemporâneo e crescente, diversos estudos têm sido conduzidos por autores como: Sant'Anna e Kilimnik (2011), Limongi-França (2003), Constantino (2008) e Sampaio (2012). Estes autores apresentam alternativas para políticas públicas, melhoria da saúde física e mental dos docentes e também desenvolvimento e validação de instrumentos genéricos de avaliação da Qualidade de Vida no âmbito dos indicadores biopsicossociais.

Constantino (2008) adaptou um instrumento tendo como base teórica os aspectos biológicos, psicológicos e sociais a partir do modelo apresentado por Kertesz e Kerman (1985). Limongi-França (2003) apresenta uma nova modelagem conceitual com base nas interfaces da Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho da administração de empresas. Estes estudos destacam características do estresse na organização, sofrimento no trabalho, qualidade de vida no trabalho, impacto organizacional, formas de intervenção, entre outros aspectos.

Segundo Chitakornkijasil (2010), a preocupação com a Qualidade de Vida na perspectiva do trabalho, vem despertando cada vez mais interesse, não só acadêmico, mas também na prática organizacional visando à melhoria dessas condições. Esses

autores evidenciam em seus estudos que a Qualidade de Vida não deve ficar focada apenas nas questões de saúde física e mental, mas, também, em outras dimensões da vida das pessoas, como trabalho, família e amigos.

Os autores Sant'Anna, Kiliminik e Moraes (2011) publicaram um livro formado de estudos brasileiros sobre QVT e escreveram uma introdução na qual entendem que:

A qualidade de vida tem sido definida de diferentes formas por diferentes autores. No entanto, praticamente todas as definições guardam entre si, como ponto comum, o entendimento da QVT como um movimento de reação ao rigor dos métodos tayloristas e, conseqüentemente, como um instrumento que tem por objetivo propiciar uma maior humanização do trabalho, o aumento do bem-estar dos trabalhadores e uma maior participação destes nas decisões e problemas do trabalho. (SANT'ANNA; KILIMINIK; MORAES, 2011).

O processo de globalização que a sociedade atual vive impõe um ritmo acelerado de produção tecnológica e informação, as quais alteram as relações desenvolvidas no mundo do trabalho, provocando uma queda crescente na qualidade de vida da população trabalhadora. A classe dos profissionais da educação constitui um importante ambiente onde tal problemática está presente, sofrendo os impactos das mudanças políticas, tecnológicas e econômicas decorrentes da globalização e do capitalismo.

Os professores formam uma categoria que é exposta a rotina de trabalho de grande desgaste psicológico e estão mais sujeitos a esgotamento mental e *burnout* devido fatores como carga horária excessiva, baixos salários, condições degradantes de trabalho e má organização do sistema educacional e das escolas. Conforme Gomes et.al (2016), há diversos fatores relacionados ao trabalho docente que podem interferir de forma negativa na qualidade de vida no trabalho docente, como por exemplo: condições físicas e instalações inadequadas e deficitárias, falta de recursos didáticos, excesso de funções burocráticas, normas e procedimentos administrativos inadequados, interrupções durante as aulas,

remuneração insuficiente, longas jornadas de trabalho, falta de reconhecimento e desvalorização profissional.

Mediante as condições de trabalho que nos são ofertadas, surgem tensão (estresse) e ansiedade, se tornando mais suscetíveis a transtornos mentais. Segundo a OMS, "nossa saúde mental tem um impacto opressivo em nossas habilidades para funcionar e participar na sociedade. Temos de começar a colocar mais de nossos recursos a favor da saúde mental".

Para mudanças positivas, as decisões nas instituições têm de ser baseadas em Qualidade de vida dos Docentes não só pensando no mental, as condições do ambiente de trabalho, recursos que facilite a aplicação e ampliação do conhecimento, o sistema governamental e empresarial, deve investir na melhoria da condição de trabalho dos professores, utilizando abordagens e tratamentos que mantenham a saúde mental e alterando as políticas de benefícios e os recursos humanos direcionados (MORENO-JIMÉNEZ; GARROSA; GONZALEZ, 2000).

Considerações finais

A qualidade de vida no trabalho docente representa um novo paradigma da sociedade vigente, uma vez que o bem estar físico e mental se tornou responsabilidade única e exclusiva de cada indivíduo. Nunca antes fomos tão livres em relação ao nosso corpo, mas ao mesmo tempo tão auto-responsáveis pelo mesmo, o ter e não ter saúde, tem se manifestado de uma forma muito individualista e particular.

Como advertiu Luz (2003), a cultura ocidental ao qual vivemos, pauta-se em leis de uma economia capitalista globalizada com uma expressiva valorização do individualismo, consumismo e o imediatismo. Com isso, reflexos são percebidos e atribuídos ao quesito qualidade de vida onde o ser humano se torna altamente responsável por cuidar de si mesmo, e assim o estado segue ausente atribuindo sua parcela de culpa a sociedade de modo geral.

Como foi possível perceber, na sociedade de controle as relações de poder aparecem de forma muito sutil criando uma falsa ilusão de liberdade, no entanto, quanto mais naturais estas relações parecem, maior o poder de disciplinamento sobre os corpos - indivíduos. Dessa forma pensando no bem estar da classe trabalhadora em especial os trabalhadores docentes, compreendemos que este tema é de fundamental importância para a discussão no âmbito social, por estar estritamente ligado às questões ideológicas, políticas e culturais.

Pensar em qualidade de vida no trabalho docente, é pensar em um organismo como um todo, visto que o grau de satisfação físico/psíquico do professor reflete em sua prática docente, a precarização do trabalho docente tem somado para ao adoecimento da classe o que impacta na qualidade de vida.

As doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente mais recorrente na literatura são: exaustão emocional, stress, Síndrome de Burnout, depressão, disfunções musculoesqueléticas, distúrbio de voz, pressão alta e lesões miocárdicas (BAIÃO; CUNHA, 2013 apud CASTRO; CARDOSO; NUNES, 2020), causadas por fatores como: estado constante de alerta, exaustão física e mental, atividades excessivas, cobranças implícitas e explícitas, equilíbrio emocional, competitividade, responsabilidade, flexibilização, intensificação, baixos salários e perda de autonomia. No Brasil, mostra-se a prevalência dos transtornos mentais e comportamentais, dos distúrbios da voz e das doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo entre os profissionais da educação.

Conforme Castro, Cardoso e Nunes (2020), os profissionais da educação têm de lidar com as pressões internas e com o rígido controle sobre seu trabalho, uma vez que há um maior controle tanto em relação à forma de ministrar a aula, quanto aos conteúdos ensinados e às formas de avaliação, tudo isso somado à intensificação do trabalho, a flexibilização nas formas de contratação, o arrocho salarial e a alienação, submetendo os docentes a um grave quadro de sofrimento psíquico e claro,

seguindo as regras de um sistema capitalista que controla corpos e os força a serem “produtivos”.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. **Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares**. 2011

CASTRO NETA, Abília Ana; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. **O adoecimento docente: um produto do capitalismo**. <https://doi.org/10.26694/les.v0i46.11083>, v. 25, p. 117-144, 2020.

CHITAKORNKIJSIL, Prane: **Ampla perspectiva e enquadramento da qualidade de vida no trabalho**. International Journal of Organization Innovation, 3(2), 214-242, 2010.

CONSTANTINO, Maria Aparecida da Cruz. **Avaliação da Qualidade de Vida: desenvolvimento e validação de um instrumento, por meio de indicadores biopsicossociais, junto à comunidade da Universidade de São Paulo-USP**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração - FEA, Programa de Pós Graduação em Administração, São Paulo, 2007.

FOUCAULT, **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 18ª edição, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

GOMES, Khays Karlla, *et.al.* Qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho em docentes da saúde de uma instituição de

ensino superior. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 15, n. 1, p.

KERTESZ, R.; KERMAN, B. **El Manejo Del Stress**. Buenos Aires: IPPEM, 1985, 442.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de Vida no Trabalho**: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. São Paulo, Atlas, 2003.

LUZ, Madel Therezinha. **Natural Racional Social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O Corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação**: O Biopoder e a sociedade de Controle, 2009.

MORENO-JIMÉNEZ, Bernardo; GARROSA, Hernández Eva; GONZÁLEZ, Jose Luiz. **O desafio do Burnout a partir de uma perspectiva saudável da personalidade**. In: *Síposium Ibérico do Síndrome de Burnout*. Lisboa, 2000.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RIBEIRO, Gabriela Chicuta. **Corpo, gênero e sexualidade na educação física escolar**. Uma cartografia das práticas discursivas em escolas do Paraná. 2012

SANT’ANNA, Anderson de Souza; KILIMNIK, Zèlia Miranda (Org.). **Qualidade de vida no trabalho**: abordagens e fundamentos. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

SAMPAIO, Jader dos Reis. **Qualidade de vida no trabalho: perspectivas e desafios atuais**. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 12, n.1, pp. 121-136, 2012.

SIEBERT, Raquel Stela de Sá. **As relações de saber-poder sobre o corpo**. In: ROMERO, Elaine. *Corpo, Mulher e Sociedade*. Campinas: Papiurus, 1995.

CAPÍTULO 8

Condições de trabalho e saúde de docentes: uma revisão integrativa (2016-2020)

Claudio Bispo de Almeida

Maria de Lourdes Silva

Germínio José da Silva Júnior

Berta Leni Costa Cardoso

Introdução

O referido artigo de revisão integrativa realizou uma análise das publicações recentes (2016 a 2020) que trataram acerca das condições de trabalho e saúde de docentes. Diante disso, para compreender como se dá essa relação do trabalho, das condições de saúde e do adoecimento optou-se por fazer uso da crítica da economia política de Karl Marx como fator introdutório. (Borges, 2014).

Marx além de ver o capitalismo como um modo de produção de mercadorias, o via também como um determinado sistema de força de trabalho que a transformava em uma mercadoria, e que conseqüentemente é introduzida no mercado como qualquer objeto de troca. Logo, se faz necessário que existam duas classes, a detentora da propriedade dos meios de produção e outra que vende sua força de trabalho como única fonte de subsistência (CATANI, 1981). Dito isto, o Materialismo Histórico Dialético (MHD) parte das relações concretas e efetivas dos fenômenos e para tal, apresenta enquanto pressupostos elementares a totalidade, classes, luta de classes, trabalho e contradição. (MOURA et al., 2014).

Para além do marxismo, Borges (2014) aborda outro ponto elucidativo que diz respeito à questão do processo saúde-doença e

a precarização do trabalho, no qual compreende que a saúde se configura por ser um resultado das condições educacional, habitacional, alimentar, socioambiental, trabalho, lazer, acesso aos serviços de saúde, dentre outras. Logo, as relações econômicas, políticas e sociais irão influenciar o processo saúde-doença, assim sendo, a constituição da saúde-doença do professor dependerá dessas mediações do trabalho. Mediações estas que podem ser compreendidas como precarização e/ou intensificação das condições de trabalho docentes, decorrentes do processo de alienação do trabalho.

Ao analisar as condições do trabalho docente, sua precarização e suas implicações para a saúde mental do professor, o estudo de Moura *et al.* (2019) constatou que devido as mudanças efetivadas no sistema educacional a partir da década de 90 empreendeu-se no desinvestimento em nível da educação e dos setores sociais, o que afetou as condições de trabalho docente e fomenta o processo de precarização, tendo como consequência um possível adoecimento desse profissional. Uma vez que as condições de trabalho se constituem por ser um fator essencial para que o educador exerça a função de facilitador da aprendizagem, bem como promotor do seu próprio desenvolvimento enquanto trabalhador. Assim, ficou evidente a importância de se romper com a situação de precarização do trabalho docente (MOURA *et al.*, 2019).

Neste sentido, ao se perceber a relação das condições de trabalho com a precarização e suas implicações na saúde mental de docentes, nota-se que condições favoráveis são indispensáveis para que o docente cumpra sua função de forma a favorecer a aprendizagem dos educandos e, ao mesmo tempo, para promover seu desenvolvimento profissional (MOURA *et al.*, 2019). Entretanto, sabe-se que existe, no sistema educacional brasileiro, a cultura de serem atribuídas funções que extrapolam o fazer profissional docente para o qual estão capacitados, ou seja, são impostas novas funções e responsabilidades (BRITO; PRADO; NUNES, 2017). Tal fato se deve à intervenção direta dos organismos internacionais, a

exemplo, o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Moura *et al.*, 2019), o que acaba por impactar na vida dos professores (BRITO; PRADO; NUNES, 2017).

Apesar de dissimular uma preocupação com a educação brasileira, os órgãos internacionais emergem de um pensar ideológico que corrobora um modelo de governo neoliberal (BRITO; PRADO; NUNES, 2017; MOURA *et al.*, 2019). Como tal, suas medidas, ou reformas educacionais, ditam normas e condições para a obtenção de “melhores” resultados na educação, para isso, tais instituições

[...] envolvem maior flexibilidade das leis e normas de contratação docente, incentivos salariais seletivos, recompensas não monetárias, ampliação do tempo exigido para aposentadoria, maior ênfase na formação por habilidades que nos conteúdos informativos e a premiação das escolas e professores pelos bons resultados nas avaliações externas (BRITO; PRADO; NUNES, 2017, p. 168).

O impacto dessas mudanças ocorridas no sistema educacional, em relação aos docentes, pode ser exemplificado por: ampliação de trabalho, necessidade de assumir compromissos além da sala de aula e que demandam carga horária excessiva; maior exigência e controle incorporados ao desempenhar da docência, bem como avaliações internas e externas, nas quais os resultados alcançados pelos alunos passam a ser uma forma de avaliação do professor que o responsabiliza pelos resultados obtidos. Além disso, esses trabalhadores são expostos a salários baixos; condições de trabalho inadequadas; precarização da formação inicial docente e desarticulação do coletivo dessa categoria, dentre outras formas de precarização do trabalho e do trabalhador (MOURA *et al.*, 2019; BRITO; PRADO; NUNES, 2017; REIS *et al.*, 2020).

Igualmente, Borges (2014) destacou aspectos objetivos da alienação do trabalho docente como: o assalariamento; a perda da

autonomia; o controle de seu processo de trabalho; a expropriação de seu saber e o trabalho como produto alheio a sua vontade. Além disso, esse autor destaca uma problemática prejudicial ao trabalhador docente, quando ele começa a se distanciar do seu *labor*, mesmo quando busca dar conta eficiente de atender as demandas do dia a dia, uma vez que, por vezes, não se reconhece o produto final do seu trabalho.

Em busca de contemplar as novas demandas de trabalho, com competência e eficiência, necessárias às exigências do modo de produção capitalista regido pelo sistema neoliberal, via reformas, os docentes se veem com a sua saúde física e mental afetadas por conta deste processo de alienação ao qual são impostos (BORGES, 2014). Conforme Moura *et al.* (2019), agregado a precarização do trabalho docente vários são os fatores que podem colaborar ou desencadear mais rapidamente o adoecimento dos mesmos, dentre eles o acúmulo de funções que extrapolam a sua área de atuação (atravessamento de outras áreas como de assistente social, psicopedagogo, enfermeiro e até psicólogo), o descaso e a desvalorização da profissão, falta de segurança e aumento da violência escolar, dentre tantas outras questões implicadas. Este cenário acaba por produzir, nos professores, sentimentos negativos em relação ao seu fazer docente, e como tal, desencadeia e reforça sentimentos de angústia, frustração e insatisfação (BRITO; PRADO; NUNES, 2017).

Em vista de todas essas situações postas, as manifestações de surgimento ou agravamento nos problemas de saúde tendem a piorar, e como isso muitos docentes terão que continuar o ofício e conviver com os sinais e sintomas de adoecimento. Vários foram os sinais e sintomas patológicos reportados na pesquisa de Borges (2014), dentre eles: estresse e aumento da irritabilidade; problemas na voz; tontura e mal estar generalizado; dores estomacais, na coluna, nas pernas e de cabeça; e hipertensão ou hipotensão. Ou seja, todos esses fatores tendem a propiciar ao docente um quadro de profundo desgaste e esgotamento e como tal, eliciando nesses indivíduos sentimentos de insatisfação, angústia, frustração,

depressão, medo e ansiedade alcançando em esgotamento emocional e profissional, culminando por vezes em afastamento desses afazeres profissionais. Percebe-se que outras condições de saúde desfavoráveis aos docentes relacionadas às condições precárias de trabalho podem ser identificadas, tais como: presença de Síndrome de Burnout; ansiedade, depressão; doenças respiratórias; problemas osteomusculares (MOURA *et al.*, 2019); sedentarismo (CARDOSO JÚNIOR *et al.*, 2018); e má alimentação (CARDOSO JÚNIOR *et al.*, 2018; NEVES NETO *et al.*, 2020).

Assim, é importante entender como a literatura recente aborda as questões de saúde relacionadas ao trabalhador docente. Por isso, faz-se relevante buscar compreender o que já foi pesquisado e pontuado acerca da temática, bem como expor a necessidade de mais estudos que venham a discutir e apontar estratégias que possam facilitar à *práxis* docente. Portanto, o objetivo do presente estudo foi analisar as condições de trabalho e saúde de docentes de acordo com artigos publicados no período de 2016 a 2020.

Métodos

O presente estudo é caracterizado por ser uma revisão integrativa, que aborda as condições de trabalho e saúde de docentes em publicações científicas do período de 2016 a 2020. Este tipo de revisão implica em um levantamento e uma síntese das produções encontradas, o que facilita o acesso à informação de profissionais que atuem nesta área de estudo. Para tanto, apresentou a seguinte questão norteadora: Quais as condições de trabalho e saúde de docentes de acordo com publicações recentes (2016 a 2020)?

Para isso, seguiu-se o rigor metodológico proposto por Ganong (1987) para este tipo de estudo, por isso ele foi dividido em seis etapas: 1) seleção da pergunta de investigação; 2) definição dos critérios de inclusão dos estudos e seleção da amostra; 3) representação dos estudos selecionados em quadros, considerando todas as características em comum; 4) análise crítica

das descobertas, com a identificação de diferenças e conflitos; 5) interpretação dos resultados, e; 6) apresentação de forma clara da evidência encontrada, a qual constitui a apresentação da revisão (GANONG, 1987).

Ademais, para a verificação da qualidade das evidências, utilizou-se a classificação de Melnyk (MELNYK; FINEOUT-OVERHOLT, 2005), qual considera sete níveis de evidências: nível 1, evidências provenientes de revisões sistemáticas ou meta-análise oriundas de ensaios clínicos; nível 2, evidências derivadas de pelo menos um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado; nível 3, evidências provenientes de ensaios clínicos sem randomização; nível 4, evidências oriundas de estudos de coorte e de caso-controle bem delineados; nível 5, evidências derivadas de revisões sistemáticas de estudos descritivos e qualitativos; nível 6, evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo; e nível 7, evidências provenientes de opinião de autoridades ou relatório de comitês de especialistas (MELNYK; FINEOUT-OVERHOLT, 2005).

Com efeito, as bases de dados pesquisadas foram: Portal de Periódicos da CAPES, no qual foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), e indicadores booleanos combinados (Quadro 1).

Quadro 1 – Estratégias de busca nas bases de dados e nas bibliotecas eletrônicas: combinações dos descritores e indicadores booleanos

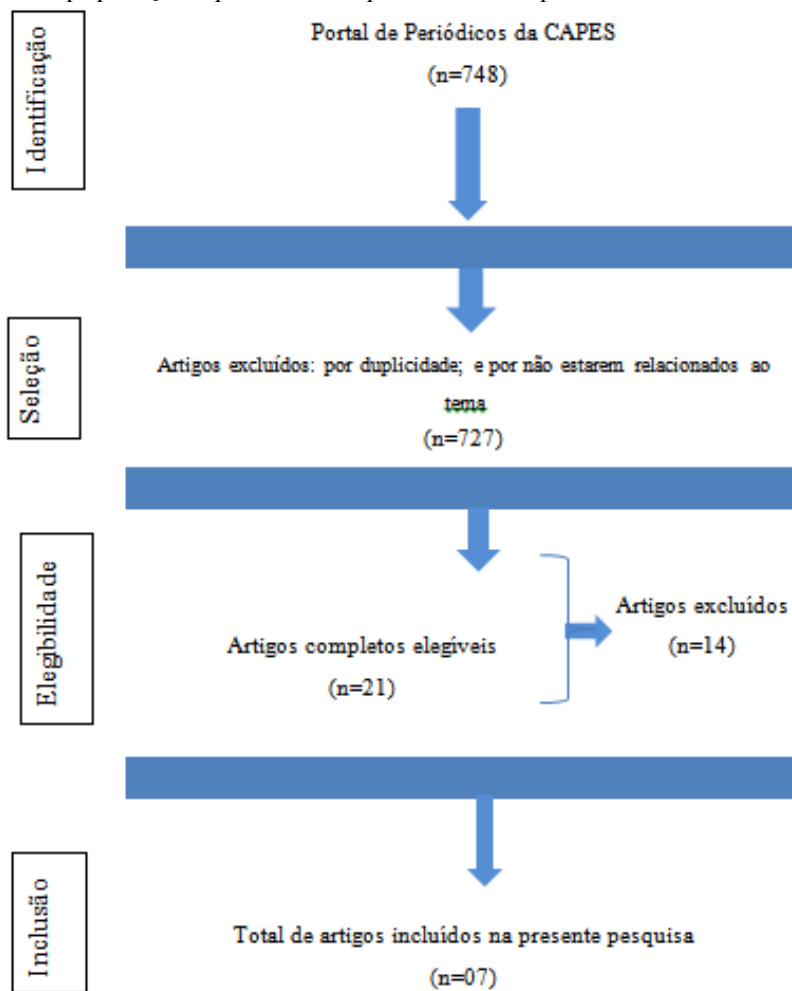
Bases de dados/ bibliotecas eletrônicas	Estratégias de busca	Busca simples (sem filtro)	Artigos selecionados	Recorte temporal (últimos 5 anos)	Artigos selecionados pelo título e resumo
Portal Periódicos – CAPES	(corpo docente) AND (estado de saúde) AND (satisfação no trabalho)	304	215	82	09
	(corpo docente) AND (satisfação no trabalho)	476	379	158	02
	(corpo docente) AND (estado de saúde)	1410	1229	508	10
Total		2190	1823	748	21

Fonte: Dados da Pesquisa com base no Portal de periódicos da CAPES (2020).

Os critérios de inclusão foram artigos originais que apresentassem estudos com textos completos disponíveis, publicados em qualquer idioma e no período de 2016 a 2020, bem como que fizessem referência, em seus títulos ou resumos, ao tema desta pesquisa. Já para definir o critério de exclusão foram considerados estudos duplicados que não estivessem disponíveis em seu formato completo, além das produções que não estabelecessem uma correlação com a proposta desta pesquisa. Vale ressaltar, que o recorte temporal utilizado se deu por conta de buscas das literaturas mais recentes, visto que ao se considerar as mudanças que ocorreram no contexto político e educacional no Brasil nos últimos anos, ver-se o impacto delas nas condições de saúde e trabalho de docentes.

Assim, as buscas ocorreram em dezembro de 2020, conforme Figura 1. A seleção dos artigos foi feita, em quatro etapas, por dois revisores simultaneamente, e em caso de opiniões discordantes foi mobilizado um terceiro revisor. As etapas foram: 1) identificação: busca dos artigos; 2) seleção: verificação de artigos duplicados pela leitura dos títulos; análise e seleção pela leitura dos resumos; 3) elegibilidade: seleção e leitura dos artigos na íntegra; e, 4) inclusão dos artigos e coleta de informações as quais foram distribuídas em um quadro (Quadro 2). Os dados coletados foram: autor (es) e ano de publicação; local do estudo; tipo de estudo e nível de evidência; objetivo; saúde do docente; condições de trabalho; satisfação no trabalho; e, os principais resultados.

Figura 1 – Fluxograma da seleção dos estudos encontrados na revisão integrativa sobre comportamentos sedentários e síndrome metabólica em populações quilombolas, publicados no período de 2016 a 2020



Fonte: Dados da Pesquisa. Etapas de seleção dos artigos com base nos artigos identificados no Quadro 1 (2020).

Resultados

Ao analisar as condições de trabalho e saúde de docentes de acordo com artigos publicados no período de 2016 a 2020, percebe-se

que existem evidências de que as condições de trabalho se mostraram afetadas pelo sistema político-educacional vigente, o que resultou tanto em condições de trabalho desfavoráveis quanto no adoecimento docente. Na sequência são descritos os resultados do presente estudo de acordo os estudos avaliados.

O Quadro 2 apresenta as características dos sete estudos investigados sobre condições de trabalho e saúde de docentes no período de 2016 a 2020. Assim, percebe-se que predominaram os estudos publicados no ano de 2016, e que, no que se refere ao local de realização da pesquisa, não há uma região brasileira específica, uma vez que foram identificados locais diversificados (Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, dentre outros). Os artigos avaliados apresentaram estudos qualitativos e quantitativo, todos com nível de evidência 6 (MELNYK; FINEOUT-OVERHOLT, 2005), isso indica que as evidências dos referidos estudos podem ser consideradas baixas, quando comparadas a estudos com melhores níveis de evidência, como por exemplo, os do tipo revisões sistemáticas ou meta-análise oriundas de ensaios clínicos, ensaio clínico randomizado controlado bem delineado, ensaios clínicos sem randomização ou estudos de corte e de caso-controle bem delineados.

Os estudos (Quadro 2) contemplaram os níveis de ensino superior e básico. Assim, obteve-se que, cinco estudos foram realizados com docentes do ensino superior (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016; QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020; CARVALHO; VIEIRA; SOUZA, 2016; CARVALHO; SANTOS, 2016; CARDOSO JÚNIOR *et al.*, 2018), e dois com professores do ensino básico (VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016; ROCHA *et al.*, 2016).

No que se refere a uma análise das produções que teve enquanto participantes docentes do ensino superior, Abreu, Coelho e Ribeiro (2016) constataram que dos nove entrevistados, a média de idade foi de 45 anos, alocados em áreas da saúde e desempenhando alta carga horária e acúmulo de funções, além de ter sido detectado que sete docentes apresentaram impactos negativos em sua prática docente, decorrente do alto grau de envolvimento e exigência

peçoal, que se personificaram em impactos de natureza física e psicológica. Sendo os de nível psicológico caracterizado por sintomas de estresse, ansiedade, irritação, frustração e preocupação; enquanto que a nível físico e orgânico os impactos mais presentes relatados foram: ausência de voz, cefaleia, alterações nos sistemas imunológico, musculoesquelético e nervoso, através do comprometimento no sono.

Nesse mesmo estudo outro resultado relevante diz respeito aos fatores geradores dos impactos negativos na categoria de ordem institucional e estrutural, personificados em muito trabalho e atividades administrativas; bem como na categoria acerca dos fatores de ordem institucional e política, exigências e cobranças. Em contraponto, três docentes perceberam o impacto da prática docente enquanto positiva, referente a impactos psicológicos como sentimento de satisfação com a relação entre professor/aluno e seu processo de aprendizagem.

Já no trabalho de Queiróz e Emiliano (2020), 67 docentes participaram da pesquisa e várias foram as constatações do estudo, sendo elas: número de professores insuficiente para a demanda universitária; relações conflituosas entre os docentes; relataram também desempenharem um trabalho fragmentado, mas ao mesmo tempo de alta exigência através de um ritmo acelerado, situações de tensão e estresse frequente; carga horária de trabalho que extrapola as oito horas diárias semanais e nos finais de semana; altos graus de burocratização do trabalho que torna a vida dos docentes mais estressante. Além disso, quando investigadas as condições de saúde constatou-se que os professores se encontram fadigados, presença de dores na região cervical e lombar, além de problemas gastrointestinais, cardiovasculares, fonoaudiológicos e auditivos. Diante dessa análise dos autores supracitados, constatou-se que a partir desse desenvolvimento das atividades laborais os docentes estão expostos a condições de saúde desfavoráveis que podem causar adoecimento.

Do mesmo modo, Queiróz e Emiliano (2020) acrescentam ainda quando a partir desse público estudado desenvolve uma etapa

qualitativa, através de entrevista, com sete professores selecionados por meio de sorteio. E foi reafirmado através da fala o que foi constatado na fase quantitativa, como o desenvolvimento não só de aulas, mas de outras atividades pedagógicas e de gestão administrativa, fato este que corrobora para altas jornadas de trabalho e pouca possibilidade em desempenhar outras instâncias do dia a dia e impactando diretamente na saúde desse trabalhador. Uma vez que os participantes relacionaram o trabalho com cansaço, sofrimento e dor.

Carvalho, Vieira e Souza (2016), vem corroborar com a temática quando pesquisou 75 docentes e buscou identificar possíveis disfunções musculoesqueléticas decorrentes da atividade desempenhada pelos mesmos. Os resultados apontaram que a maior parte da amostra foi constituída por homens, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, alternam a docência entre posturas em pé e sentada, relataram dores no corpo, com prevalência na região lombar. Além disso, também relataram não ter participação em práticas de ginástica laboral, mas em contrapartida praticavam outros exercícios físicos (caminhada, musculação, artes marciais, yoga, ciclismo e kitesurf) e que os docentes faziam mal uso postural dos equipamentos de trabalho reforçando o surgimento ou agravamento de lesões. Concluindo assim que, os professores estão expostos a riscos, que podem comprometer a sua saúde funcional, oriundos de suas atividades laborativas.

Carvalho e Santos (2016) também tiveram enquanto questão de investigação a saúde docente, e avaliaram a frequência e os fatores de risco para a síndrome de Burnout. Obtiveram enquanto amostragem 12 professores que evidenciaram alto nível de exaustão emocional, perda de sentimento, insatisfação referente à qualidade de vida, totalizando 70% dos participantes, enquanto que 61% apresentaram elevado nível de despersonalização e 50% relataram se sentirem pouco realizados profissionalmente. Haja vista que, os resultados refletem a percepção que os mesmos têm acerca da vida, e como tal foi obtido nos quesitos exaustão emocional e qualidade de vida altos pontos negativos, enquanto a

percepção da saúde ser adequada, em sua maioria apresentaram satisfação, mesmo declarando exaustão emocional e qualidade de vida percebida como ruim, além de 75% dos entrevistados terem apresentado nível elevado da síndrome de Burnout. As autoras concluem sua produção levando o leitor a refletir que o alto índice encontrado nos participantes para o possível desenvolvimento do Burnout teve relação direta com: nível de estresse elevado, altas cargas horárias, insônia, elevada exaustão emocional, qualidade de vida percebida como ruim e pouco tempo para si.

Cardoso Júnior *et al.* (2018) objetivaram avaliar a jornada de trabalho de 20 docentes universitários do curso de Direito correlacionando os indicativos do desempenho no ambiente acadêmico dos entrevistados com seus estilos de vida. Enquanto resultados obtidos da abordagem quantitativa ocorreu: predominância do sexo masculino e com faixa etária de 30 a 39 anos, que se relacionou diretamente com a renda, qualidade da alimentação e com o grau de dificuldade para justificar o estilo sedentário; relação direta e positiva entre o desempenho acadêmico dos docentes com maior carga horária; correlação positiva de professores com jornada de trabalho e de menor desempenho e envolvimento pedagógico com as variáveis de estilo de vida (etilismo, qualidade da alimentação e prática de atividade física); nível de estresse emocional teve uma relação direta com o sexo do professor, ou seja, correlação positiva entre as mulheres com maior nível de estresse, enquanto para os homens maior nível de consumo de álcool; contudo, foi percebido relação negativa com exercício da docência em áreas que não são de domínio ou da área de conhecimento; negativo também a relação entre desempenho e o nível de dislipidemia. Os autores concluem alertando para que as múltiplas jornadas de trabalho são fortes influenciadores para a atuação acadêmica dos docentes, uma vez que pode atuar de forma negativa no estilo de vida e comprometer a sua qualidade de vida.

No que se refere a análise das produções que teve enquanto participantes docentes do ensino básico, Vieira, Gonçalves e

Martins (2016) buscaram discutir a relação entre o processo de trabalho e a saúde dos mesmos. Enquanto resultados, dos 196 entrevistados quase em sua totalidade foi composto por mulheres, com variação de idade de 22 a 61 anos, o tempo médio de atuação foi nove anos, com carga horária de 40 horas de 100% dos entrevistados. Os dados apresentam que: pelos docentes terem alto nível de especialização e grande autonomia laboral, proporciona a eles uma percepção de maior satisfação e de proteção a problemas relacionados ao processo de trabalho; entretanto, várias são as questões que podem ser a origem de queixas e adoecimentos da categoria, dentre elas: jornada de trabalho mais intensa, precariedade das condições de trabalho, diversidade e complexidade de questões vivências em sala de aula, expectativa social incompatível com a realidade vivida nas escolas pelas professoras. Logo, os autores reforçam a ideia da estreita relação entre o atual processo de trabalho docente na educação infantil e os problemas de saúde que contribuem para o adoecimento individual, uma vez que ficou evidente na análise o ideal de sacerdócio visto pelos participantes, ou seja, ocorre uma naturalização da ideia de doação e sacrifício como próprio do trabalho docente.

Procurando trazer mais para próximo da realidade da população ao qual a publicação faz parte, e a partir dos critérios de inclusão ao qual a problemática procura responder, a produção de Rocha *et al.* (2016) foi realizada com 304 professores do ensino básico, a qual se propôs analisar as características do trabalho, o perfil do estilo de vida e a sua associação com os ciclos de desenvolvimento profissionais de docentes de uma cidade do interior baiano. Enquanto resultados: maior prevalência do sexo feminino, com idade média de 39 anos, mais da metade dos professores exerciam a profissão há mais de 14 anos, com carga horária semanal até 20 horas. Vale ressaltar que, ao serem analisadas as características ocupacionais do trabalho docente percebe-se uma associação significativa entre as características ocupacionais e os ciclos de desenvolvimento profissional.

Portanto, os autores chegam à conclusão de que em sua pesquisa ocorre o processo de feminização do magistério, bem como a maioria dos docentes mantiveram um comportamento regular acerca do estilo de vida geral, com aumento percebido estatisticamente para o comportamento positivo alimentar. E como tal, reforçam a necessidade de programas que viabilizem o professor a adoção de um estilo de vida mais ativo, haja vista que são visto o acentuamento de condutas negativas a partir da fase de entrada na carreira.

Discussão

Consoante aos resultados, ficou explícito que em relação às condições de trabalho docente (Quadro 2), percebeu-se que o excesso de carga horária é uma condição presente nos estudos (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016; QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020; VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016; CARVALHO; SANTOS, 2016), inclusive uma das publicações, relatou maior tendência a pior qualidade de sono entre os docentes que trabalham com maior carga horária avaliada na instituição (40h) (CARDOSO JÚNIOR *et al.*, 2018). Nesse sentido, outro estudo identificou professores que apresentavam poucas horas de sono por conta das atribuições relativas às atividades profissionais (VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016).

Forattini e Lucena (2015), ao parafrasear Dejours (2004), evidenciam a distinção entre a dinâmica do trabalho e a dinâmica emocional, sendo a primeira como algo concreto e objetivo para um fim, enquanto que a segunda refere-se ao significado de suas emoções a respeito do trabalho ao qual exerce, mas nem sempre esse sentido é vivenciado de forma positiva, por vezes a relação primordial é tida através de sofrimento, potencializada na forma de fracasso. Eles ainda trazem que é a partir da própria alienação que o sistema capitalista impõe aos sujeitos que acaba por gerar o estranhamento de si e, portanto, o adoecimento dos indivíduos tem relação direta com o processo de exploração ao modelo capitalista.

Ou seja, de acordo o pensamento marxista, esse indivíduo se constitui no auge da servidão quando somente enquanto trabalhador ele se compõe como sujeito físico, e é justamente nesse momento que ele se torna um trabalhador. Caso que também é percebida a categoria docente uma vez que são tratados como sujeitos trabalhadores de um processo produtivo do saber.

Vale ressaltar que, dos artigos avaliados (Quadro 2), a sobrecarga de trabalho imposta aos docentes implica sobre o tempo, sobretudo, ao limitar o período destinado ao lazer, devido ao excesso de tempo gasto em demandas dentro e fora do ambiente de trabalho (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016). Com isso, boa parte dos docentes acaba por demandar um ritmo acelerado no cumprimento de suas inúmeras atividades profissionais e como consequências, acabam por reduzir os momentos de descanso e de contato familiar (QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020). Assim, nota-se que o tempo dos docentes parece insuficiente para a realização das tarefas exigidas por conta de sua atividade profissional (VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016). Outros autores identificaram um acúmulo de tarefas pelos docentes, que além de ministrarem aulas, acumulam atividades laborais administrativas (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016; QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020).

Ainda sobre as condições de trabalho dos docentes (Quadro 2), dois estudos (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016; QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020) apontaram que existe uma sobrecarga oriunda das exigências e cobranças sobre os professores. Os estudos analisados, nessa pesquisa, destacaram fatores negativos relacionados ao exercício da profissão, tais como: a falta de suporte e as múltiplas responsabilidades (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016; QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020), ambiente de trabalho afetado pela competitividade entre os docentes (QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020), altas demandas físicas, tais como: exigência de muito esforço físico, mover ou levantar pesos no trabalho, permanência em posições desconfortáveis, dentre outras (VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016), absorção de problemas

alheios no ambiente de trabalho (CARVALHO; SANTOS, 2016), e dores provenientes das más condições laborais (CARVALHO; VIEIRA; SOUZA, 2016).

Reforçando as questões supracitadas, Moura *et al.* (2019) expõe a relevância do trabalho docente enquanto um fator incontestável na melhoria da educação e em nível social e evolucionar dos indivíduos, mas que em contrapartida vivência a precarização do trabalho, desvalorização e culpabilização desse lugar de formador de sujeitos críticos, bem como culpabilização pelo fracasso na educação. Ou seja, o contexto atual reforça que o docente tome para si uma responsabilidade que não lhe compete e que por vezes gera uma sobrecarga de trabalho e de cobranças, corroborando assim para um estado de alienação e de adoecimento desses professores.

Ao tratar da saúde docente, quatro estudos avaliados (Quadro 2) revelaram que a saúde mental dos docentes sofre severos prejuízos. Tal fato pode ser constatado por meio de alterações psicológicas identificadas, em função de sintomas como: elevados níveis de estresse e ansiedade, irritação, sentimento de frustração e preocupação, sofrimento psíquico, despersonalização acerca do trabalho desempenhado (ou seja, não se reconhece mais naquele lugar de docente) e exaustão emocional. Esse fato aponta que, quando os dois últimos sintomas se instalam, esses sintomas já podem ser considerados como o surgimento do diagnóstico da Síndrome de Bournout (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016; QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020; VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016; CARVALHO; SANTOS, 2016).

No Quadro 2, percebeu-se que a atividade docente acaba impactando na saúde física dos professores (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016; QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020; VIEIRA; GONÇALVES; MARTINS, 2016; CARVALHO; SANTOS, 2016). Nesse sentido, identificou-se falta de voz, cefaleia, sistema imunológico prejudicado, comprometimento do sono, cansaço (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016; QUEIRÓZ; EMILIANO, 2020; CARVALHO; VIEIRA; SOUZA, 2016), além do comprometimento músculo esquelético, como por

exemplo, bursites, cervicalgias, braquialgias, lombalgias, fascite plantar, epicondilite e, com mais frequência, cansaço, fadiga e edemas nos membros inferiores (CARVALHO; VIEIRA; SOUZA, 2016). Dois estudos (CARDOSO JÚNIOR *et al.*, 2018; ROCHA *et al.*, 2016) identificaram comprometimentos negativos relacionados ao estilo de vida dos docentes.

Para Oliveira, Pereira e Lima (2017) o docente foi posto em uma posição de vulnerabilidade uma vez que a estabilidade no trabalho e a estabilidade psíquica perdeu lugar para questões que o próprio sistema reforça como: a competitividade entre os profissionais, a busca por reconhecimento, o sobrepeso de atividades e de obrigações em conformidade às regras. E como tal, as altas competências que são exigidas dos docentes, permite que o produto final seja visto com mercadoria, em suma, existirá uma predisposição para que as condições de trabalho ambientais, burocráticas ou subjetivas do trabalho proporcione a esse trabalhador adoecimento. Adoecimento este que, não atinge unicamente aspectos físicos e psicológicos, mas sim, uma relação entre ambos, e que, portanto, eles se afetam e são afetados.

Um estudo afirmou existir alto índice de sedentarismo na amostra de professores pesquisados (CARDOSO JÚNIOR *et al.*, 2018), e outro relacionou a dimensão nutrição aos ciclos de desenvolvimento profissional, em geral, apresentando um consumo de frutas e de verduras como regular ou bom nos diferentes ciclos (ROCHA *et al.*, 2016). Além disso, há a necessidade de atender a um perfil de constante competência e eficiência na busca de obter bons resultados em avaliações externas. Essas muitas vezes são exigidas durante a *práxis* docente e impostas no atual modelo educacional, assim os professores acabam por priorizar, basicamente, as necessidades profissionais, por conseguinte passa a haver lacunas imensas em outras questões pessoais. (BRITO; PRADO; NUNES, 2017). Situações estas que, em conjunto com outros pontos como a carga horária extensa, acúmulo de atribuições e exigências, e muitas vezes a falta de estrutura física, acabam por contribuir com o processo de

precarização do trabalho docente (MOURA *et al.*, 2019). Um estudo de revisão, também, relatou a existência da precarização, intensificação e controle do trabalho docente (REIS *et al.*, 2020).

Ademais, o cenário político em que a sociedade brasileira se encontra, não é favorável para a valorização docente, dado que se observa a expropriação de direitos, por consequência a promoção de uma piora na saúde emocional dos professores. Com isso, se tornam perceptíveis os sentimentos de angústia e frustração, dentre outros (BRITO; PRADO; NUNES, 2017).

Nesse sentido, um estudo apontou a necessidade de articular políticas públicas e o trabalho docente, de forma que o professor não seja responsabilizado pelo fracasso ou sucesso na aprendizagem dos estudantes (NUNES; OLIVEIRA, 2016), o que é um dos motivos da origem da piora da saúde mental dos docentes. Surge, então, a necessidade de rompimento da realidade de precarização do trabalho docente, por meio da mobilização da classe trabalhadora em detrimento da política neoliberal, uma vez que ela é responsável pelo aumento de exigências e controle na profissão docente (MOURA *et al.*, 2019).

Nesse sentido, um estudo bibliográfico sobre docente, expõe a precarização do trabalho docente como um fator promotor de consequentes adoecimentos que acometem a saúde dos professores, além de deixar evidente o impacto na saúde mental como um dos principais fatores negativos encontrados na respectiva profissão (SOUZA *et al.*, 2017).

Em uma revisão sistemática sobre as implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor, os autores evidenciaram em seus resultados que o estresse e a síndrome de Burnout são originários principalmente pelo cumprimento de alta carga horária de trabalho desempenhada, aos problemas de relacionamentos estabelecidos nesses ambientes de trabalho, bem como, as condições inapropriadas do ambiente escolar (LUZ *et al.*, 2019).

Quadro 2 – Características dos estudos investigados sobre condições de trabalho e saúde de docentes no período de 2016 a 2020 (n=08)

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participantes da pesquisa	Principais resultados
De Abreu, Coelho & Ribeiro (2016).	Local não identificado no estudo.	descritivo exploratório, de abordagem qualitativa. NE=6.	Identificar e analisar as repercussões da prática docente sobre a saúde de professores universitários da área da Saúde.	- sobrecarga de trabalho e suas implicações sobre o tempo; - a falta de suporte e as múltiplas responsabilidades; - muito trabalho e atividades administrativas; - exigências e cobranças.	- Impactos psicológicos (estresse, ansiedade, irritação, frustração e preocupação); - Impactos físicos e orgânicos (falta de voz, cefaleia, comprometimento do sistema imunológico, sistema musculoesquelético e do sistema nervoso - comprometimento do sono).	09 professores - ensino superior.	Os impactos negativos da prática docente sobre a saúde dos professores sobressaíram nos resultados, sendo o estresse o mais significativo. A sobrecarga de trabalho, as exigências e as cobranças aparecem como os principais aspectos geradores desses impactos.
Queiróz	Baixada	abordagem	Analisar as	- referem	- cansaço;	07 docentes	Observa-se, com

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participantes da pesquisa	Principais resultados
& Emiliano (2020).	Santista – SP.	qualitativa - entrevistas semiestruturadas. NE=6.	percepções de docentes sobre o trabalho na universidade em relação à organização do trabalho e implicações no binômio saúde/doença.	trabalhar em ritmo acelerado; - carga horária acima de oito horas diárias e em finais de semana; - vivem situação de tensão no trabalho; - as exigências são mais amplas abrangendo o tripé ensino-pesquisa-extensão; - tarefas sobrepostas: gestão administrativa e pedagógica; - demanda de trabalho vem	- sofrimento; - dor; - dormir pouco por conta da quantidade de trabalho; - a hora do não trabalho é contaminada pelo trabalho na vida pessoal; - sensação de frustração; - uso de medicamentos.	- ensino superior.	base na percepção docente sobre a intensificação do trabalho temáticas que abordam a execução das tarefas atreladas a questões relacionadas à gestão e competitividade; à tensão no trabalho e alta demanda de atividades; ao infinito trabalho em casa, que atravessa as horas de sono, e ao adoecimento

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participant es da pesquisa	Principais resultados
				<p>capturando seus espaços de descanso;</p> <p>- a condição do trabalho docente é afetada por tensões no espaço universitário (competitividad e entre os docentes).</p>			<p>físico e mental. Os docentes sentem-se cansados, adoecidos e compreendem o papel da organização do trabalho, embora não nomeiem “organização do trabalho” dessa forma, na geração de agravos à saúde. A nova gestão pautada no produtivismo acadêmico impõe a invasão do momento de não trabalho pelo</p>

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participant es da pesquisa	Principais resultados
							trabalho e soma-se a estas condições a redução do financiamento da universidade pública, e de docentes, com o intuito de cumprir com uma pauta neoliberal.
Vieira, Gonçalves & Martins (2016).	Pelotas-RS.	Quantitativa e qualitativa Questionário e entrevista. NE=6.	Discutir a relação entre processo de trabalho docente e a saúde de 196 professoras que atuavam em escolas municipais de educação infantil do município de	- tempo insuficiente para a realização das tarefas exigidas; - Longas jornadas de trabalho; - Poucas horas de sono por conta das	- Ao não compartilharem as responsabilidades e os fracassos, o professor esgota, silencia e adocece por creditar a si a causa do não aprendizado, da violência, da	196 Professoras – ensino básico.	A análise mostrou que os discursos prevalentes reforçam a ideia do magistério como sacerdócio, naturalizando a ideia de doação

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participant es da pesquisa	Principais resultados
			Pelotas, Rio Grande do Sul, em 2011.	atribuições; - demandas físicas do trabalho (exigência de esforço físico, mover ou levantar pesos no trabalho, manter o corpo em posição incômoda, cabeça e braços em posições físicas incômodas).	pobreza; - solicitações de afastamento devido ao sentimento de mal-estar sofrido pelas professoras.		e sacrifício como intrínsecas ao processo de trabalho docente.
Carvalho, Vieira & Souza (2016).	Quixadá-CE.	Quantitativa, transversal e descritivo. NE=6.	Identificar possíveis fatores de risco à saúde funcional de professores do ensino superior de	- 57,33% (43) nunca fazem pausas para alongamentos durante o trabalho;	- 64% (48) referiram algum dor em uma determinada região do corpo durante o trabalho,	75 docentes - ensino superior.	Concluiu-se que a saúde funcional dos professores está fortemente influenciada

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participant es da pesquisa	Principais resultados
			Quixadá-CE avaliando as possíveis disfunções musculoesqueléticas decorrentes de sua atividade laboral.	- existe a pouca adesão a programas de atividades laborais, uma vez que 76% (57) nunca participaram; - 69,34% (52) relataram que sentem dores, sendo que destes 9,33% (07) sempre sentem dores durante a prática Profissional; - 9,33% (07) relataram que as dores surgiam a partir de trinta	prevalendo a região lombossacra com 33,33% (25); - Participação em práticas de ginástica laboral: 76% (57) nunca participaram; - 92% (69) não adaptaram suas posturas ao seu material de trabalho; - Os distúrbios musculoesqueléticos; bursites, cervicalgias, braquialgias, lombalgias, fascite plantar, epicondilite e com mais frequência		pela sua atividade laborativa. Sua prática profissional associada a fatores desencadeadores como: mobiliários inadequados que não atendem às necessidades ergonômicas e biomecânicas do corpo; o mau manuseio de equipamentos utilizados durante as exposições das

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participantes da pesquisa	Principais resultados
				<p>minutos desde o início do expediente diário;</p> <ul style="list-style-type: none"> - muito tempo em pé (posição ortostática); - motivos de afastamento do trabalho: 14,3% algias na parte inferior das costas; 11,4% dores nos joelhos; 8,6% no tornozelo e pé e 5,7% na região superior das costas. 	<p>cansaço, fadiga e edemas nos membros inferiores.</p>		<p>aulas, tais como projetor multimídia e computadores; o uso de calçados inadequados, posturas desapropriadas durante as atividades em sala; jornada de trabalho que exige uma posição ortostática prolongada do professor favorecendo o cansaço e a fadiga do sistema muscular e</p>

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participantes da pesquisa	Principais resultados
							tendinoso; a ausência de pausas para recuperação da sobrecarga muscular; e a falta do hábito de práticas de exercício físico e de ginástica laboral que possibilitam o surgimento de LER e DORT.
Carvalho & Santos (2016).	FACESA – Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires.*	Descritiva quantitativa. NE=6.	Avaliar a frequência desses fatores de riscos e analisar a incidência da ocorrência da síndrome de Burnout	- 65% estão com muita carga horária de trabalho; - 50% lida fácil com problemas de trabalho; - 60% absorve	- 70% dos professores apresentam alto nível de exaustão emocional, perda de sentimento, insatisfação quanto à qualidade de vida	12 docentes - ensino superior.	Os resultados apontaram casos da doença, bem como a necessidade de elaboração de políticas para a saúde dos

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participantes da pesquisa	Principais resultados
			nos professores da FACESA – Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires.	para si mesmo os problemas alheios.	- 61% apresentam um nível elevado de despersonalização; - 50% apresentam baixa realização profissional; - as variáveis sociodemográficas associaram-se às dimensões do Burnout.		professores, de modo a proporcionar qualidade de vida pessoal e profissional.
Cardoso Júnior et al. (2018).	Bahia.	Descritiva, com abordagem quantitativa e de caráter transversal. NE=6.	Avaliar as jornadas de trabalho dos docentes universitários do ensino jurídico correlacionando os indicativos de seu desempenho no ambiente acadêmico e do	- Predomínio do sexo masculino entre todas as categorias de jornada de trabalho; - na jornada de trabalho de vinte horas é o maior	- O grupo de 40 horas tem relação positiva com o desempenho acadêmico, contudo é mais sedentário, alimenta-se pior e tem nível de estresse ligeiramente	20 docentes /curso de direito – ensino superior.	Verificou-se que existem correlações entre o estilo de vida dos docentes e o seu desempenho acadêmico quando comparado entre as jornadas de trabalho,

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participantes da pesquisa	Principais resultados
			seu estilo de vida por eles determinados.	contingente de grau positivo de estresse; - houve uma tendência a pior qualidade de sono entre os que trabalham por quarenta horas na instituição.	menor quando comparados aos de 20 horas; - a frequência com que se pratica atividade física é maior naqueles de menor carga horária na instituição; - alto índice de sedentarismo em toda a amostra.		contudo, algumas discrepâncias também foram notadas. As jornadas múltiplas de trabalho podem refletir na qualidade de vida e consequentemente no próprio desempenho do docente que, assim, procura se adequar a essa nova exigência capital-trabalho.
Rocha <i>et al.</i> (2016).	Jequié – BA.	Estudo transversal.	Analisar as características do	- A maioria das mulheres estava	- Entre as dimensões do	304 professores	Conclui-se que há necessidade

Autor (Ano)	Local	Tipo de Estudo/ Nível de evidência (NE)	Objetivo	Condições de trabalho	Saúde do docente	Participant es da pesquisa	Principais resultados
		NE=6.	trabalho, o perfil do estilo de vida e sua associação com os ciclos de desenvolvimento profissional de professores da rede estadual de Jequié (BA).	na fase de estabilização (35,3 %) do desenvolvimento profissional; - a maioria dos homens se encontravam na fase de diversificação (34,6 %); - Os professores na faixa etária mais jovem estavam na fase de entrada (42,5%) na carreira docente.	perfil do estilo de vida, a dimensão nutrição foi a única que apresentou uma forte associação com os ciclos de desenvolvimento profissional.	– Ensino básico.	de realização de programas que estimulem a adoção de um estilo de vida ativo entre os docentes, principalmente após a fase de entrada na carreira quando as condutas negativas se acentuaram.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

*o local não foi explicitado no texto, porém constata-se que a faculdade citada se encontra no estado de Goiás, Brasil.
NE = Nível de evidência.

Conclusão

Ao considerar os resultados do presente estudo, conclui-se que as condições de trabalho dos docentes encontradas foram relacionadas ao excesso de carga horária e de atividades dentro e fora do ambiente de trabalho; cobranças de produtividade e de avaliação de aprendizagem, além da necessidade de apresentarem efetividade no ensino; acúmulo da atividade docente com atuações que fogem à competência da docência, como é o caso da *práxis* administrativa, fato este que contribui para a redução do tempo em que os docentes poderiam fazer outras atividades, como por exemplo, descansar, dedicar-se a família e ao lazer. Além disso, a literatura relatou a falta de apoio por parte dos órgãos competentes aos professores em suas atividades, bem como a competitividade entre os docentes e a exposição a más condições laborais.

Já em relação à saúde, a atividade laboral exercida tem sido responsável pelo acometimento de patologias que afetam tanto a saúde física quanto a mental, inclusive comprometendo de forma negativa alguns fatores no estilo de vida, há exemplo, a presença do sedentarismo, de alterações no sono, do surgimento de transtorno de ansiedade, de depressão, problemas físicos e orgânicos, entre outros. Índices elevados de estresse, de ansiedade, de irritação, de frustração, de preocupação excessiva e de despersonalização, associados a altas cobranças de produtividade. As péssimas condições de trabalho e a competitividade são fortes preditores para o acometimento da Síndrome de Burnout. Fato este, que além de prejudicar o docente, também prejudica todos os envolvidos com o ambiente escolar.

Assim, sugere-se maior atenção às políticas públicas que planejam e efetivam estratégias de atuação do profissional docente, sobretudo existe a necessidade de se pensar em meios de redução na sobrecarga de trabalho demandados aos professores, bem como da viabilidade de se ponderar as pressões acerca da produtividade e de resultados na atuação, em promoção de

melhores condições de trabalho, tanto em estrutura física quanto nas relações estabelecidas. Faz-se necessário também demandar colocações que competem apenas a prática profissional, ao invés de realocações nos mais variados setores. Visto que, quanto menos favorável o ambiente no qual os docentes atuam, mais sintomas serão psicossomatizados e, como consequência, haverá reverberações na saúde desses trabalhadores. Desta forma, o presente estudo pode ser utilizado como referência na forma de identificação da relação entre condições de trabalho e saúde, e contribuir em possíveis mudanças dessa realidade.

Referências

- ABREU, M.A.G.M., COELHO, M. T.A.D., & RIBEIRO, J. L.L.S. Percepção de professores universitários sobre as repercussões do seu trabalho na própria saúde. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, 13(31), 2016. DOI: <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2016.v13.1155>
- CARVALHO, M.M.A., VIEIRA, J.P.A., & SOUZA, T.A. Saúde funcional de trabalhadores docentes do ensino superior em um município do Sertão Central do Ceará. 2016. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, 6(2), 08-12, DOI: <https://doi.org/10.18378/rebes.v6i2.3966>
- BORGES, K.P. Trabalho e Adoecimento Docente: Tensões e Conflitos. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, 9(23), 160-187, 2014. http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/07/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v02.pdf.
- BRITO, R.S., PRADO, J.R., & NUNES, C.P. (2017). As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 10(23), 165-174, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v10i23.6676>
- CARDOSO JÚNIOR, W., CARDOSO, B.L.C., SANTOS, A.R., & NUNES, C.P. Jornadas de trabalho, estilo de vida e desempenho

docente no ensino jurídico atual. **Acta Scientiarum Education**, 40(3), e40411, 2018. <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/40411/751375137822>

CARVALHO, G.L., & SANTOS, W.L. Síndrome de Burnout em professores da facesa-faculdade de ciências educação sena aires. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, 5(2), 150-157, 2016. <http://revista.facesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/266/139>

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. 5ª ed., Editora Brasiliense, 1981.

FORATTINI, C.D.; LUCENA, C. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/201/166>

GANONG, L.H. Integrative reviews of nursing research. **Research in Nursing & Health**, 10(1):1-11, 1987. DOI: 10.1002/nur.4770100103

LUZ, J. G., PESSA, S.L.R., LUZ, R.P., & SCHENATTO, F.J.A. Implicações do ambiente, condições e organização do trabalho na saúde do professor: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24(12), 4621-4632, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.26352017>

MELNYK, B.M.; FINEOUT-OVERHOLT, E. Making the case for evidence-based practice. In Melnyk B.M., Fineout-Overholt E., **Evidencebased practice in nursing & healthcare: a guide to best practice**. (p.3-24). New York: Lippincott, Williams, & Wilkins, 2005.

MOURA, J.S., RIBEIRO, J.C.O.A., CASTRO NETA, A.A., & NUNES, C.P. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista produção Docente**, 19(40), 01-17, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.31496/rpd.v19i40.1242>

NEVES NETO, A.F., ALMEIDA, C.B., PEREIRA, R.A., & BOTH, J. Bem-estar dos professores de educação física escolar: uma revisão de literatura. **Revista ComCiência**, 6(1), 4-9, 2020. DOI: 10.36112/issn2595-1890.v6.i1.p4-9

NUNES, C.P., OLIVEIRA, D.A. Trabalho, carreira, desenvolvimento docente e mudança na prática educativa.

Educação e Pesquisa, 43(1), 66-80, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201604145487>

OLIVEIRA, A.S.D., PEREIRA, M.S., LIMA, L.M. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. 2017, v. 21, n. 3 [Acessado 2 Março 2022], pp. 609-619. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>>. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>.

QUEIROZ, M.F.F., & EMILIANO, L.L. Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira. **Revista Katálysis**, 23(3), 687-699, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p687>.

REIS, N.S., CASTRO, P.A., CARDOSO, B.L.C., & NUNES, C.P. A produção de conhecimento sobre trabalho docente no Brasil: uma revisão da literatura especializada no assunto. **Revista Entreideias**, 9(2), 8-112, 2020. <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/33242/21867>

ROCHA, S.V., SQUARCINI, C.F., CARDOSO, J.P., & FARIAS, G.O. Características ocupacionais e estilo de vida de professores em um município do nordeste brasileiro. **Revista de Salud Pública**, 18 (2), 214-225, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v18n2.47636>

SOUZA, K.R., MENDONÇA, A.L.O., RODRIGUES, A.M.S., FELIX, E.G., TEIXEIRA, L.R., SANTOS, M.B.M.; MOURA, M. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(11), 3667-3676, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.01192016>

VIEIRA, J.S., GONÇALVES, V.B., & MARTINS, M.F.D. Trabalho docente e saúde das professoras de educação infantil de Pelotas, Rio Grande do Sul. **Trabalho, Educação e Saúde**, 14(2), 559-574, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sip00119>

CAPÍTULO 9

As emoções na qualidade de vida do professor

Cléria Santos Oliveira e Silva

Introdução

A palavra “emoção” tem a conotação de ânimo, que vem da raiz “anima”, que em latim quer dizer “alma”, algo que vem de dentro. Por isso, o educador, que conhece a si mesmo, tem algo dentro de si que é compartilhado, dividido, repartido (MENSLIN, 2010, p. 41).

Partindo do fragmento acima, penso que a busca pela qualidade de vida emocional no contexto da educação precisa ser alimentada, animada e percebida pela sociedade, enquanto instrumento de humanidade para repensarmos nossas vidas e conexões com o mundo. O estudo sobre as emoções, certamente, nos possibilitará encontrar novos enredos de promover a educação e compartilhar uma vivência de percepção aos professores de Anagé- Bahia, desdobrando nas teorias de vários pensadores e concepções que darão sentido à pesquisa. Nesse sentido, é urgente compartilhar, dividir as emoções, tão necessárias para compreendermos o significado dos nossos papéis na condição de educador perante o mundo, estabelecendo relações mais próximas e afetivas, estas, há muito tempo esquecidas, uma vez que, as emoções mal administradas, muito têm nos afetado.

A pandemia nos colocou no micromundo, isolado do calor humano e das relações afetivas. E, como lidarmos com essas questões humanas e emocionais que tem respingado na nação e nos

profissionais da educação, já que tivemos que mudar tudo? Certamente, nesse cenário surgiram as angústias, tristezas, as perdas, o transtorno de estresse e ansiedade, bem como, a temível solidão. Como estamos lidando em meio a todas essas questões que vem povoando o nosso viver? A proximidade com toda essa abordagem nos levou a um grande índice de adoecimento e fragilidade das questões internas e humanas, crescendo assim, o consumo dos ansiolíticos, já que cada um está em seu “lugar”, para atravessar a pandemia. Corroborando Menslin (2010, p. 37): “O processo educativo sempre será algo a ser plantado e colhido a longo prazo. Não é imediatista, nem pragmático. É, sobre tudo, algo a ser vivenciado e transformado pelos agentes que nele estão envolvidos”.

No tocante à qualidade de vida, buscarei estudar as emoções no propósito de conhecer as novas tendências das gerações, com seus desafios e os enfrentamentos diários, uma vez que a docência é uma profissão que expressa a busca pelo conhecimento e a vivência de grandes aventuras humanas, sejam estas, tristes ou alegres, de vida ou de morte, sucesso ou insucesso. Chiavenato (2008) relata que a qualidade de vida implica em criar, manter e melhorar o ambiente de trabalho, seja em suas condições físicas, psicológicas e sociais. Isso resulta num ambiente de trabalho agradável, amigável e melhora substancialmente a qualidade de vida das pessoas na organização.

Tani (2002) aborda que, a exemplo da qualidade de vida, determinados aspectos da nossa vida como a felicidade, amor e liberdade, mesmo expressando sentimentos e valores difíceis de serem compreendidos, não se tem dúvida quanto a sua relevância. Trata-se de um conceito para o qual até mesmo uma definição operacional é difícil de ser elaborada. Qualidade de vida, segundo o autor, vem sendo uma ideia largamente difundida na sociedade correndo-se o risco de haver uma banalização do assunto pelo seu uso ambíguo, indiscriminado ou oportunista como acontece, por exemplo, com muitos políticos que prometem elevar a qualidade de vida da população lançando mão de estatísticas muitas vezes irreais para comprovar seus feitos. De um lado se tem a exploração oportunista de um conceito, o que resulta na sua

depreciação e, de outro, o reconhecimento de que esse conceito exprime uma meta nobre a ser perseguido, o que resulta na preservação de seu significado e valor.

Laurenti (2003) discute que os instrumentos para avaliação da qualidade de vida normalmente são traduções que apresentam falhas ao serem aplicados em culturas diferentes e, por esta razão, há a necessidade de validá-los novamente, sugerindo que as avaliações da qualidade de vida deveriam avançar no sentido de considerar o momento histórico e o contexto cultural do grupo que se pretende analisar, bem como as relações, influências e interdependências dos sistemas de poder presentes nos discursos.

A principal justificativa sobre a pesquisa em questão é observar as especificidades dos professores da cidade de Anagé, Bahia, dos anos finais, área de Língua Portuguesa, desbravando a temática: “As Emoções como Qualidade de Vida do Professor”, com objetivo de compreendê-los neste momento ímpar, já que, as questões internas não estão nada bem. Este fato torna ainda mais relevante e preocupante, quando, as emoções começam a incomodar e desestabilizar o ser humano, trazendo o adoecimento para o corpo e a alma.

Neste viés, buscarei entender os sentidos que precisamos conhecer no contexto da docência. As emoções são dimensões essenciais que precisam se entrelaçar com o cotidiano, perpassando a prática pedagógica para fazer com que se exerça uma docência de forma comprometida com a vida. Menslin (2010, p. 25) em sua obra “Pedagogia da Emoção” cita Tardif (2000, p.107) para expressar:

[...] é impossível compreender a questão da identidade dos professores sem inseri-la imediatamente na história dos próprios atores, de suas ações, projetos e desenvolvimento pessoal. Nossas análises indicam que a socialização e a carreira dos professores não são somente o desenrolar de uma série de acontecimentos objetivos. Ao contrário, sua trajetória social e profissional ocasionam-lhes custos existenciais (formação profissional, inserção na profissão, choque com a realidade,

aprendizagem na prática, descobertas de seus limites, negociação com os outros, etc.) e é graças aos seus recursos pessoais que podem encarar esses custos e assumi-los. (TARDIF, 2000, p.107).

A partir do trabalhado com a docência é preciso considerar a opinião do outro, reformulando seus próprios conceitos. Certamente, sem tais grandezas, o trabalho no ensino perderia o seu significado, o que limitaria a postura crítica e assumiria a negação da compreensão.

Tomando o cenário “O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano”, do cientista português António Rosa Damásio (1996), que ensina e pesquisa nos Estados Unidos, procurarei explicar a importância dos sentimentos para o desenvolvimento do raciocínio, de modo que se torna impossível separar o pensar e o sentir, como faziam os cartesianos e os cientistas clássicos, o que é visto pelo autor como um erro. Assim, ele rebate os conceitos de que sentimentos podem nos prejudicar. Explica as relações entre razão, sentimento e comportamento social, como a respeito do conteúdo que está ligado ao outro e não fragmentado, constituindo um elo importante para o estudo sobre corpo e mente. Diz o autor: “E os sentimentos não são nem intangíveis nem ilusórios. Ao contrário da opinião científica tradicional, são precisamente tão cognitivos como qualquer outra percepção” (DAMÁSIO, 1996, p. 18).

No cenário das emoções

É neste sentido que as emoções têm um papel importante para a tomada de decisões e para o bem-estar pessoal e social, uma vez que, a dor, solidão, tristeza, angústias e ansiedade estão dentro de nós, acontecendo de forma dinâmica no nosso organismo, sucumbidos num mundo que consome todo o nosso tempo, pois sempre pensamos no sucesso. Desse entendimento, venho refletir sobre as boas relações afetivas que fazem das pessoas mais seguras e bem mais felizes; estas se tornam motivadas pela busca ao sucesso e da

própria segurança que norteiam sua vida e a prática escolar. Elaborar novas propostas de atividades, inovar métodos, estratégias e plataformas utilizadas, bem como, refletir sobre as iniciativas que trabalham competências sócias emocionais dos professores da área da língua portuguesa, município de Anagé, Bahia é também, fazer discutir e externalizar suas emoções. É dessa forma indireta que analisarei suas ações, comportamentos e emoções para trabalhar o tema com o professor na promoção da sua qualidade de vida. Corroborando Menslin (2010):

Os grandes empreendimentos do mundo não surgiram por acaso, nem na mente burocratizada de pessoas profissionalizadas para aquilo. Os grandes empreendimentos surgiram na mente das pessoas que tinham paixão e amor por aquilo que estavam propondo e sonhando. (MENSLIN, 2010, p. 31).

Muitas vezes, tais grandes empreendimentos do mundo estão conectados de que forma as emoções chegam até nós, de maneira inconsciente em alguns casos, a exemplo, através da lembrança ao ouvirmos uma música, já que somos seres de emoções. Se não soubermos gerir essas questões, certamente, seremos pessoas doentes. Precisamos regular o que estamos sentindo e saber lidar com as emoções, sejam elas: alegres, intensas, raivosa, de medo e culpa.

As emoções por muito tempo na nossa mente, nos paralisa e perturba, roubando a paz de espírito. Logo, precisamos nos perceber, independente do que o outro vai pensar. A vida é assim... Vezes triunfos e alegrias; outrora, de perdas, decepções e inquietudes. O segredo é como vou lidar com essas reentrâncias, sendo que a chave que a porta para o sucesso, também, abrirá para o fracasso, dessa maneira seremos marcados pela nossa vivência.

São pessoas muitas vezes imersas em suas emoções e incapazes de fugir delas, como se aquele humor houvesse assumido o controle de suas vidas. São instáveis e não têm muita consciência dos próprios sentimentos, de modo que se perdem neles, ficando sem perspectivas.

Em consequência, poucos fazem para tentar escapar desses estados de espírito negativos, achando que não são capazes de exercer controle sobre suas emoções. Muitas vezes se sentem esmagadas e emocionalmente descontroladas. (GOLEMAN, 2011, p. 79).

Apoiada na concepção de Goleman (2011) surge uma busca do estudo a partir de levantamento bibliográfico do arcabouço teórico pertinente à temática, tendo o propósito de analisar e observar o comportamento dos professores em tempos de pandemia, apropriando-me também, de uma pesquisa social com a participação de dez professores que lidam cotidianamente com a sala de aula e neste momento, encontra-se com suas emoções fragilizadas.

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLENT, 1986, p. 14).

A organização deste trabalho foi sistematizada de maneira gradativa ao abordar o sistema de ensino fundamental II, no que concerne à área da Língua Portuguesa, sob o cenário da cidade de Anagé, Bahia, trazendo a contextualização das emoções sobre a relevância da qualidade de vida que precisamos ter. Para tanto, venho reproduzir a experiência docente, pois, morando no referido município, ensinando na escola pública, percebo o cenário docente portadores de suas histórias e linguagens de vidas diferentes e emoções adoecidas o que compromete sua qualidade de vida. Vale ressaltar que, os participantes da pesquisa foram comunicados do Termo de Livre Consentimento (TCLE), importante para o conhecimento do trabalho e consentimento da sua participação.

Minha participação no Centro Educacional Renato Viana foi de acompanhar os sujeitos da pesquisa durante duas semanas. Por isso, foram realizadas observações no contexto da instituição, em regime de aulas semipresenciais, obedecendo ao protocolo da

pandemia. No momento das observações, também participei das atividades junto aos adolescentes, da dinâmica da escola, atuando de modo cooperativo, reafirmando um contexto diferente dos anos anteriores. Para tanto, a pesquisa social fez-me entender o trabalho docente e os sentimentos envolvidos que geram sofrimento no professor e influenciam em sua saúde mental, repercutindo em sua práxis. Dentre os vários motivos destacados temos: as perdas de amigos e entes queridos, angústias, sentimentos de medo, tristeza, estranheza causada pelos novos tempos e um imenso vazio. Nesta passagem, destacarei algumas falas dos docentes:

Como é estranho voltar para o contexto escolar depois de quase dois anos de pandemia. Tudo mudou... Algumas pessoas não estão mais ali; outras trazem sentimentos de uma tristeza profunda. Eu, naquele novo espaço, vendo as coisas tão estranhas, meus alunos, alguns com medo. Quanta devastação emocional causou a Covid-19. (professora, 3)

Considerando a fala da professora, venho desdobrá-la em todas as inquietudes que se fizeram e, estão presentes na vida destes profissionais com o auge da pandemia. Ficaram registrados sentimentos latentes, mas que permanecem fortes e inquietos, afetando-lhes sua saúde mental. Diante do exposto, cabe ressaltar o lugar que ocupamos hoje na docência e como essas questões estão sendo percebidas para a construção do significado real.

As escoriações deixaram as marcas fortes de um luto violento, sinalizando as angustias vividas. O sepulcro queimando ao sol escaldante e vários caixões em fila para descerem à sepultura. Essa é a imagem que habita em mim, ainda permanece viva... Espero que, um dia, essa lembrança acabe, fuja da minha memória. (professora 8).

No relato da professora 8, observou-se o desgaste emocional devido aos grandes lutos e tragédias acontecidas. Cabe aqui, salientar o necessário apoio das políticas públicas, aliados aos

órgãos da Secretaria da Saúde e do Desenvolvimento Social para atuarem junto às escolas, fazendo-nos perceber a importância fundamental para o nosso bem-estar físico e mental; pois, os extremos da pandemia nos trouxeram instabilidades.

E eu vou te dizer uma coisa! Quanta falta me fez a sala de aula! Aquele ambiente colorido e alegre, dos meninos chegando à escola. Muitas vezes me senti solitária; outras vezes, pegava-me pelos cantos da casa com medo de adquirir a Covid-19 e, não poder continuar cumprindo meu papel aqui na terra. Mas, neste momento, lembro-me de uma colega querida que veio a óbito. Neste cenário, deparei-me com a ansiedade... essa faz acelerar meu coração, me tira da sintonia da vida. (professor 9).

Certamente, precisamos buscar novas possibilidades de fazer desbravar outros sentimentos na tentativa de superar as mazelas experimentadas durante a pandemia. Meslin (2010, p. 38) faz uma referência a Cortela (2009) ressaltando o quanto é importante trabalhar o contexto da felicidade, amizade, amorosidade e lealdade, para alcançarmos outros aspectos importantes que precisam ser valorizados e compreendidos, fundamentais para o ser humano no sentido de existir. Como educadora busco apreciar as emoções como ferramenta de sobrevivência, numa intimidade com a educação, para tratar da qualidade de vida.

As ações, voltadas ao cuidado com a saúde dos professores precisam se fazer presente nas escolas, na busca pela melhor qualidade de vida, relações interpessoais, bem-estar psicossocial do educador, enquanto, construção de uma política pública. Acredito que, tais ações serão importantes no tocante ao acompanhamento destes profissionais com suas emoções fragilizadas e, para isso, é importante, atenção, diálogo e uma reeducação das ações que nos coloca diante do cotidiano. O suporte psicológico será de tamanha importância para esse novo tempo, pois nos ajuda a perceber as diferenças comportamentais dos professores e os deslocamentos das suas emoções.

Gerenciando as emoções ao olhar da inteligência emocional

Mediante o exposto, o gerenciamento desses estados afetivos será marcado pelo trabalho que vem caracterizar a inteligência emocional ao enfrentamento das situações traumáticas, refletindo sobre as impossibilidades dos domínios de condutas dos docentes e, assim, fazer enfatizar estratégias voltadas para o atendimento e acompanhamento dos profissionais da educação.

Os desafios no campo da educação e as grandes transformações sociais têm-nos colocado num cenário de reflexão. Essa dimensão histórica, cultural e social nos apresenta a “Inteligência Emocional”, que se faz tão necessária nesses tempos complexos e confusos em toda e qualquer área do conhecimento humano, seja em nível pessoal ou profissional. Nesse sentido, é preciso gerenciar as emoções. “Gerenciar a emoção é capacitar o eu, que representa a vontade consciente, para administrar a energia emocional da dor” (CURY, 2003, p. 64).

Silva, (2001), afirma que a Inteligência Emocional (I.E.) ou Quociente de Emocional (Q.E.) foi inicialmente entendida por Thorndike como Inteligência Social e definida como a habilidade de se relacionar com as outras pessoas. Posteriormente, foi melhor definida como a capacidade para lidar com emoções em quatro áreas fundamentais, entre as quais, perceber e expressar emoções, assimilar e integrar emoções no pensamento, compreender e raciocinar com emoções, regular e manipular as suas próprias emoções bem como aquelas de outras pessoas, em diferentes contextos. Em suma a Inteligência Emocional engloba a habilidade para monitorar as suas próprias emoções e as emoções de outros.

A inteligência emocional, assim como a intelectual, é primeiramente uma função do cérebro. Esta estabelece-se em grande medida nos neurotransmissores do sistema límbico central, que dominam os sentimentos e os impulsos. No entanto, apesar de ter uma grande componente genética, certas competências emocionais podem ser adquiridas através da experiência e da formação (REGO; CUNHA, 2003).

Goleman (1995), definiu a inteligência emocional como a capacidade de auto- controle, de zelo, de persistência, bem como a capacidade de nos motivarmos a nós próprios, apesar as frustrações. O autor é um dos principais estudiosos do conceito e define que a inteligência emocional. Seus estudos evidenciam a necessidade de fortalecer habilidades e competências sócio emocionais, principalmente nesses tempos solitários.

Neste momento de crises e incertezas, faz-se necessário, buscarmos estratégias para encontrarmos resoluções em como enfrentar e superar as adversidades. O medo, a insegurança com relação à propagação da doença, ansiedade, raiva e tristeza foram alguns pontos avistados nos professores, tendo os seus sentimentos afetados e, para isso, é imprescindível trabalhar a nossa inteligência emocional no campo da vida. Devemos procurar sempre ter controle sobre eles. A inteligência emocional no ambiente da escola requer de nós uma convivência harmônica.

Conclusão

Um dos componentes da Inteligência Emocional é enxergar saídas para situações difíceis e tentar perceber que os momentos negativos que a vida nos impõe, precisam ser lições e aprendizados, transformados posteriormente, em conceitos que levam a positividade. Estudos recentes têm demonstrado a importância das emoções nos processos de tomada de decisão, nas relações interpessoais e no desempenho profissional dos indivíduos e para a qualidade de vida.

Para Freitas e Souza (2009, p. 1), a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) está relacionada com “a mobilização, o comprometimento pessoal, a participação com o bem-estar do funcionário na execução da tarefa na empresa, visando à consecução das metas da Qualidade Total”. A Qualidade de Vida no Trabalho deve ser uma forma de melhorar as condições de trabalho de cada indivíduo presente na organização, para que haja um nível de satisfação mais elevado dos funcionários.

Dormir e se alimentar bem, são outros ingredientes necessários para mantermos nossa Inteligência Emocional, de forma que, também necessitamos cuidar do nosso corpo em funcionamento e apresentar a ele as reservas nutritivas que precisa para sobreviver. Atividades físicas e de respiração trazem um acalento para a nossa mente, uma vez que, irá proporcionar ao corpo maior leveza e tranquilidade, devido à liberação da serotonina que, causará um bem-estar.

É momento de cultivarmos aquilo que nos faz bem, nos dá ânimo como, por exemplo, mantendo o contato com quem amamos e temos afinidade por meio da tecnologia. Que trilhemos por novos caminhos, desprendo das tristezas, angústias, medo e ansiedade, assim, como foi confirmado na pesquisa com os professores. Como ensina Goleman (1995) é preciso experimentar outros valores, buscar novas abordagens, desfazendo dos pensamentos limitantes e de ressentimentos.

Nem sempre temos aquilo que sonhamos, é necessário tirar proveitos positivos das situações que foram negativas e, assim, focar nas coisas boas que a vida tem a nos oferecer. De nada adianta buscar benefícios corporais e comportamentais, se não buscarmos o equilíbrio para as nossas emoções. Nesse sentido, reforço a necessidade de associação dessa escrita ao contexto da educação, fortemente marcada pelas fragilidades da pandemia, que ainda carece de atuar no fomento à superação desses obstáculos na vida docente.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CURY, Augusto Jorge. **Dez leis para ser feliz**: ferramentas para se apaixonar pela vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DAMÁSIO, António Rosa. **O Erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano.** Tradução de Dora Vicente, Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREITAS, A. L. P.; SOUZA, R. G. B. de. **Um modelo para avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho em universidades públicas.** Revista Eletrônica Sistemas & Gestão. v.4, n.2, p.136-154, maio a agosto de 2009.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

GOLEMAN, D., (1995). **Inteligência Emocional.** (12ª Edição). (Correi, M. Trad.) Lisboa. Circulo de Leitores.

LAURENTI, R. A mensuração da qualidade de vida. **Revista da Associação Médica Brasileira,** São Paulo, v.49, n.4, p.349-66, 2003.

MENSLIN, Douglas. **Pedagogia da Emoção.** Curitiba: Paraná. Editora: MM, 2010.

REGO, A.; CUNHA, M.P. CUNHA, R.; CARDOSO, C. (2003). **Manual de Comportamento Organizacional e Gestão.** 6º edição. Lisboa: Editora RH.

TANI, G. Esporte, educação e qualidade de vida. In: MOREIRA, W.W.; SIMÕES, R. (Orgs.). **Esporte como fator de qualidade de vida.** Piracicaba: UNIMEP, 2002. p.103- 16.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

CAPÍTULO 10

Os meios de comunicação na qualidade de vida docente

Fábio Piccoli

Berta Leni Costa Cardoso

Welton Cardoso Júnior

Introdução

Os meios de comunicação instantâneos ampliaram a forma como lidamos com as pessoas, com a vida e com os as situações do cotidiano, fazendo com que o fazer rápido e ligeiro seja quase que a regra de vida.

Os docentes, de modo geral, visualizaram o número de mensagem que chegam em sua caixa de entrada dispararem. Se antes, somente o aluno que tinha o número mandavam mensagem, agora, o compartilhamento do número privado de celular do profissional da educação está em disparada, visto que, é uma forma ágil e prática de tirar dúvidas quanto à aplicação dos conteúdos ou das atividades de casa.

A pandemia acelerou esse processo de “desprivatização” dos meios de comunicação pessoal dos docentes, pois, muitas cidades adotaram a metodologia de ensino por meio das comunicações de WhatsApp ou Telegram com os alunos, por meio de grupos com os discentes ou com os pais destes e, quando não ocorreu a utilização desta metodologia, os alunos encaminham dúvidas e questionamentos de forma geral, muitas vezes em horários impróprios.

Ocorre que, em diversas situações, a resposta que o discente espera é célere, e a qualquer momento do dia ou da noite, o que pode prejudicar a saúde do docente, visto que, este não consegue

separar a relação pessoal da profissional levando em consideração que os números utilizados, em grande maioria, são os mesmos para ambos os casos.

Sendo assim, o presente estudo busca compreender os impactos dos meios de comunicação instantâneos, WhatsApp e Telegram, na vida do docente e analisar a qualidade de vida do profissional da educação do município de Luis Eduardo Magalhães - BA.

Material e métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem quali-quantitativa de natureza aplicada e com objetivo descritivo dos fenômenos que foram encontrados na pesquisa de campo DIETRICH; LOISON; ROUPNEL (2018) apud PAUGAM (2015).

O método utilizado para interpretação dos dados foi o dedutivo, que buscou compreender a situação dos dados gerais para a situação específica que estará em debate, que é a qualidade de vida e a utilização dos meios de comunicação instantâneos pelo docente, garantindo assim uma melhor construção do objeto do conhecimento. BOURDIEU (1998).

A pesquisa foi aplicada na cidade de Luis Eduardo Magalhães, oeste do Estado da Bahia, sem distinção de escolas ou de nível educacional que estão inseridos os profissionais, perpassando, portanto, da educação básica até a educação superior.

O município objeto do estudo possui um quantitativo estimado de 807 (oitocentos e sete) professores, na iniciativa pública e privada desde a Creche até o Ensino Médio, segundo dados obtidos no site do IBGE (2020) e média de 200 professores do ensino superior contanto as 3 maiores Instituições, e levando em consideração que vários destes também lecionam na educação básica e média.

Deste quantitativo, por meio da adesão voluntária, foram obtidas 75 (setenta e cinco) participações/respostas, garantindo uma amostragem significativa e que possibilita ampla compreensão da qualidade de vida docente no município.

Para realização da aplicação do questionário, foram utilizados os meios de comunicação instantâneos WhatsApp e Telegram para envio e convite de participação.

A aplicação do questionário eletrônico fora dividida em três momentos. No primeiro momento, o participante tomava conhecimento do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, que o possibilitava em aceitar ou não a participação na pesquisa.

No segundo momento, o participante era direcionado para o questionário “Perfil Socioeconômico e Impressões sobre Meios de Comunicação” desenvolvido pelos autores com perguntas direcionadas a compreender a utilização do WhatsApp e Telegram pelo docente no dia a dia do trabalho e, conhecer de forma indireta os participantes.

As variáveis utilizadas neste questionário foram, idade, estado civil, quantidade de filhos, escolaridade completa, horas trabalhadas, horário de trabalho, utilização de meios de comunicação (pessoal e profissional), quantidade de turmas e complicações na qualidade de vida, entre outras perguntas que possuem relação direta com a compreensão do estudo.

Após, iniciava-se o terceiro momento, em que o participante respondia o instrumento WHOQOL-Bref desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde – OMS, que possui como objetivo compreender a qualidade de vida e saúde do respondente.

A pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva “Indicadores de saúde, qualidade de vida e formação de docentes, discentes e profissionais da educação: estudo comparativo entre gêneros” da pesquisadora Dra. Berta Leni Costa Cardoso, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, sob parecer n° 4.410.612, e CAEE 43789015.4.0000.0057, e garantiu o anonimato dos participantes, conforme as normas éticas aplicáveis.

O período de coleta dos dados ocorreu durante os meses de outubro a dezembro de 2021 e os dados do questionário de “Perfil Socioeconômico e Impressões sobre os Meios de Comunicação” foram interpretados pelos autores por meio de uma análise crítica das respostas, todavia, os dados obtidos por meio do questionário

WHOQOL-Bref foram interpretados pelo sistema em Excel desenvolvido pelos estudiosos Pedroso, Pilatti e Reis (2009), publicado pela Revista Brasileira de Qualidade de Vida da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, que segue os mesmos padrões de análise e desenvolvimento das interpretações realizadas pelo SPSS.

Os participantes foram classificados, conforme ordem de envio das respostas, de forma numérica, iniciando no número 01 (um) até 75 (setenta e cinco) em conjunto com a letra “D”, fazendo referência ao título de Docente. Desta forma, no decorrer da escrita, quando for transcrita a fala de algum dos participantes, estes, foram identificados na forma: D1, D2 e assim sucessivamente.

Resultados e Discussões

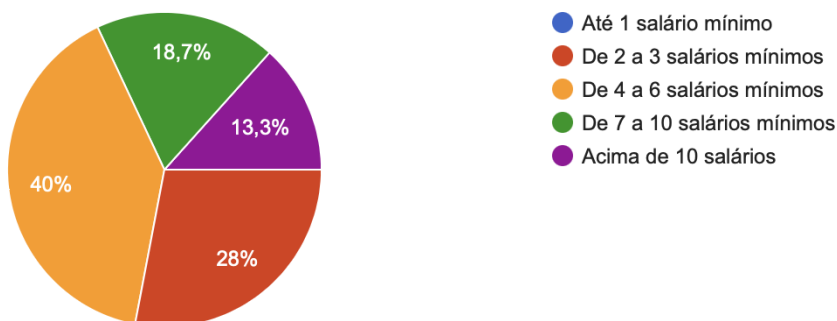
O estudo se propôs a compreender os impactos dos meios de comunicação instantâneos, WhatsApp e Telegram, na qualidade de vida do profissional da educação do município de Luis Eduardo Magalhães – BA, e verificar a qualidade de vida docente quando da utilização dos meios de comunicação instantâneos no trabalho para comunicação com gestores e alunos, possibilitando a investigação da (in)existência de suportes pedagógico e psicológicos dados aos profissionais da educação.

Participaram da pesquisa 75 (setenta e cinco) professores da Rede Pública e Privada, sendo 49 (quarenta e nove) do gênero feminino (65,3%) e 26 (vinte e seis) masculino (34,7%) e nenhum dos respondentes marcou a opção “outro”.

Desta amostragem, 33 (trinta e três) solteiros (44%), 32 (trinta e dois) casados (42,7%), 3 (três) viúvos(as) (4%) e 7 (sete) separados/desquitados ou divorciados (9,3%). A maioria dos participantes informou que não possuía filhos à época da pesquisa (44%) e 17,3% possuem 1 (um) filho(a), 25,3% possuem 2 (dois) filhos, 6,7% possuem 3 filhos e (6,7%) possuem 4 filhos, sendo que, nenhum respondente possui mais de 4 filhos.

Quanto à renda familiar mensal, levando em consideração o salário-mínimo do ano de 2021 no importe de R\$1.100,00 (mil e cem reais), 21 docentes informaram receberem de 2 a 3 salários-mínimos; 30 docentes de 4 a 6 salários-mínimos; 14 docentes de 7 a 10 salários-mínimos; 10 docentes acima de 10 salários. A remuneração percebida pelos docentes é essencial para o desempenho profissional, pois reflete na autoestima e na valorização social do docente, desta forma, da análise, a maioria dos docentes percebe remuneração acima do piso nacional que na época encontrava-se no patamar de R\$2.886,24 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos) Pimentel; Palazzo; Oliveira (2009) apud, Gomes; Nunes; Pádua (2019).

Gráfico 1 – Renda familiar mensal docente



Fonte: Desenvolvido pelo autor (2021)

A escolaridade completa destes professores demonstra que a maioria possui especialização ou MBA, sendo 8% graduado, 57,3% especialista, 22,7% mestre, 10,7% doutor(a) e 1,3% pós-doutor(a) e, em relação ao grau, 36 (48%) docentes informaram possuir bacharelado, 44 (58,7%) são licenciados e 3 (4%) tecnólogos, possibilitando a percepção de que 9 docentes realizaram mais de uma graduação. De acordo com Cirilo (2012), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n° 9.394/06, em conjunto com as Políticas Públicas de valorização docente, dividida entre, formação, carreira e

salário, instituída pela Lei 11.728/2008, em conjunto com as Legislações Trabalhistas e o incentivo à formação continuada, o Plano Nacional de Educação e da promoção salarial em conformidade com o grau de estudo, são demonstrativos que o plano de cargos e salário e as legislações apresentadas impactam na qualidade de trabalho e de vida do docente.

Ao verificar o nível educacional e sua inserção nas áreas públicas ou privadas, os dados demonstram uma tendência a realizar atividades em mais de um nível/setor, observando que em um universo de 75 docentes, 5 ministram aulas na Educação Infantil, 20 no Fundamental I, 16 no Fundamental II, 21 no Ensino Médio e 44 no Ensino Superior, nos quais 46 participam do Ensino Público e 37 no Ensino Privado.

Em relação à quantidade de horas trabalhadas semanalmente, 13 respondentes informaram de 11 a 20 horas, 10, de 21 a 30 horas, 17, de 31 a 40 horas, 21, mais de 40 horas, 7 dedicações exclusivas e 7 sem jornada fixa ou até 10 horas semanais.

Dos pesquisados, 73,3% informaram que desempenham atividades apenas em uma Instituição de Ensino, 24% em duas, 1,3% em três e 1,3% em quatro, possuindo um quantitativo de alunos distribuídos da seguinte forma: até 20 alunos 13,3%, de 21 a 30 alunos 45,3%, de 31 a 40 alunos 30,7%, de 41 a 50 alunos 6,7% e mais de 50 alunos apenas 4%. Cirilo (2012), atribui a sobrecarga de trabalho do professor à falta de investimento no setor, isto porque, faltam docentes e os recursos investidos para expansão das instituições não estão na medida da expansão da educação no Brasil.

Quando analisada a quantidade de turmas que o docente possui, verificamos a predominância de mais de cinco turmas por professor, sendo que 49,3% possuem mais de cinco turmas, 5,3% apenas uma turma, 20% duas turmas, 13,3% três turmas e 12% quatro turmas.

Após respondidos os dados preliminares de conhecimento socioeconômico do participante, o questionário aplicado realizou perguntas específicas para compreender e analisar a influência

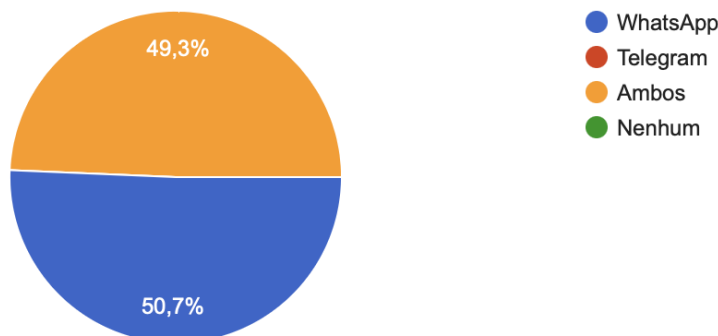
dos meios de comunicação instantâneos na vida dos docentes, verificando que 21 (28%) possuem um ótimo domínio com a tecnologia, 31 (41,3%) possuem um bom domínio com a tecnologia, 21 (28%) possuem um domínio regular com a tecnologia e apenas 2 (2,7%) dos respondentes afirmaram possuírem um domínio ruim com a tecnologia.

Ferreira, *et all* (2016), apud Machado, *et all* (2021), garantem que compreender sobre tecnologia, na sala de aula, é um diferencial de grande valia pois o docente pode utilizar desta tecnologia como recurso em seu processo de ensino-aprendizagem, o que possibilita maior interação entre estudante e docente e, com o apoio controlado das ferramentas de comunicação instantâneas, o processo de aprendizagem tende a tornar mais célere.

Para Piccoli, Brito e Pina (2021), as ferramentas de Ensino a Distância, e o uso da tecnologia, apesar de difundido na Educação Superior e pouco difundido na Educação Básica, ampliará sua participação na Educação Básica, em especial, após a pandemia de Covid, pois, garantirão maior rendimento e interesse dos alunos, sendo, portanto, essencial sua implementação no ensino básico, seja por meio de telas interativas, sistemas de gerenciamento de aulas gravadas, ou, até mesmo, pela consultas por meio das comunicações instantâneas, assim como, se tornarão ferramentas para desafogar o professor do ensino básico.

Neste sentido, tomando como base os dois aplicativos de comunicação instantâneos mais utilizados no Brasil, quais sejam, WhatsApp e Telegram, 50,7% dos participantes da pesquisa afirmaram utilizarem o primeiro e 49,3% afirmaram utilizar ambos os aplicativos e nenhum dos participantes informou que não utilizam estas ferramentas de comunicação, verificando, portanto, que todos os participantes se encontram inseridos no meio tecnológico.

Gráfico 2 – Utilização de WhatsApp ou Telegram



Fonte: Desenvolvido pelo autor (2021)

Quando questionados se o meio de comunicação era utilizado para o trabalho, 98,7% afirmaram que este era próprio, mas utilizado para a vida pessoal e para o trabalho e, apenas 1,3% afirmaram que era próprio, mas utilizado exclusivamente para trabalho. Nenhum participante informou que o meio de comunicação era disponibilizado pela Instituição de Ensino, porém, todos afirmaram que seus alunos, gestores ou diretores entram em contato pelo seu meio privado de comunicação.

Machado, *et all* (2021), acredita que o “o avanço da tecnologia tem alterado significativamente o cotidiano das pessoas. Essa alteração pode ser altamente positiva, ao mesmo tempo que pode se tornar prejudicial em algumas situações.” Em sua pesquisa, Machado, *et all* (2021), verifica que 75% dos respondentes utilizam sempre os dispositivos digitais, assim como os respondentes desta, que afirmam, todos, possuem acesso a uma plataforma de comunicação instantânea.

Ao verificar se a Instituição de Ensino utiliza formalmente o WhatsApp ou Telegram como Instrumento Pedagógico de comunicação com os alunos, 45,3% informaram que utiliza, 26,7% informaram que não utiliza e 28% informaram que o professor utiliza de forma independente, mas não é orientação da escola/instituição. Destes, 66,7% informaram que o contato iniciou

antes da pandemia de Covid-19 e 33,3% informaram que foi durante a pandemia. Essa utilização decorre de uma facilidade de troca de informações assim como, Machado, *et all* (2021) demonstra quando questionaram aos participantes qual sua percepção ao uso de computadores e dispositivos digitais, dos quais, 92% informaram que estes dispositivos facilitavam o seu trabalho.

Perguntados sobre o sentimento que lhes causam quando os alunos chamam nos meios de comunicação para conversar e tirar dúvidas, 48% informaram sentir-se confortável, 20% informaram desconforto e 32% informaram sentir-se incomodado.

Apesar do número expressivo de respostas informarem o sentimento confortável, este é apenas aparente, quando analisamos detidamente a soma dos demais conjuntos que informam um sentimento negativo (desconforto e incomodo), fica demonstrado claramente que 52% sentem alguma sensação negativa e que não lhe faz bem.

Um dos participantes manifestou a seguinte opinião quando solicitado para explicar seu sentimento com base na resposta anterior: “Desconfortável quando ocorre em horários impróprios” (D41), outro participante informou que “O acúmulo de mensagens e dúvidas me incomoda muito. Hoje os alunos não leem mais só querem informações rápidas e solução instantânea para suas demandas” (D13). Souza (2008) apud Barbosa, *et all* (2021), afirma que o trabalho docente perpassa pelas atividades efetivamente cumpridas em sala de aula, e, também, aquelas desenvolvidas extraclasse e que são realizadas em outros espaços que não no ambiente escolar, sendo que, esta jornada extraclasse muitas vezes ultrapassa o horário contratual. Somadas às atividades contratuais, as mensagens enviadas fora do horário de trabalho docente demonstram sérios riscos a integridade mental e social do docente e, inclusive, problemáticas jurídicas, que podem ser analisar em outro momento mais a fundo.

Por outro lado, enquanto alguns participantes manifestaram seus sentimentos negativos, houve, também, justificativas

positivas, “É um meio de comunicação com maior efetividade e rapidez” (D6), outro participante informou “É uma ferramenta que aproxima e facilita a comunicação e o trabalho docente” (D7).

Todavia, uma das justificativas saltou aos olhos dos pesquisadores, visto que, deturpa o trabalho do professor, e demonstra uma obrigatoriedade em utilizar a ferramenta de comunicação, pois a frase informa: “Escolhi ser professor” (D19). É preciso compreender que, a escolha de ser profissional dá educação, não abre o direito para invasão da privacidade social, ou até mesmo de ficar disponível 24 (vinte e quatro) horas para o trabalho.

Sendo assim, analisando o horário de trabalho dos profissionais, os participantes poderiam escolher mais de uma alternativa, e as respostas seguiram um padrão de trabalho em dois turnos, visto que, 31 participantes informaram trabalhar durante o turno matutino, 51 no turno vespertino e 49 no turno noturno. Não obstante, quando perguntado se seus alunos, gestores ou diretores já entraram em contato fora do horário de aula ou trabalho, 100% dos participantes informaram que já recebera contato.

Caso a resposta anterior fosse positiva, o docente poderia escolher em quais horários foram os contatos, observando que, dos 75 participantes, 62 informaram que receberam contato durante finais de semana; 35 no contra turno, mas durante o dia; 35 durante a noite entre 18:00h às 22:30; 28 durante a madrugada entre 22:30h às 06:00h, possibilitando verificar que os docentes recebem mensagem fora do seu horário de trabalho.

Com o elevado índice de respostas que informam contatos ao final de semana e durante o período da madrugada, é preciso levar em consideração o que discute GOUVEIA et al. (2006) p. 263 apud Barbosa, et all (2021) que,

Além da necessária discussão da jornada de trabalho do professor no conjunto da regulamentação do trabalho em geral, é preciso considerar as especificidades do trabalho do professor e talvez avançar na definição do que são doenças tipicamente profissionais

numa profissão em que as relações interpessoais não são secundárias no processo de trabalho. GOUVEIA et al., (2006) p. 263 apud Barbosa, et all (2021)

Sendo assim, é preciso considerar essa especificidade e trabalhar para que o docente receba remuneração e tratamento condizentes com a relevância de seu trabalho, tendo em vista que, estes docentes não possuem apenas as atribuições de seu trabalho para realizar, mas, também, devem e possuem ter vida digna e saudável nos ambientes externos ao ambiente educacional. Barbosa, Cunha e Martins (2019).

Sobre a obtenção de suporte pedagógico adequado pela Instituição de Ensino para a utilização dos meios de comunicação instantâneos, 69,3% informaram que nunca receberam orientação e 30,7% informaram que obtiveram orientação, todavia, existe uma divergência nesta questão quando analisada comparativamente com o questionamento anteriormente: “se a escola utiliza formalmente WhatsApp ou Telegram como ferramenta pedagógica” e 45,3% afirmaram que utiliza.

Questionados se existiu alguma complicação em sua qualidade de vida após a disponibilização do seu meio de comunicação instantâneo, dos 75 respondentes, 20 informaram insônia, 48 informaram ansiedade, 3 informaram depressão, 29 informaram estresse, 3 informaram fobia social, 16 informaram fobia dos meios de comunicação, 1 informou que teve outras complicações e 20 informaram que não possuíam problemas.

Após a questão formulada, a pesquisa perguntou de forma aberta e não obrigatória quando havia sido percebida a complicação, e uma das respostas destacou-se aos olhos dos pesquisadores, pois informava: “Antes da Pandemia a utilização já me incomodava, mas após a pandemia com a intensificação do número de mensagens percebi que realmente desenvolvi uma fobia. Atualmente não tenho vontade de comunicar nem com meus familiares próximos por meio de mensagens” (D13).

É possível compreender que estes sentimentos não foram desencadeados somente com o início da pandemia, todavia, intensificaram quando ela iniciou, pois o contato pelos meios de comunicação instantâneos se ampliou, conforme destaca BEZERRA; VELOSO; RIBEIRO, (2021):

A situação provocada pela pandemia expôs ainda mais as mazelas educacionais. Claro que nenhum profissional, professor ou não, estava preparado para lidar com as dificuldades surgidas, no entanto, barreiras no desenvolvimento de aulas remotas nos leva, a visualizar o baixo investimento educacional, bem como a falta de políticas efetivas de formação e valorização docente (BEZERRA; VELOSO; RIBEIRO, 2021, p. 3).

Outro entrevistado manifestou que: “Minha pressão estava muito alterada e fiz o mapeamento da pressão e muitos outros exames. O Dr até solicitou afastamento do meu trabalho. Mas como preciso trabalhar, não me afastei” (D31).

Neste diapasão, a questão posterior questionou aos entrevistados se a qualidade de vida em relação à utilização dos meios de comunicação havia melhorado, piorado, ou não melhorou, mas também não piorou, obtendo a seguinte manifestação: 17 (22,7%) melhorou, 49 (65,3%) não melhorou, mas também não piorou e, 9 (12%) piorou. BEZERRA; VELOSO; RIBEIRO (2021), explicam que existe um processo de adaptação à utilização das tecnologias na educação e que muitas vezes este processo não é devidamente regulado, acompanhado ou fiscalizado.

Questionados se já haviam recebido ameaças ou intimidações de alunos, gestores ou diretores por meio das tecnologias de comunicação instantâneos, 39 (52%) informaram que não, todavia, 36 (48%) informaram que já sofreram ameaças ou intimidações, necessitando uma maior atenção a esta questão levando em consideração o alto índice de respostas “sim”.

Convidados a explicar a situação com base na resposta anterior, dois participantes manifestaram “Alunos usaram

mensagens de forma maliciosa com insinuações sobre pontos e frequência. Querendo trapacear por não cumprirem as regras estabelecidas pelas instituições. De Gestores não.” (D7) e “Por ser considerada uma comunicação muito rápida os alunos são grosseiros quando não respondidos” (D13). Piccoli, Brito e Pina (2021) destacam que a tecnologia, os sistemas remotos de ensino, e as ferramentas de EAD vieram para facilitar e aproximar desde que sejam com finalidades específicas e utilizadas de maneira supervisionado pelas Instituições, que devem realizar as devidas orientações e treinamentos com base em normativas claras expostas aos docentes e discentes e a comunidade ligada a ela.

Quando os participantes foram questionados se sentem pressionados a responderem as demandas dos alunos fora do horário de trabalho, 43 (57,3%) responderam sim e 32 (42,7%) responderam negativamente, o que demonstra que, mesmo não sendo orientação das escolas a utilização do meio de comunicação instantâneo, a maioria dos professores sente-se obrigada a responder às demandas quando os alunos possuem seu número de telefone particular.

Em espaço aberto, os respondentes citaram “Uma vez não respondi, e fui chamado atenção que não podia deixar o aluno sem resposta” (D52), outro respondeu “Por não existir uma Política Institucional para o tema a ausência de resposta pode ser interpretada como desídia com o aluno.” (D13) e “Medo de que falem que eu não dei atenção e possam reclamar com pais ou direção” (D75).

Na pergunta sobre os cargos de gerência/diretoria fazerem pressão para que o professor responda às demandas fora do horário de trabalho, 21 (28%) responderam que sim e 54 (72%) informaram que não. Quando questionados se apoiavam o envio de mensagens fora do horário de trabalho, 23 (30,7%) informaram que é a favor, todavia, 52 (69,3%) informaram que é contra o envio de mensagens após o expediente.

Neste sentido, no espaço aberto para opinião sobre a questão anterior destacaram-se dois depoimentos “O professor precisa de

descanso. A docência exige preparação antes de entrar em sala, quando se está trabalhando e após a aula. Já são muitas as atribuições, a presença dessa pressão constante de estar alerta a todo e qualquer momento certamente causa perda na nossa saúde mental.” (D13) e “É importante que os alunos principalmente compreendam que o professor pode atuar em outras instituições ou outras demandas que o impede de responder imediato necessitando responder somente no momento de aula” (D26).

Quando questionado se existe apoio psicológico na escolar/instituição para lhe auxiliar, 67 (89,3%) informaram que não existe suporte, 4 (5,3%) suporte semestral, 1 (1,3%) suporte mensal, 3 (4%) suporte semanal.

Destes, 37 (49,3%) informaram que gostariam de acompanhamento de um psicólogo e 38 (50,7%) não desejam acompanhamento com psicólogo, sendo que, na manifestação aberta, um dos entrevistados informou “Há uma preocupação com os estudantes, mas não há preocupação com os funcionários e como estão lidando com a pandemia e esta nova forma de ensino.” (D41) Outro “O acompanhamento psicológico seria importante, pois desenvolvi um grau alto de ansiedade durante as aulas remotas” (D40). A Universidade de São Paulo – USP (2021), por intermédio dos alunos do Curso de Psicologia, lançou durante a pandemia a Cartilha de Apoio à Saúde Mental do Professor com orientações para sobre planejamento, organização e a necessidade de delimitar/separar as atividades profissionais das atividades pessoais como forma de garantir melhor qualidade de vida.

Finalizando o questionário socioeconômico, os entrevistados foram questionados se conheciam a legislação trabalhista aplicada sobre a utilização dos meios de comunicação instantâneos no trabalho, 56 (74,7%) informaram não conhecer a lei e 19 (25,3%) possuem conhecimento sobre.

Em um segundo momento da pesquisa de campo, os participantes responderam o questionário desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde – OMS, o WHOQOOL-Bref, que consiste na versão resumida do WHOQOOL-100 e busca

diagnosticar a qualidade de vida dos participantes de forma mais ágil e resumida (The WHOQOL Group, 1996).

O questionário é composto por 26 questões que são divididas em quatro domínios, Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio-Ambiente.

A interpretação dos dados foi pelo sistema em Excel desenvolvido pelos estudiosos Pedroso, Pilatti e Reis (2009), publicado pela Revista Brasileira de Qualidade de Vida da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, que segue os mesmos padrões de análise e desenvolvimento das interpretações realizadas pelo SPSS.

A estatística descritiva do questionário aplicado apresentou os seguintes resultados:

Quadro 1 – Estatística descritiva de cada uma das 26 questões que compõe o Whoqol Bref

QUESTÃO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO	AMPLITUDE
Q1	3,57	0,77	21,66	2	5	3
Q2	3,31	0,77	23,31	2	5	3
Q3	2,32	0,97	42,02	1	5	4
Q4	2,44	0,90	37,05	1	5	4
Q5	3,33	0,66	19,93	2	5	3
Q6	3,71	0,77	20,70	2	5	3
Q7	3,33	0,72	21,69	2	5	3
Q8	3,37	0,69	20,55	1	5	4
Q9	3,41	0,81	23,64	1	5	4
Q10	3,37	0,69	20,55	2	5	3
Q11	3,73	0,81	21,72	2	5	3
Q12	3,08	0,78	25,46	2	5	3
Q13	3,36	0,67	19,96	2	5	3

Q14	3,05	0,68	22,13	1	5	4
Q15	3,71	0,97	26,15	1	5	4
Q16	3,15	0,90	28,47	1	5	4
Q17	3,43	0,72	21,01	2	5	3
Q18	3,52	0,79	22,57	2	5	3
Q19	3,48	0,78	22,34	2	5	3
Q20	3,56	0,83	23,20	2	5	3
Q21	3,25	1,15	35,41	1	5	4
Q22	3,48	0,86	24,71	1	5	4
Q23	3,57	0,89	24,85	1	5	4
Q24	3,21	0,72	22,47	2	5	3
Q25	3,51	0,98	27,88	1	5	4
Q26	2,28	0,76	33,48	1	5	4

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Observa-se, dos dados, que, dentro das 24 questões que compõe os domínios nenhuma das questões obteve média igual ou superior a 4 pontos, que configura conforme UDESC (2021), em uma escala de 1 a 5 pontos, como sendo qualidade de vida “boa”. Para Análise dos domínios, serão utilizados os parâmetros propostos na seguinte proporção:

Quadro 2 – Parâmetro de análise da QV, conforme UDESC –
Universidade do Estado de Santa Catarina

Questão	Parâmetro de análise
1 e 2	Quando for 1 até 2,9 (necessita melhorar)
	3 até 3,9 (regular)
	4 até 4,9 (boa)
	5 (muito boa)
3 a 26	Necessita melhorar (quando for 1 até 2,9)
	Regular (3 até 3,9)
	Boa (4 até 4,9)
	Muito boa (5)

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

As questões 1 e 2, que não compõem os domínios e são sobre autopercepção, distribuídas da seguinte foram: 1 – Percepção da Qualidade de Vida, a média obtida foi de 3,57 pontos e; 2 – Satisfação com a saúde, em que a média obtida foi de 3,31 pontos, demonstrando, portanto, que a autopercepção de qualidade de vida está regular.

No domínio físico, composto pelas questões 3, 4, 10, 15, 16, 17 e 18, é possível observar que 2 questões representaram média inferior a 2,9 pontos, sendo: 2,32 pontos para dor e desconforto; 2,44 para energia e fadiga; 3,37 pontos para sono e repouso; 3,15 para atividades da vida cotidiana; 3,43 para dependência de medicação ou de tratamentos, mobilidade 3,71 pontos e 3,52 para capacidade para o trabalho. Em conformidade com a escala proposta pela UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, são pontos de atenção a dor e desconforto e a falta de energia com a fadiga.

No domínio psicológico, composto pelas questões 5, 6, 7, 11, 19 e 26, é possível observar que 1 questão apresenta média inferior a 2,9 pontos, sendo: 3,33 para sentimentos positivos; 3,71 para pensar, aprender, memória e concentração; 3,33 para autoestima; 3,73 para imagem corporal e aparência; 3,48 para sentimentos negativos e 2,28 para espiritualidade/religião/crenças pessoais. Em conformidade com a escala proposta pela UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, são pontos de atenção que necessitam melhorar, a espiritualidade/religião e crenças pessoais.

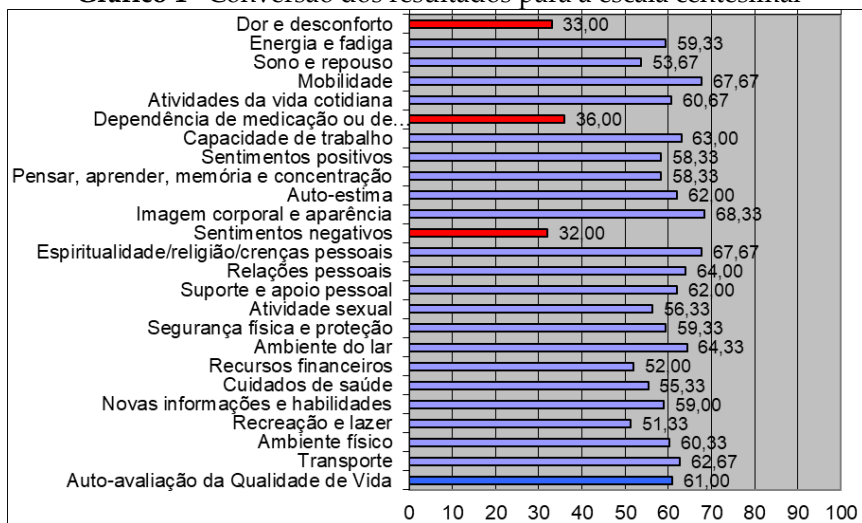
No domínio das relações sociais, composto pelas questões 20, 21 e 22, é possível observar que todas as questões apresentam dentro da regularidade, sendo: 3,56 para relações pessoais; 3,25 para suporte (apoio) social e 3,48 para atividade sexual. Apesar de todas as questões estarem dentro da regularidade, é preciso manifestar ponto de atenção para a questão 21 (suporte (apoio) social), por estar com média próxima à necessidade de melhoria e atenção.

No domínio meio ambiente, composto pelas questões 8, 9, 12, 13, 14, 23, 24, 25, é possível observar que todas as questões encontram na regularidade, visto que: 3,37 para segurança física e

proteção; 3,42 para ambiente no lar; 3,08 para recursos financeiros; 3,36 para cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade; 3,05 para oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; 3,57 para participação em, e oportunidades de recreação/lazer; 3,21 para Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima) e 3,51 para transporte. Destacam-se no domínio meio ambiente, em conformidade com a UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, as questões inerentes a recursos financeiros e oportunidade de adquirir novas informações e habilidades, pois, encontram-se próximas a escala de atenção (necessita melhorar).

Os resultados obtidos nas facetas foram convertidos para a escala centesimal, conforme orientação do grupo WHOQOL, e foram obtidos os seguintes dados:

Gráfico 1 – Conversão dos resultados para a escala centesimal



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

É possível verificar por meio dos dados obtidos que as facetas de “dor e desconforto”, “dependência de medicação ou de tratamentos”, e “sentimentos negativos” obtiveram os piores desempenhos na análise, sendo, portanto, um ponto de destaque,

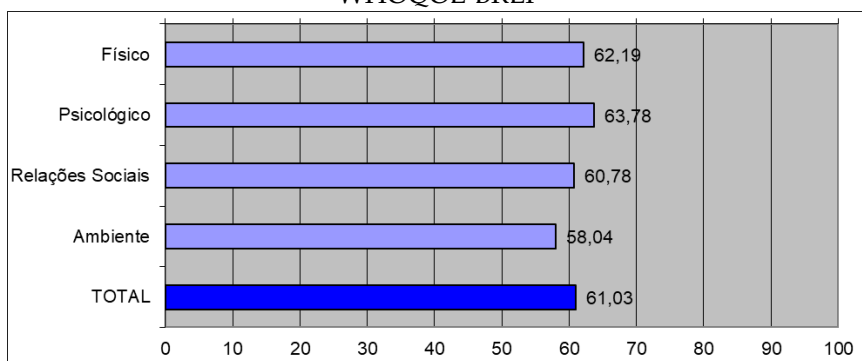
visto que, as três possuem correlações importantes, conforme CASTRO, (2020) destaca que esses sentimentos negativos, dores e desconfortos aumentam a utilização de drogas para controle emocional e inibidores de dores, o que já é visto no presente caso.

Não obstante, quando analisados comparativamente com o questionário socioeconômico especificadamente no que tange as complicações enfrentadas e sentidas pelos docentes é possível notar que há uma necessidade de acompanhamento destes profissionais, visto o auto índice de manifestações, em especial no que tange a 49 participantes dos 75 informarem que estão com ansiedade e, também, 16 informarem que estão com fobia dos meios de comunicação.

Os demais índices apresentam uma variação de 53 a 67 pontos, o que demonstra uma possível indiferença e estabilidade entre os participantes, visto que, as facetas possuem variações que não oscilam drasticamente de um para outro.

Quando observado de forma ampla, pelos scores dos domínios, obtemos a seguintes pontuações:

Gráfico 2 – Escore médio dos domínios da qualidade de vida do WHOQOL-BREF



Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Considerando o escore dos docentes participantes da pesquisa, é possível verificar (gráfico 2), que de maneira geral a qualidade de vida é satisfatória, pois o domínio físico atingiu

62,71%, o domínio psicológico 63,78%, o domínio relações sociais 60,78% e o domínio ambiente 58,04%.

Destacaram-se nas melhores posições, o domínio Psicológico com 63,78%, posteriormente, o domínio físico com 62,19%, o domínio das relações sociais em terceiro lugar com 60,78% e em quarto o domínio do meio ambiente com 58,04%.

O melhor domínio apresentado na pesquisa foi o domínio psicológico com média de 63,78% de satisfação, sendo considerada uma boa qualidade de vida, superando o estudo realizado por Castro, Pegoraro (2020) em que o domínio psicológico ficou com a pior posição. O pior domínio apresentado na pesquisa foi o do meio ambiente com 58,04% que, em contrapartida, no estudo realizado por Castro, Pegoraro (2020) ficou em segundo lugar como o mais bem avaliado, com porcentagem de 63,41%.

A conversão dos dados informado alhures por meio da estatística descritiva dos domínios:

Quadro 2 – Estatística descritiva dos dados do gráfico 2

DOMÍNIO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO	AMPLITUDE
Físico	13,95	2,55	18,27	9,14	20,00	10,86
Psicológico	14,20	2,11	14,84	10,00	20,00	10,00
Relações Sociais	13,72	3,07	22,40	6,67	20,00	13,33
Meio Ambiente	13,29	2,15	16,21	9,00	18,50	9,50
Auto-avaliação da QV	13,76	2,79	20,27	8,00	20,00	12,00
TOTAL	13,76	2,14	15,52	9,38	19,38	10,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2021)

Na conversão para estatística descrita dos dados dos gráficos 2, observa-se média de 13,96 para o domínio físico; 14,20 no domínio psicológico; 13,72 nas relações sociais; 13,29 no domínio meio ambiente e uma percepção de qualidade de vida média de 13,76. No total, a qualidade de vida média por meio da estatística descritiva apontou 13,76%.

Os scores apresentados e as estatísticas descritivas demonstram uma atividade regular na qualidade de vida dos pesquisados, todavia, essa qualidade poderia melhorar, visto que, nenhuma das facetas atingiu um percentual superior a 70% de satisfação com a qualidade de vida e, também, de forma individual, na escala da UDESC (2021) nenhuma das questões ficou com índice superior a 4.

Do mesmo modo, com base na comparação dos dados obtidos entre o questionário desenvolvido pelos autores e a aplicação do whoqol bref, é possível verificar a existência de incômodos, sentimentos negativos e dores e desconforto, ainda que não expreso verbalmente, por parte dos profissionais da educação quando são demandados fora do seu horário de trabalho, e em especial pelos meios de comunicação, isso porque, a qualidade de vida não é analisada de forma separada da vida pessoal e profissional, sendo única e necessitando de atenção de ambas as perspectivas.

Vemos que diversos profissionais informam que não se sentem invadidos quando são solicitados desta forma e em horários impróprios, porém, os dados obtidos demonstram que a saúde deste profissional pode melhorar desde que saiba compreender a divisão entre trabalho e vida social, mas os próprios não demonstram de forma aparente por meio das perguntas explícitas sobre incômodo ou descontentamento, ficando a carga da interpretação em conjunto com as demais perguntas sobre seu estado de saúde com base na utilização dos meios de comunicação.

Conclusões

As narrativas das entrevistas em conjunto com os dados obtidos por meio das perguntas formuladas pelos autores e a aplicação do teste Whoqol Bref demonstram interferências dos meios de comunicação instantâneos na qualidade de vida do docente e apesar do pior score ter ficado para o domínio ambiente, quando comparado com as perguntas formuladas pelo autores e o destaque dado para as perguntas referentes a dores e sentimentos negativos, destaca-se, também, a necessidade de uma melhor atenção para a qualidade de vida dos professores na área de atenção psicológica.

No contexto em questão, os profissionais da Educação do Município de Luis Eduardo Magalhães demonstraram um grau elevado de sentimento negativos, ansiedade e fobia dos meios de comunicação. Outro ponto em destaque foi os sentimentos de dor e desconforto, aqueles relacionados a dependência de medicação ou de tratamentos.

É notável, também, que por mais que não seja orientação das escolas/instituições a utilização formal do WhatsApp e Telegram os profissionais ainda recebem mensagem e se sentem pressionados a responderem estas, objetivando um conforto dos alunos ou pais e evitar confusões com a diretoria ou gestão escolar.

A influência dos meios de comunicação na vida dos docentes amplia um debate coletivo sobre a necessidade de cuidado das escolas públicas e particulares com a qualidade de vida do professor e o bem-estar destes, regulamentando a utilização da comunicação externa pelos meios de comunicação instantâneos entre professores e discentes e uma necessidade expressiva de melhorar a qualidade de vidas dos profissionais da educação.

Referências

- BARBOSA, Andreza; CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo; MARTINS, Verônica. **Estado do conhecimento sobre jornada de trabalho docente no ensino fundamental e médio.** *Horizontes*, Itatiba, v. 37, p. 1-27, 2019. Acessado em 30 de abril de 2022 <https://doi.org/10.24933/horizontes.v37i0.578>
- BARBOSA, Andreza. FERNANDES, Maria José da Silva. CUNHA, Renata Cristina Oliveira Barrichelo. AGUIAR, Thiago Borges de. **Tempo de trabalho e de ensino: composição da jornada de trabalho dos professores paulistas Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e235807, 2021. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147235807>
- BEZERRA, N. P. X.; VELOSO, A. P.; RIBEIRO, E. **Ressignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia: Redefining teaching practice: experiences in times of pandemic.** *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo*, v. 3, n. 2, p. 323917-323917, 2021. <https://doi.org/10.47149/pemo.v2i3.3917>
- BOURDIEU, Pierre (1996). **A ilusão biográfica.** Trad. Luiz Alberto Monjardim et alii. In: Ferreira, Marieta (org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp. 183-91.
- CASTRO, Bruno de. **Aprimoramento cognitivo e a produção de modos de subjetividade: um estudo sobre o uso de substâncias “nootrópicas”.** *Saúde e Sociedade [online]*. 2020, v. 29, n. 1 [Acessado 30 Abril 2022], e190936. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190936>>. Epub 17 Abr 2020. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190936>.
- CIRILO, Pauliane Romano. **As políticas de valorização docente no Estado de Minas Gerais.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2012. Acessado em 30 de abril de 2022 em <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-96NFY5>
- DIETRICH, Pascale; LOISON, Marie; ROUPNEL, Manuella. **Articular as abordagens quantitativas e qualitativas.** In:

PAUGAM, S. A Pesquisa Sociológica. Vozes, Petrópolis, 2015, pp. 271-282.

FERREIRA, G. E. et al. **Configurações contemporâneas do mundo do trabalho, proatividades e redes de colaboração em saúde**. In: GOMES, L. B.; BARBOSA, M. G.; GOMES, Valdete Aparecida Fernandes Moutinho. NUNES, Célia Maria Fernandes. PÁDUA, Karla Cunha. **Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I**. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 100, n. 255, p. 277-296, maio/ago. 2019.

MACHADO, Giovanni Bohm. MACHADO, Juliana Aquino. WIVES, Leandro Krug e SILVA, Gilberto Ferreira da. O uso das tecnologias como ferramenta para a formação continuada e autoformação docente. **Revista Brasileira de Educação** v. 26 e260048 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260048>

PEDROSO, B. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida, e depois?** A trajetória das ferramentas para o cálculo dos escores e estatística descritiva dos instrumentos WHOQOL-100/WHOQOL-bref. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 1-7, jan./mar. 2020.

PEDROSO, B.; PILATTI, L. A.; REIS, D. R. Cálculo dos escores e estatística descritiva do WHOQOL-100 utilizando o Microsoft Excel. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 23-32, jan./jul. 2009.

PICCOLI, Fábio. BRITO, Giovane Santos. PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Reflexões sobre EAD, Ensino Híbrido e Formação Leitora**. Edições Kindle, 2021.

SOUZA, Aparecida Neri de. **Condições de trabalho na carreira docente: comparação Brasil-França**. In: SEMINARIO DE LA RED DE ESTUDIOS SOBRE TRABAJO DOCENTE, 7., 2008, Buenos Aires. Anais [...]. Buenos Aires: Red Estrado, 2008.

THE WHOQOL GROUP. **WHOQOL user manual**. Geneva: World Health Organization, 1998.

The WHOQOL Group. **WHOQOL-bref: introduction, administration, scoring and generic version of assessment.**

Geneva: 1996.

UDESC. **Análise do questionário Whoqol Bref.** Florianópolis/SC.

http://www.cefid.udesc.br/arquivos/id_submenu/1173/whoqol_bref.pdf

USP. **Cartilha de apoio à saúde mental do(a) professor(a)**

durante a pandemia de covid-19. Sinesp, 2020. https://www.sinesp.org.br/images/2020/Julho-2020/Cartilha_saúde_

[mental_professores_1.pdf](https://www.sinesp.org.br/images/2020/Julho-2020/Cartilha_saúde_mental_professores_1.pdf)

CAPÍTULO 11

A importância do lazer para a qualidade de vida do professor da educação básica

*Alexsandro de Oliveira Silva
Cíntia Paula Camargo Santos Cordeiro
Vaneusa Silva Pereira*

Introdução

Este artigo é resultado das pesquisas que foram feitas durante a disciplina Qualidade de Vida no Trabalho de Profissionais da Educação, que foi ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O objetivo é analisar o consumo de lazer por professores da educação básica e como isso repercute na qualidade de vida desses sujeitos. Essa análise será feita por meio de uma revisão bibliográfica do tema.

Tomando como empréstimo a perspectiva Kafkiana no que tange à alienação do sujeito, na figura de Gregor Samsa em “A Metamorfose”, podemos pensar no trabalhador que investe seu tempo do não trabalho nas diversas opções de lazer propiciadas em todos os espaços turísticos.

Assim como Gregor que perde sua voz, autonomia, seus movimentos, virando um “bicho” esquisito, também se percebe tamanha alienação nos transeuntes que consomem o espaço durante as variadas épocas do ano, os quais passam por suas ruas históricas e podem não perceber as mazelas socioeconômicas.

Como “Marcovaldo no Supermercado”, diversos sujeitos espalhados pelo mundo utilizam seu tempo do não trabalho para

“... desfrutar pelo menos por quinze minutos do prazer de quem sabe escolher o produto...” (CALVINO, 1994, p. 99).

No entanto, para que o trabalhador possa desfrutar satisfatoriamente do seu tempo livre, utilizando-o para o descanso e o lazer, é necessário que suas próprias condições de trabalho, tais como carga horária e salário, lhes permitam ter acesso a esses direitos.

Qualidade de vida no trabalho de professores da educação básica

O ser humano é preparado desde quando nasce para o trabalho, pois este exerce papel principal na vida do indivíduo. Conforme Oletto, Melo e Lopes (2013, p. 62), “é pelo trabalho que o homem se reproduz, desenvolve as suas habilidades e a imaginação, [...]. O trabalho é o caminho que possibilita a compreensão do homem, a sua objetivação como processo natural na transformação da natureza”. No caso do trabalho do professor, frise-se que é, também, um “trabalho ideológico”, exerce função essencial no que concerne à impulsão da educação promotora de desenvolvimento econômico, social e individual, no processo produtivo.

Constata-se que a atividade do professor da educação básica não está sujeita apenas a ministrar as aulas. Este profissional tem de prepará-las em casa, corrigir provas e trabalhos, o que consome o seu tempo e não recebe remuneração extra por isso, pois este tempo não é considerado tempo de trabalho. Na sociedade contemporânea, presencia-se o aumento da intensidade do trabalho sob a égide das condições do capitalismo global. Essa intensificação do trabalho ocorre por meio de mecanismos cuja finalidade é elevar a geração de produtos materiais ou imateriais através de um maior dispêndio das capacidades do trabalhador, requerendo-se deste maior esforço e mantendo-se constantes a jornada, a força de trabalho e as condições técnicas (TAVARES, 2017).

Segundo Rosso (2008, p. 20), “a intensidade tem a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar, este se refere ao grau

de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta”. Nesta perspectiva, a intensificação do trabalho do professor,

[...] conduz à redução do tempo para descanso na jornada de trabalho; implica a falta de tempo para atualização em alguns campos e requalificação em certas habilidades necessárias; implica uma sensação crônica e persistente de sobrecarga de trabalho que sempre parece estar aumentando, mais e mais tem para ser feito e menos tempo existe para fazer o que deve ser feito.

Por isso o profissional docente experimenta em seu cotidiano uma sobrecarga de atividades que o impedem de desenvolver práticas de bem estar e “consumir” lugares que visam propiciar lazer, diversão ou descanso. Além dessa sobrecarga, a renda insuficiente é um fator agravante para que este profissional deixe de desfrutar ou participar de atividades que objetivem o lazer.

Para Marx (1967), há um processo de proletarização do professor relacionada a sua falta de tempo para realizar todas as suas demandas de trabalho, pois consiste na mercantilização do corpo e da mente. O trabalho docente como “trabalho ideológico”, envolve a precarização existencial além da precarização do trabalho e salarial, pois muitas vezes tempo de vida e tempo de trabalho se confundem. Então, conforme Castro Neta et al (2020, p. 21)

[...] não obstante marcado pela flexibilização, intensificação, descumprimento da legislação educacional, a flexibilização das formas contratuais, a perda de autonomia sobre o processo de trabalho, a responsabilização, a competitividade, a desprofissionalização, a degradação, a educação e o labor da classe trabalhadora a serviço do capital, o sofrimento psíquico, o adoecimento e alienação dessa categoria profissional.

Nesse sentido, esse processo acelerado de produção imposta pela dinâmica própria do capitalismo tem impactado as relações desenvolvidas no mundo do trabalho do professor, gerando como

consequência queda na qualidade de vida dessa classe trabalhadora. A abordagem sobre a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) tem ganhado espaço nas discussões contemporâneas tanto no meio científico quanto no empresarial, de acordo com diversos interesses. Os estudos sobre a qualidade de vida iniciaram-se nos anos de 1950, em que foram estudadas variáveis para, posteriormente, contribuir com o conceito de QVT.

O entendimento sobre a qualidade de vida se assume de acordo com as abordagens e desígnios. Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p.8) “o termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural”.

Desse modo, ao conceituar qualidade de vida deve-se considerar os aspectos físicos, ambientais e psicológicos do indivíduo. Nahas (2001, p. 5) considera a qualidade de vida como sendo “a condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”. Para Rufino Neto (1994, p. 14) a qualidade de vida é definida “como aquela que ofereça um mínimo de condições para que os indivíduos nela inseridos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, sejam estas: viver, sentir ou amar, trabalhar, produzindo bens e serviços, fazendo ciência ou artes”.

Sobre o conceito de qualidade de vida no trabalho, Vilas Boas e Morin (2013, p. 2) afirmam que “é utilizado na maioria dos estudos organizacionais e foca o estado geral de bem-estar no local de trabalho e nas relações que as pessoas têm com este ambiente e com as outras pessoas”. O trabalho docente ultrapassa o ambiente organizacional, pois o professor vivencia em seu trabalho as cobranças diárias para o desenvolvimento da sua prática pedagógica, além de desenvolver outras atividades fora do ambiente de sala de aula.

Segundo Gadotti (2009), na área da educação, o tema da Qualidade de Vida no Trabalho presume maior abrangência, visto que para aprimorar a educação é necessária a melhoria de um conjunto de fatores que colaboram para a qualidade no ambiente de ensino. Segundo Oliveira et al. (2012, p. 58),

[...] os professores constituem-se uma categoria profissional que sofre permanentemente processos de desvalorização da sua força de trabalho. No setor público encontram-se grandes defasagens salariais entre redes, sendo que, não raro, encontramos em um mesmo município professores lotados em escolas públicas trabalhando em regime de trabalho idêntico com remuneração bastante desigual. As defasagens observadas não se restringem as formas de remuneração, mas se apresentam, sobretudo, nas condições de realização do trabalho, ultrapassando as redes públicas de ensino, variando em certos casos de escola para escola.

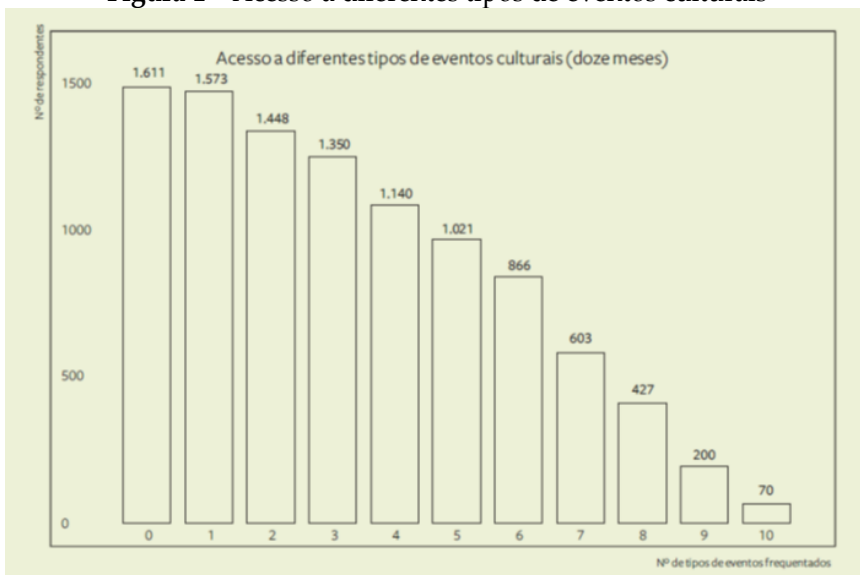
Para o professor da educação básica que, por via de regra, vive uma rotina de trabalho exaustiva, excesso de carga horária, baixos salários, precarização do trabalho, cobranças desmedidas, gera esgotamento profissional e, todo esse contexto, repercute na sua qualidade de vida.

O mundo do trabalho e a mercantilização da cultura e do lazer

Uma das dimensões para o desenvolvimento humano de uma sociedade é o acesso à cultura de modo geral. No modelo capitalista de produção há uma mercantilização da cultura na medida em que o trabalhador é segregado por sua limitação de deslocamento e de renda.

Conforme Leiva (2018), podemos inferir que o acesso do trabalhador às diversas manifestações culturais é condicionado também por fatores de renda, escolaridade, idade e gênero. No gráfico 1 é possível ver que o autor aponta a quantidade de respondentes que tiveram acesso ou não à eventos culturais:

Figura 1 – Acesso a diferentes tipos de eventos culturais

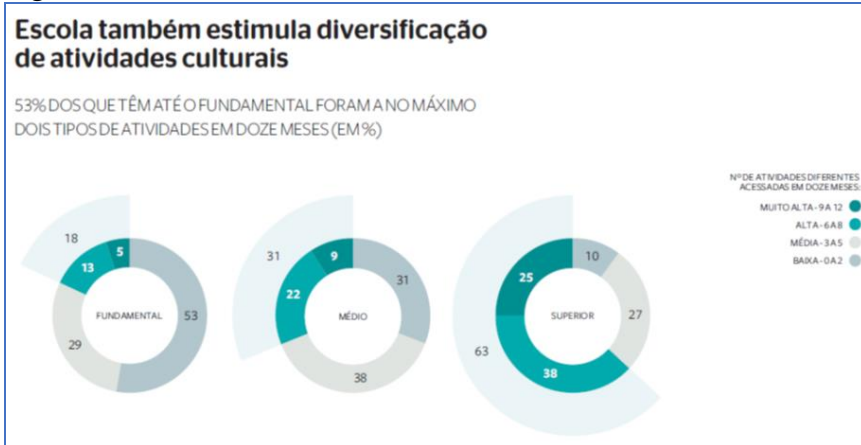


Fonte: Leiva (2018).

No estudo desenvolvido por Leiva (2018) é importante destacar a quantidade expressiva, registrada pelo número de 1611 sujeitos que não acessaram a nenhum evento cultural em 12 meses. Sendo que apenas 70 afirmaram ter acessado 10 eventos no mesmo período, ou seja, pelo menos uma vez ao mês participaram de eventos dessa natureza.

É possível inferir que há uma segregação espacial no que tange o acesso à cultura. Leiva (2018) ainda destaca a questão da escolaridade como condição para se ter acesso à cultura urbana de modo especial. No gráfico abaixo é possível ver que as pessoas com maior nível de escolaridade frequentam mais os espaços de cultura.

Figura 2 – Escola também estimula diversificação de atividades culturais



Fonte: Leiva (2018).

Há de se ter o cuidado com a metalinguagem que simplifica essa avaliação, quando se diz que é o nível de escolaridade que desperta o interesse pela cultura. Porém é importante considerar que a renda também está ligada à escolaridade, logo as pessoas só conseguirão consumir a mercadoria cultural se tiverem recursos financeiros disponíveis para isso.

O consumo e o turismo

Espaços em todo mundo ganham novos significados e adquirem novas funções para atender aos interesses do capital e o aumento de lucro de corporações. Carlos (2005), tratando sobre o movimento da transformação do uso em troca, conclui que “no plano local, a consequência direta desse fato é o aprofundamento da separação entre espaço público/espço privado. No plano mundial e regional é a mercantilização dos espaços voltados às atividades do turismo” (CARLOS, 2005, p. 175)

Um determinado lugar em Salvador, como Pelourinho, pode ganhar novos contornos de acordo com o aspecto histórico e a glamourização que se busca quando divulga-se que Michael Jackson já “pisou” seus pés naquele lugar, mesmo que o

significado da palavra “pelourinho” esteja relacionado ao antigo lugar de castigo dos escravos. O que importa mesmo é consumir o espaço, pois as mudanças sociais possuem caráter econômico e mercadológico.

A Praça Castro Alves conhecida por muitos como aquele antigo lugar de Encontro de Trios, na quarta-feira de cinzas dos carnavais de Salvador, possui encanto da vista impecável de parte da baía de todos os santos, porém esconde aos pés do maior poeta baiano, a ladeira da montanha, com as suas desigualdades sociais e condições de vida que atestam a indignidade humana.

O espaço do turismo e do lazer são espaços visuais, presos ao mundo das imagens que impõe a redução e o simulacro. E que reduzem a apropriação enquanto ‘mercadoria de uso temporário’ definida pelo tempo de não-trabalho. (CARLOS, 2005, p. 175)

Como podemos ver, o mundo das imagens exportadas para os variados cantos do Brasil e do mundo, podem não passar de simples imitação daquilo que seria somente festa, mas que carrega em si contradições desmedidas escondidas na selfie.

Ao contrário do que pensava Caetano Veloso, não somente os mortos deixam de ir atrás do trio elétrico, as festas populares perdem rapidamente o seu teor democrático e seguem a lógica do capitalismo. Nas palavras de Carlos (2005, p. 178):

Há cada vez mais o lazer e o flunar; o corpo e os passos são restritos a lugares vigiados, normatizados, privatizados. Esse fato é consequência da ‘vitória do valor de troca sobre o valor de uso’, isto é, o espaço se reproduz, no mundo moderno, alavancado pela tendência que o transforma em mercadoria.

Isso pode ser constatado nos camarotes cada vez mais caros, nos abadás impagáveis pela maioria da classe trabalhadora e nos valores dos bilhetes vendidos de festas privatizadas ao longo dos variados circuitos. “Para a indústria do entretenimento, as cidades não são apenas locais estratégicos para a produção e coordenação,

mas locais de consumo cada vez mais importantes” (SASSEN; ROOST, 2001, p. 68)

Como pode se constatar, cada vez mais o capital se apropria da cultura e a transforma em produtos para serem mercantilizados em seus balcões.

A importância do lazer para a qualidade de vida do professor

Segundo o dicionário *online* Michaelis, o termo lazer refere-se ao “Descanso ou pausa no trabalho ou em uma atividade; folga, ócio, repouso”. Na mesma fonte ainda podemos obter outra definição para o termo, a saber: “Diversão ou ocupação que se escolhe para os momentos de tempo livre; distração, entretenimento, recreação”. Assim compreendemos que o lazer está relacionado aos momentos de tempo livre e de não trabalho dos indivíduos que podem optar por atividades que lhes imprima satisfação e prazer fora das atividades laborais ou simplesmente repousar.

O autor francês Dumazedier, estudioso do tempo livre e do lazer, por meio dos seus estudos trouxe maiores elucidações sobre essa temática. Para Dumazedier (1973, p. 34):

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações familiares e sociais.

É possível então inferir que, para o referido autor, o lazer é uma expressão do desejo e da autonomia do ser humano, que pode escolher de acordo com suas necessidades ou aptidões as atividades que farão parte da sua rotina durante seu tempo livre.

Depreende-se então que o lazer é um elemento essencial para a qualidade de vida dos seres humanos, pois por meio dele se obtém diversos benefícios à saúde. No entanto, existe, como já

evidenciado, uma diferença notável entre as condições de acesso ao lazer por parte das diferentes camadas sociais. As menos favorecidas socioeconomicamente enfrentam dificuldades até mesmo para usufruírem das condições adequadas de saúde e educação e, por conseguinte, dificilmente poderão usufruir do direito ao lazer digno, pois numa suposta escala das necessidades humanas, este estaria numa posição de menor importância.

O lazer, no entanto, é parte indispensável da vida humana e deve ser valorizado enquanto dimensão desta nas diversas sociedades. Está relacionado à diversão, ao prazer e ao descanso e pode ser praticado em diversos campos, como nos salientam Barbosa e Silva (2011, p. 4):

As atividades de lazer se dão nos campos intelectuais, artísticos, físicos, manuais, turísticos e sociais, abrangendo diferentes buscas pelo prazer, que podem estar associados ao imaginário; à realidade; na busca por informação; nas práticas esportivas; na capacidade de manipulação, seja para transformar objetos ou para lidar com a natureza; na quebra de rotina; no relacionamento e convivência social.

Destarte, é importante destacar que o lazer é um direito de todo ser humano e permeia suas práticas culturais e sociais. Está também historicamente relacionado ao trabalho, pressupondo a existência deste para o usufruto daquele. Em todos esses campos das atividades humanas seria uma forma de utilizar o tempo livre para o aumento da qualidade de vida e da satisfação do trabalhador.

Sabe-se que o professor da educação básica se enquadra na categoria de trabalhador assalariado cuja intensificação das atividades laborais extrapola o ambiente escolar, diminuindo seu tempo livre e por conseguinte, seu tempo de lazer.

É fato também que o cotidiano escolar envolve diversas atividades e situações que produzem sensação de esgotamento físico e mental. Silva e Cunha (2017, p. 80) ressaltam que “o trabalho docente é uma atividade que promove estresse,

refletindo diretamente sobre sua saúde física e mental e gerando impacto no desempenho profissional do professor”. Desta forma, comumente podem surgir problemas de saúde e conseqüentemente, diminuição da qualidade de vida e da satisfação pessoal.

Diante dessa realidade destaca-se a relevância do lazer para essa classe, visto que grande parte das pesquisas realizadas nessa área (QVT) atestam que os profissionais da educação no Brasil sinalizam qualidade de vida insatisfatória e também apresentam indícios de esgotamento profissional.

Destaca-se, também, que estudos realizados por Silva e Cunha (2017) corroboram com pesquisas anteriores acerca do tema e mostraram que a quantidade de professores que desfrutam de fato de momentos de lazer é pequena. Os autores destacam em sua análise uma pesquisa realizada com 808 professores da rede municipal da Bahia no ano de 2006, cujos resultados apontaram que, deste universo, apenas 34,4% desfrutam de momentos de lazer.

Considerações Finais

Este texto se organiza em torno de discussões sobre Qualidade de Vida no Trabalho e focaliza o debate no contexto de atuação profissional de professores da educação básica. Nesse sentido, o contato com os textos de autores que estudam o tema é de grande importância para o entendimento e construção de ações que estimulem um ambiente de trabalho saudável, sobremaneira para os professores.

Assim, é igualmente importante entender como o trabalhador está sujeito à uma alienação em que o seu próprio espaço de reprodução da vida é consumido debaixo do seu “nariz” e ele mesmo se torna um serviçal e viabilizador dessa condição.

O profissional da educação tem uma qualidade de vida condicionada às longas jornadas de trabalhos, com raras pausas para descanso, além de um ritmo de trabalho intenso que muitas vezes se inicia de manhã e se estende até a noite. Em decorrência

dessa demanda, os horários não são respeitados, alimenta-se mal, perdem-se horas de sono, e não há tempo para o lazer.

É necessário, entretanto, repensar esse condicionamento e buscar meios de romper com esse ciclo de alienação a fim de garantir que esses profissionais desfrutem de boas condições de trabalho e do lazer para que possam, conseqüentemente, ter mais qualidade de vida.

Referências

BARBOSA, Talita Prado; SILVA, Odair Vieira da. Origens e significados do lazer. **Revista Científica Eletrônica de Turismo** – ISSN: 1806-9169. Ano VIII – n. 14, jan. 2011. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/S8APKY2XpWzS5yC_2013-5-23-16-28-57.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

CALVINO, Ítalo. **Marcovaldo ou as Estações na Cidade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Consumo do Espaço**. 5ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CASTRO NETA, Abília Ana de; MOURA, Juliana Souza;
CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. Contextos da precarização docente na educação brasileira. **Revista Exitus**, v. 10, p. e 020037-e020037, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1261>. Acesso em 17 de dez. de 2021.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010. 36 p.

LAZER In.: **Michaelis**, Moderno dicionário online da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/lazer/> Acesso em: 09 jan. 2022.

LEIVA, João; MEIRELLES, Ricardo. **Cultura nas capitais**: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte. 1. ed. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018. 196 p.: il. color. ; 27 cm. ISBN 978-85-54395-00-1.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos. In: FROMM, E. **Conceito Marxista do homem**. Trad. Octávio A Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: Um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**. V. 5, N.1. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MGNbP3WcnM3p8KKmLSZVddn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 de dez. de 2021.

OLETO, A. F.; MELO, M. C. O. L.; LOPES, A. L. M. Análise bibliométrica da produção sobre prazer e sofrimento no trabalho nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (2000-2010). **Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília**, v. 33, n. 1, p. 60-73, jan./mar. 2013.

OLIVEIRA, D. A.; GONÇALVES, G. B. B.; MELO, S. D. G.; FARDIN, V.; MILL, D. Transformações na organização do processo de trabalho docente e suas consequências para os professores. **Trabalho & Educação**, Educação, Belo Horizonte, v. 11, p. 51–65, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8991>. Acesso em: 05 jan. 2022.

ROSSO, Sadi Dal. Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporâneo. São Paulo: Boitempo, 2008.

RUFINO Netto, Antonio. Qualidade de vida: compromisso histórico da epidemiologia. **Saúde Debate**, v. 35, jul. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0102311X&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 de dez. de 2021.

SASSEN, Saskia; ROOST, Frank. A Cidade: Local estratégico para a indústria global do entretenimento. *Espaço & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, Ano XVII, n.41, 2001.

SILVA, Lidiane Bruna; CUNHA, Alex Garcia. Experiência de trabalho de professores experientes da Educação Básica: Qualidade de vida e esgotamento profissional. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 76–95, 2017. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/37>. Acesso em: 11 jan. 2022.

TAVARES, A. S. Intensificação do trabalho e qualidade de vida no trabalho: uma conciliação possível?. **Revista Labor**, v. 1, n. 18, p. 61-74, 31 dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/31590>. Acesso em: 09 jan. 2022.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alexsandro de Oliveira Silva

Mestrando em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED); Membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG).

Ana Geisa Barbosa Rocha

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, trabalha na rede Municipal de Ensino de Piripá-BA e de Tremedal-BA, Brasil. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGED, membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia- GRUPEG.

Berta Leni Costa Cardoso

Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professora Titular na Universidade do Estado da Bahia. Membro do Grupo de Estudos e pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente e líder da Linha de Estudos, Pesquisa e Extensão em Atividade Física.

Camila Melo Borba

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e graduada em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Carla Gomes dos Santos Vieira

Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Cíntia Paula Camargo Santos Cordeiro

Mestranda em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED); Membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG).

Cláudia Cristiane Andrade Barros

Mestre em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciada em Ciências Exatas com Habilitação em Matemática pela (UESB). Professora Secretaria de Educação do Estado da Bahia no município de Vitória da Conquista. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq).

Claudio Bispo de Almeida

Profissional de Educação Física. Doutor em Ciências da Saúde. Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS).

Claudio Pinto Nunes

Professor Titular Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Líder do Grupo de Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Cléria Santos Oliveira e Silva

Mestranda em Educação pelo Programa de pós graduação em Educação (PPGed/UESB), possui graduação em Letras Modernas e Especialização em Linguística aplicada ao Ensino do Português - Produção de texto (UESB/1998), Professora de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literatura da Rede Estadual da Bahia e da Rede Municipal de Anagé. Possui experiência em gestão escolar, membro integrante do Grupo de investigação sobre narrativas, práticas letradas e discurso - GRINPRALED.

Édpo Felipe da Silva Ferreira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGed/UESB). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq).

Fábio Piccoli

Bacharel em Direito, Advogado (2018). Licenciado em Pedagogia (2021). Esp. Direito Público (2020); MBA em Planejamento e Gestão Educacional (2021); Esp. em Planejamento Educacional e Políticas Públicas (2021).

Germínio José da Silva Júnior

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), especialista em Gestão de Pessoas e Administração Mercadológica pela UNIASSELVI, Bacharel em Administração pela UESB, Licenciado em Letras Modernas: Português/Inglês pela Faculdade Tecnologia e Ciência, Membro do Grupo de Estudos em Linguagem, Formação de Professores e Práticas Educativas (Gelforpe/CNPq), pesquisador participante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Heldina Pereira Pinto Fagundes

Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Jádson Fábio de Araújo Marques

Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, campus Brumado.

Maria de Lourdes Silva

Profissional de Educação Física. Bacharel em Psicologia. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia (UESB).

Marisa Fernandes Seixas

Mestranda em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduada em Psicologia pela (UNIFG). Professora da UNIFAAFH.

Priscila Sousa Lopes

Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Tais Rodrigues Silva

Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Aluna Especial do programa de mestrado em Educação (PPGE-UESB, 2021). Integrante do GEPPPLGBTQI+ - Grupo de Estudos: Políticas Públicas para a População LGBTQI+ ; GEPIGED - Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão: Identidade, Gênero e Diversidade. Possui experiência na área de Educação,

Desporto e Grupos Sociais. Tenho interesse por temas como Educação e Diversidade, Gênero e Sexualidade.

Tânia Neto Pina

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, trabalha na rede Estadual de Ensino de Planalto-BA Brasil. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGED.

Tatyanne Gomes Marques

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Vaneusa Silva Pereira

Mestranda em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED); Membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG).

Welton Cardoso Júnior

Advogado e Médico. Pós-graduado em Neurologia pela Santa Casa de Belo Horizonte-MG e em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná. Mestrando em Educação pela Universidade Estadual da Bahia- UESB- PPGEd. Diretor Clínico do Instituto de Neurologia e Radiodiagnóstico de Guanambi - Bahia.

O livro *“Qualidade de vida e saúde de profissionais da educação”* integra a agenda de divulgação de estudos desenvolvidos pelos pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq) em parceria com pesquisadores de outros grupos, estudantes e docentes da pós-graduação, professores da educação básica e demais interessados em estudar sobre o tema em tema. Os capítulos que compõem a obra demarcam a participação de profissionais assentados em distintas áreas do conhecimento e que se juntam para lançar o olhar atento para a educação, considerando suas possibilidades de interpretação de um objeto, na tentativa de oferecer uma análise multidisciplinar, tendo a Educação como lugar de análise e as realidades ontológica e concretamente vivenciadas como lócus dos fenômenos estudados.



ISBN 978-65-5869-919-4



9 786558 699194 >